

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português

# 70 anos Avante!

Ano 61 - Série VII - N.º 899  
14 de Março de 1991  
Preço: 80\$00

es. 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 22 / 25

- Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



## Festa e luta confiança no futuro

Apesar da chuva que alagou o Campo Pequeno, o comício de Lisboa contou com a participação de milhares de pessoas. O secretário-geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal, interveio nesta grande iniciativa do passado sábado. Por todo o país, numerosas iniciativas com larga e entusiástica participação, têm assinalado a passagem do 70.º aniversário do Partido.

**Comício no Porto  
no próximo dia 23 de Março  
no Coliseu, às 15 horas**

Págs. 1 a 5/Semana

### É possível derrotar este pacote laboral

Mesa redonda e reportagem

Págs. 1 a 5/  
Em Foco!

## MANIFESTAÇÕES EM TODO O PAÍS

- em Lisboa é no sábado, dia 16 de Março, às 14.30, do Marquês de Pombal ao Rossio
- no Porto, a concentração é às 15 horas, na Baixa



**8 de Março**

**O Dia Internacional da Mulher  
comemorado com numerosas iniciativas**

Pág. 13/  
Semana



Em conferência de imprensa, realizada no passado dia 11, na Soeiro Pereira Gomes, deputados, autarcas e dirigentes do PCP apresentaram algumas iniciativas legislativas que os comunistas propõem em defesa dos direitos dos cidadãos

**PCP defende  
direitos  
dos cidadãos  
nas autarquias**

Pág. 12/Semana

**SEGREDO DE ESTADO**

Assembleia, pág. 12/Semana e Editorial



# Semana

Avante!

Ano 61 - Série VII

N.º 899

14 de Março de 1991

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## 70 ANOS DO PCP

## FESTA E LUTA, CONFIANÇA NO FUTURO



edições  
Avante!

**O capitalismo, a revolução tecnológica  
e a classe operária**

Problemas do Mundo Contemporâneo



## 70 anos do PCP comemorados em Lisboa

### Quatro a quatro

De há uns dias a esta parte os portugueses andam todos contentinhos da vida. É vê-los de manhã a ir para os empregos de brilho maroto nos olhos e assobio gaiato nos lábios. Não há bicha, perdão, fila, que os agaste. Alcântara é um funil? A Praça de Espanha virou um pandemónio? O Marquês de Pombal mais parece a Rua da Betesga? O Campo Grande está cada vez mais pequeno? Querem lá os portugueses saber disso. Desde que o nosso Primeiro foi um destes dias à televisão dar a boa nova não há mal que lhes chegue. Com a Primavera à porta, ainda que chovendo a potes; as ruas esburacadas assim a modos que *passevite* - que nós por cá somos muito dados a francesismos e a outros *ismos* que agora não vêm ao caso -, estamos todos cada vez mais europeus. Sim, porque agora já não há espanhóis, franceses, e demais parceiros céé a olhar-nos lá do cimo da sua importância que nos façam moossa. Nem o tal Estado do segredo ou segredo do Estado - a confusão é grande e a profundidade da *coisa* escapa-se-nos nos meandros do diz-que-diz-mas-não-disse - porque não era isso que queria dizer - consegue abalar a boa disposição da lusa raça. Porque, meus amigos, não foi um, nem dois, nem três, mas quatro, q-u-a-t-r-o escudinhos que a nossa gasolina baixou. Quem é que é amiguinho, quem é? Ora saia aí um viva ao nosso Primeiro, que não faz a festa por menos. E a propósito, os meus caros amigos já fizeram as continhas, já? Uma poupança de quatro, q-u-a-t-r-o mil réis em cada litrinho é obra, como já devem ter reparado. Em trinta litros, por exemplo, dá qualquer coisa como cento e vinte escudos; e se for quarenta litros, então, chega-se aos cento e sessenta *palhaços*, como diria o meu avô que para contas estava por ali... É de presumir que nesta altura já todos se deitaram a pensar no que se pode fazer com **tanto** dinheiro. Mas para os menos expeditos sempre damos uma ajudinha. Em primeiro lugar, pegue-se num calendário, de preferência deste ano, num bloco-notas e numa esferográfica, lápis, caneta e/ou marcador. Assinale-se a marcador (a cor é à escolha) o período de férias, que se presume toda a gente ter. Chegados a este ponto faça-se a contagem regressiva (da frente para trás) das semanas que medeiam entre tão auspiciosa data e o dia em que está a elaborar esta operação. Tome nota das semanas compreendidas neste período. Atenção, chegou-se ao ponto delicado da operação. Sugerimos uma pausa. Respire fundo. Se necessário beba-se um copo de água. Os cardíacos devem mesmo controlar as batidas do coração; não se pretende provocar enfartes em ninguém com a compreensível excitação. Tudo calmo? Então chegou o momento de fazer um simples cálculo: se numa semana poupar x de gasolina, em y semanas poupa-se z. Digamos Z, para ter mais impactE. Se não gostam de fazer contas com letras, passemos aos números. Imagine-se, por exemplo, que numa semana se poupa 160 escudos na gasolina (os tais 4 escudos que o Governo fez o favor de baixar, vezes os 40 litros de consumo semanal). Imagine-se também que as férias são em Agosto. Mais dia, menos dia, faltam 19 semaninhas. Multiplique-se então 160 escudos pelas ditas 19 semanas e veja-se o resultado: Três mil e quarenta escudos! **TRÊS MIL E QUARENTA ESCUDOS!** Que ricas férias. Quantos geladinhos, cervejinhas, pevides e tremoços, pastelinhos de bacalhau e outros mariscos afins não vão passar pelo estreito de milhões de portugueses graças a tão generosa medida em tão boa hora tomada. Estamos certos de que não vão faltar brindes à iniciativa, se não forem esbanjadores e começarem desde já a encher o mealheiro com os milagrosos quatro mil réis do nosso contentamento. É como quem diz, quatro a quatro enche o povinho o papo.

■ HC

Apesar da chuva intensa e do frio que se fizeram sentir ao longo de todo o dia, alguns milhares de pessoas deslocaram-se no passado sábado ao Campo Pequeno a um comício comemorativo do septuagésimo aniversário do PCP. Apesar da afluência ser mais fraca do que em outra situação climática naturalmente aconteceria, o entusiasmo não faltou, como demonstra o resultado obtido pela recolha de fundos feita no local: mais de quinhentos mil escudos, segundo nos disseram responsáveis da DORL.

Por causa do mau tempo, as previstas intervenções de Helena Vinagre (membro da DORS), Manuel Coelho (JCP) e Florival Lança (DORL) tiveram de ser anuladas para permitir um encurtamento da duração deste comício, sendo a única intervenção de fundo realizada pelo Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, cujo conteúdo publicamos nas páginas seguintes.

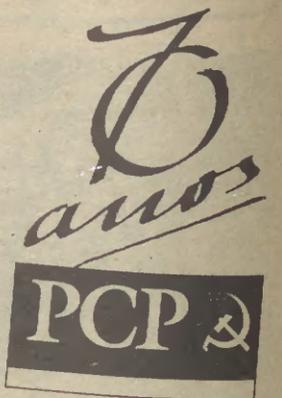
Ao anunciar estas alterações e ao introduzir o discurso de Álvaro Cunhal, Octávio Pato, membro do Secretariado, referiu-se ao acontecimento histórico que ali se comemorava e à «abnegada luta dos comunistas portugueses nestes 70 anos do PCP» que se funde e identifica profundamente «com a luta emancipadora de todos os explorados e oprimidos, nas lutas contra a ditadura fascista e os monopólios, contra a dominação colonialista e nas lutas pelo progresso social e por um Portugal democrático, livre, independente e socialista».

Nesta curta intervenção, Octávio Pato diria a concluir que



«o PCP foi, como nenhum outro, um Partido sempre consequente e fiel aos ideais humanistas e libertadores do povo português», razões acrescidas para os comunistas portugueses terem motivos de orgulho

de serem militantes do PCP. O comício em Lisboa de comemoração dos setenta anos do Partido Comunista Português foi presidido por membros da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão



Central de Controlo e Quadros, bem como alguns elementos do Comité Central, da Comissão Executiva Nacional e Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal e ainda da Direcção Nacional da JCP.



## — Saudações e prendas de aniversário

«Setenta anos, bonita idade!», «fomos, somos e seremos comunistas», «saudações calorosas e fraternais» são algumas das muitas frases enviadas ao comício de comemoração da passagem do septuagésimo aniversário do PCP constantes em mensagens provenientes dos mais variados sectores da cidade de Lisboa. Por impossibilidade prática de dar aqui espaço ao conteúdo dessas missivas, aqui deixamos a lista completa das entidades que as enviaram.

• Direcção Nacional da JCP • IV Assembleia da Organização Concelhia de Viana do Castelo.

Executivo do Organismo de Direcção de Seguros. Comissão de Freguesia de Alcântara. Associação de Reformados de Lisboa. Direcção da Organização da Cidade de Lisboa. Célula da CP. Comissão de Freguesia de Penha de França. Organização da Função Pública. Sector da Saúde da ORL. Célula do Município de Loures.

• Célula da EPAL. Quadros do Sector Público da ORL. Organização de Linda-a-Velha. Célula do Entrepósito de Lisboa. Comissão Concelhia do Seixal. Célula dos Trabalhadores da Múta dos Pescadores. Comunistas da Robbialac. Secretariado Nacional do PCP na Holanda. Eduardo Maximino, vereador na Câmara de Alcácer do Sal. Células do grupo «Sabões». Direcção do Centro de Dia da União de Pensionistas da Previdência e Segurança Social. Célula da Papelaria Fernandes. Comissão de Freguesia de Sacavém. Comissão de Freguesia de Carcavelos.

• Comissão de Freguesia da Parede. Comissão de Freguesia de Alcabideche. Comissão de Freguesia de S. D. Rana. Comissão Concelhia de Cascais. Comissão de Freguesia de Cascais. Célula do PCP da Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Comissão de Freguesia de Loures. Comissão da Concelhia de Loures. Comissão Concelhia de Mafra. Direcção da Organização Regional de Setúbal. Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa. Secretariado da Célula da MAGUE. Comissão de Freguesia de Vialonga. Comissão de Freguesia da Póvoa de Santa Iria. Cinquenta e três militantes, amigos e simpatizantes de Camarate. Sectores Intelectuais de Lisboa. Partido Socialista Revolucionário. Organização do Sector de Alfama. Comissão de Freguesia da Apelação. Secretariado da Colina da Graça. Organismo de Direcção da Zona Norte de Lisboa. Comunistas do Concelho de Alenquer. Comissão Concelhia da Azambuja. Célula dos Cabos Ávila. Célula dos

CTT de Lisboa. Pioneiros de Portugal. Núcleo da Brandoa. Célula da Sorefame. Comissão de Freguesia de Odivelas. Célula da TAP. Célula da CARRIS. Célula da UTIC. Organismo de Direcção do Sector Oriental das Empresas da Cidade de Lisboa. Comissão Concelhia de Torres Vedras. Comissão de Freguesia de Moscavide. Comissão de Freguesia de Unhos-Loures. Comissão de Freguesia da Buraca. Célula de Trabalhadores da Câmara de Almada. Executivo do Organismo de Direcção da Zona Oriental de Lisboa. Dirigentes e Funcionários do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas. Célula da SOREL/LICAR. Comissão de Freguesia da Reboleira. Comunistas de Santa Iria de Azóia. Comissão Concelhia da Amadora. Célula dos Trabalhadores da Câmara da Amadora. Comissão de Freguesia da Falagueira-Venda Nova. Célula da Lisnave. Núcleo da Amadora da Direcção da Associação Portuguesa de Deficientes. Deficientes do Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas do IIEFP-Venda Nova, célula do PCP. Comissão de Freguesia da Cova da Piedade. Célula da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul. Célula da Covina. Comissão Concelhia de Sintra. Células de empresas de Sintra (Portucel, Tabaqueira, Fab. Portugal, Adreta e Hoeshet). Células de Bairro da Freguesia de Algueirão-Mem Martins. Juventude Comunista Portuguesa. Também algumas prendas de elevado valor simbólico foram entregues ao PCP neste comício. Entre muitas outras, assinala-se a entrega pela célula da EPAL de um contador de água que esteve colocado em Caxias a abastecer o complexo prisional, durante o período fascista.

Entre outras, foram recebidas ofertas das seguintes entidades:

Comissão Concelhia de Loures. Comissão Concelhia do Seixal. Célula da EPAL. Célula da CP. Célula da Câmara Municipal de Loures. Célula da Estrela Cristalina. Célula da TAP. Célula da Papelaria Fernandes. Célula da Autocoop. Célula da Heska Portuguesa. Comissão Local do Feijó. Sector dos Gráficos de Lisboa. Célula da Petrogal. Célula da Falagueira-Venda Nova. Célula dos CTT e Telecomunicações. Célula da Cooperativa MEXACTA. Comissão de Freguesia de Almada. Comissão da Concelhia da Amadora. Comissão Freguesia de Alcabideche.

PCP

## Discurso de Álvaro Cunhal

# Festejando e lutando com confiança no futuro!

Camaradas:

Hoje é um grande dia. O dia em que comemoramos o aniversário de um colectivo de homens, mulheres e jovens que ao longo dos anos vive, luta e se renova, conhece horas de sol e alegria e horas de tempestade e amargura, e que hoje, após uma caminhada de 70 anos em que gerações sucederam a gerações tomando o seu testemunho, festeja o aniversário com alegria e com festa empenhado na luta que continua.

Partido dos trabalhadores, partido do povo, partido da liberdade, partido da democracia, partido do desenvolvimento económico e do progresso social, partido da cultura, partido da independência nacional, partido da amizade dos povos, partido da paz - o nosso partido, o Partido Comunista Português, comemora o seu 70º aniversário de pé e bem de pé, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, firme, convicto, unido, movido pela consciência, a vontade e a determinação dos seus militantes, orgulhoso do seu passado, empenhadamente activo no presente e não só com esperança mas com confiança no futuro - no futuro do Partido, no futuro do povo português, no futuro democrático, independente e socialista de Portugal.

### O PCP o partido que os comunistas querem que seja

Ao longo de 70 anos de vida e de luta do nosso Partido quantas vezes os nossos inimigos e adversários não anunciaram, como facto consumado ou como perspectiva a consumir-se a curto prazo, a destruição do PCP e a morte do comunismo?

Quantas vezes isso não sucedeu quando o golpe militar de 28 de Maio de 1926 que pôs fim ao regime democrático republicano instaurado com a revolução de 5 de Outubro de 1910 e proibiu a existência de partidos políticos, entre os quais o PCP que precisamente nesses dias realizava o seu II Congresso?

Quantas vezes isso não sucedeu no tempo da ditadura fascista, quando a repressão atingia duramente os nossos quadros e organizações quando prendiam, torturavam, condenavam a pesadas penas, por vezes assassinavam militantes do nosso Partido?

Quantas vezes isso não sucedeu quando, instrumento e expressão política do capitalismo contra o movimento operário e democrático, o fascismo instaurou ditaduras de terror, alastrou pelo mundo, país atrás país?

Quantas vezes isso não sucedeu quando, numa vaga de destruição e de morte, as hordas hitlerianas assolavam e ocupavam a Europa desde os Pirinéus até às portas de Moscovo, de Leninegrado e Stalinegrado? E o Japão fascista invadia a China e o sudeste asiático?

Quantas vezes isso não sucedeu depois do 25 de Abril quando, avançando o processo contra-revolucionário, reacção e governos julgaram ter abafado e vencido a capacidade de intervenção do PCP na vida nacional, como foi o caso do 25 de Novembro ao qual demos resposta seis dias depois também aqui no Campo Pequeno num grandioso comício que mostrou que o PCP estava de pé, com apoio de massas e decidido ao combate nesses momentos de perigo?

Quantas vezes isso não sucedeu nestes últimos anos quando, com as grandes derrotas do socialismo na Europa de Leste, os porta-vozes do capitalismo anunciaram «a morte do comunismo» e o esvaziamento e liquidação final a curto prazo do nosso Partido?

Quantas vezes não ouvimos tais prognósticos nos últimos tempos, da parte dos partidos de direita e do Governo, também da parte de vozes de socialistas, da parte de gente que dizendo desejar a renovação e o reforço do PCP agia para a sua liquidação, da parte de «analistas» e «especialistas» que falam do que sabem e do que não sabem servindo patrões que lhes pagam como profissionais da mentira e da intriga política?

Quantas vezes, fabricando sondagens ao sabor dos desejos, não anunciaram percentagens de votos no PCP, como sucedeu recentemente antes das eleições presidenciais dando-nos 5 e 6% e mesmo depois de conhecidos os resultados insistindo na manipulação na própria noite das eleições, dando notícia de uma nova sondagem agora para as eleições legislativas que atribuía ao PCP apenas 6% quando o PCP, com a candidatura de Carlos Carvalhas, acabava de obter 12,94% e um grande êxito político e eleitoral?

Ao longo dos 70 anos de vida e de luta, de 1921 a 1991, ao corrente, o anúncio da destruição como se já efectuada ou para breve do nosso Partido foi uma constante arma de combate anticomunista dos nossos inimigos e adversários.

Mas os 70 anos de existência e de luta do PCP demonstram que este partido que somos, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido revolucionário, partido de ideais e convicções, partido da verdade e da dedicação ao povo e ao país, resiste e supera dificuldades e obstáculos e se tem revelado como parte integrante e indestrutível da realidade portuguesa, como uma força necessária, indispensável e insubstituível.

Desagregado por dentro, fechado e isolado para fora, destruído, liquidado estaria o PCP se tivesse adoptado as propostas de transformação feitas por elementos que acusavam o partido de atravessar uma crise profunda quando os factos comprovavam que (como dissemos então) eram eles que já então atravessavam uma crise de consciência comunista (irreversível em alguns como a vida mostrou).

Desagregado, isolado, destruído, liquidado estaria o PCP se tivesse renegado o seu passado, se tivesse renegado a sua natureza de classe, os seus objectivos, a sua ideologia, o carácter revolucionário do seu projecto, o seu internacionalismo, a riqueza e originalidade da sua democracia interna e do valor da sua unidade, e

se tivesse convertido num outro partido, num partido social-democratizante.

Todos sabemos que tais ideias não se manifestaram apenas aqui em Portugal. Muitos outros as manifestaram noutros países e noutros partidos. Manifestaram-se por exemplo na sua primeira grande expressão no chamado «euro-comunismo». Todos nos lembramos que, quando nós dizíamos que as concepções euro-comunistas traduziam tendências social-democratizantes, alguns camaradas de outros partidos indignavam-se e protestavam. Quando o mesmo dizíamos também a alguns daqueles que se intitulavam «críticos» também se indignavam e protestavam. Mas a verdade é que, seguindo tal caminho, alguns desses partidos que então eram comunistas deixaram de se afirmar comunistas, abandonaram o nome, tomaram o nome de social-democratas ou de esquerda, e alguns até pediram para ser admitidos na Internacional Socialista. E aqui em Portugal a verdade é que alguns dos tais chamados «críticos» acabaram por sair voluntariamente do PCP e foram integrar-se noutras áreas políticas onde o combate ao PCP é princípio, norma e hábito. Que lhes seja leve a terra política em que se soterram.

A vida mostra que o nosso Partido tinha razão para não seguir o caminho que esses e outros pretendiam que seguisse. A vida mostra cada dia que o XIII Congresso (Extraordinário) deu resposta adequada à situação e que uma razão da nossa força é não só afirmarmos ser comunistas mas sê-lo de facto.

70 anos de história já mostraram que o PCP não é um partido para capitular, é um partido que sabe o que quer, que defronta as novas situações e os novos fenómenos, analisa as mudanças, aprende com a vida, define com mais rigor o seu programa e os seus métodos de trabalho, se renova incessantemente e confirma assim a sua identidade como partido comunista que sempre foi, que é e que (pela vontade dos membros do partido e com vasto apoio dos trabalhadores e de largos sectores do povo português) continuará a ser.

E hoje aqui estamos comemorando o 70º aniversário do nosso Partido, não com qualquer sentimento de culpa, mas com a sã e vigorosa consciência revolucionária de um partido que intervém na vida nacional, não para se servir da política, mas com a política servir o povo e servir o país.

Hoje aqui estamos, não escorregando irremediavelmente por uma prancha de declínio irreversível, como muitos previam e anunciavam, não isolados num «ghetto» pela nossa insistência em sermos comunistas, não desiludidos e descrentes pelas tempestades que assolam o mundo, mas seguros, fortes, confiantes e certos das profundas raízes que destrutivelmente nos ligam aos trabalhadores, ao povo português e a Portugal.

### 70 anos de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares

Ao comemorarmos o 70º Aniversário do nosso Partido, neste findar do século XX - século de grandes transformações revolucionárias no mundo e em cuja última década entramos numa situação extremamente complexa e incerta -, é oportuno referir e sublinhar quais foram ao longo dos 70 anos os grandes objectivos de luta do nosso Partido, objectivos não apenas definidos em palavras, mas objectivos traduzidos na luta quotidiana ao longo dos anos, objectivos que expressam a nossa natureza, o nosso ideal, a nossa política, a nossa acção e correspondiam e correspondem (estamos convictos) às necessidades e às aspirações mais profundas do povo português.

70 anos de vida e de luta do PCP foram 70 anos de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares.

Essa não foi apenas uma entre outras das actividades regulares do Partido. Foi a própria motivação da fundação e da luta do PCP como partido da classe operária, como partido dos trabalhadores portugueses, tendo como objectivo não apenas a conquista de reivindicações parciais e reformas no quadro do capitalismo, mas a libertação dos trabalhadores da exploração capitalista e a construção de uma sociedade nova, a sociedade socialista, na qual os trabalhadores, no caminho exaltante aberto pela Revolução de Outubro, assumissem o poder.

A luta e a história do PCP é inseparável da luta dos trabalhadores portugueses em defesa dos seus interesses e direitos, assim como a luta dos trabalhadores portugueses desde 1921 é inseparável da luta e da história do PCP.

Arostando a clandestinidade e as duras condições de luta durante 48 anos - assumindo o papel de vanguarda da classe operária não pelo valor de uma declaração formal, mas pela prática, pela acção, pelo papel desempenhado - o PCP foi o grande orientador, organizador e impulsor da luta dos trabalhadores portugueses. A imprensa clandestina e nomeadamente o «Avante!» são testemunho de milhares e milhares de lutas dos trabalhadores em que as organizações e militantes do Partido com coragem e muitas vezes com heroísmo, assumiram efectivamente a direcção.

Foi fundamentalmente obra dos comunistas a formação e acção das Comissões de Unidade nas empresas que, com o apoio massivo dos trabalhadores, se tornaram uma verdadeira força da classe operária no tempo da ditadura. Foi fundamentalmente obra dos comunistas a luta nos sindicatos fascistas que com arrojada participação dos trabalhadores conseguiu transformar alguns deles em órgãos de defesa dos interesses dos trabalhadores conduzindo finalmente à rotura com a organização corporativa e com o Ministério das Corporações fascista e à criação da Intersindical que, com a revolução democrática do 25 de Abril, se viria a tornar a grande central sindical dos trabalhadores portugueses.



No 25 de Abril, também o PCP, assente na intervenção massiva da classe operária das massas populares, deu ímpar contribuição para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e para que os direitos e liberdades dos trabalhadores fizessem parte integrante do regime democrático instaurado.

E depois do 25 de Abril? É inquestionável, que o PCP tem sido e continua a ser o mais consequente e firme defensor dos interesses dos trabalhadores.

Nós acusamos o Governo do PSD de Cavaco Silva de conduzir uma política de agravamento da exploração e das condições de vida. Acusamos o Governo de decidir e impor, como instrumento da restauração do capitalismo monopolista, a quebra dos salários reais, a fixação de tectos salariais, a liquidação de benefícios sociais, a perda efectiva do direito ao trabalho, a generalização dos contratos a prazo, as discriminações salariais e profissionais relativamente às mulheres e aos jovens, o trabalho infantil, a miséria dos reformados, a degradação dos serviços de saúde e do ensino e o agravamento do problema da habitação que se tornou um dos problemas centrais da situação social.

Acusamos o Governo de, ao serviço do grande capital e da restauração do capitalismo monopolista, tendo feito aprovar pela sua maioria na Assembleia da República a autorização legislativa para o «pacote laboral», se preparar para, no seguimento do Acordo Económico e Social que a UGT colaboracionistamente assinou e que a CGTP-IN muito justamente se recusou a assinar, levar por diante formas tão repugnantes como inconstitucionais de exploração como os despedimentos por «inadaptação» ou «falta de confiança», a chamada «flexibilização do horário de trabalho», o alargamento do «período experimental» e uma falsa arbitragem que a ser concretizada como pretende o Governo concederia de facto ao árbitro patronal a decisão dos conflitos laborais.

Com toda a razão fizemos crítica pública ao PS, porque, embora tenha agora votado contra a autorização legislativa, defendeu antes o Acordo Económico e Social que está na base do «pacote laboral» animando assim o projecto do Governo.

Com os trabalhadores, nós lutamos contra o «pacote laboral», pela segurança no emprego, pela melhoria dos salários e contra a política de contenção salarial centrada no referencial do Conselho Permanente de Concertação Social, pelo direito à negociação colectiva e pelo desbloqueamento de importantes contratos, pela redução da duração do tempo de trabalho, pela semana de 40 horas semanais, pela melhoria da segurança social e a elevação das prestações sociais, pela salvaguarda dos postos de trabalho e a defesa de regalias alcançadas.

E porque os trabalhadores estão em luta, aqui fazemos um apelo à participação em massa nas manifestações promovidas pela CGTP-IN contra o «pacote laboral» e designadamente à participação na manifestação de Lisboa no próximo dia 16 com concentração na Praça Marquês do Pombal.

É irrecusável, para quem com critérios de verdade observe os factos, que, tal como no passado, também nesta fase da vida nacional, lutando contra a política do Governo de agravamento da exploração, é o PCP, pela sua acção constante e diária e pelo seu Programa, o grande, coerente e infatigável defensor dos interesses, direitos e liberdades dos trabalhadores e do povo em geral.

### 70 anos de luta pela liberdade e a democracia

70 anos de vida e de luta do PCP foram 70 anos de luta pela liberdade e a democracia.

Esse foi um objectivo permanente em toda a nossa história. Foi-o nos primeiros 5 anos após a fundação do Partido em 1921, 5 anos de actuação legal no quadro do regime republicano implantado em 5 de Outubro de 1910, no qual entretanto a democracia era gravemente adulterada e comprometida pelas perseguições ao movimento operário e seus militantes. Foi-o depois ao longo dos 48 anos de ditadura fascista como um objectivo definido como objectivo central da luta contra a ditadura, seja na acção quotidiana, seja nas linhas programáticas do Partido, seja nas plataformas políticas de movimentos unitários antifascistas nos quais o PCP desempenhou um papel determinante na iniciativa, na organização e na acção. Foi-o no 25 de Abril, quando na Junta de Salvação Nacional e nas mais altas instituições alguns pretendiam manter a PIDE reformada e presos políticos, institucionalizar um regime em que nem sequer os partidos políticos mas simples associações cívicas seriam reconhecidas, e quando o nosso Partido, com outros democratas, com os capitães do MFA, com o movimento operário e as massas populares deu uma participação determinante para a instauração das liberdades e de um regime que veio a ser consagrado na Constituição em 1976.

E desde então? Quem tem posto em causa, espartilhado, limitado, adulterado e preterido as liberdades e a democracia e quem as tem defendido?

Nós acusamos o Governo do PSD de Cavaco Silva, não apenas de estar liquidando grandes conquistas democráticas da Revolução de Abril na organização económica, na esfera social e na vida cultural do país, mas também grandes conquistas na esfera das liberdades e da democracia política. Acusamos não como propaganda mas com provas na mão. Acusamos o governo do PSD de uma política antidemocrática. Antidemocrática a governamentalização do poder político com desrespeito pelas competências dos outros órgãos de soberania. Antidemocrática a ofensiva contra o poder local. Antidemocrática uma proposta de lei-quadro da regionalização que visa não a descentralização administrativa mas a centralização de competências dos municípios. Antidemocrática a monopolização e manipulação da RTP e outros órgãos de comunicação social. Antidemocrática a dissolução do Conselho



PCP

## Discurso de Álvaro Cunhal

ho de Comunicação Social e a criação de uma Alta Autoridade para dar o visto às ilegalidades e manipulações dos órgãos controlados pelo Governo. Antidemocráticos os projectos de novas leis eleitorais para pôr em causa o princípio da proporcionalidade e visando garantir à direita no poder a maioria de deputados mesmo com a minoria dos votos. Antidemocráticas as discriminações contra o PCP. Antidemocráticas as discriminações e proibições do exercício do direito sindical e a cobertura da revoltante situação em centenas de empresas onde são efectivamente proibidas as actividades sindicais e as Comissões de Trabalhadores.

É irrecusável para quem com critérios de verdade observe esta degradação da democracia política, que tal como no passado, também nesta fase da vida nacional, lutando contra a política antidemocrática, o PCP, pela sua acção constante e diária e pelo seu Programa, é o grande, coerente e infatigável defensor das liberdades democráticas e da democracia.

Nós lutamos por um regime de liberdade, tendo como elementos o reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, uma comunicação social democrática, plural e responsável, e a realização de eleições com a democraticidade que assegure a real manifestação da vontade popular e a intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do País. Todos estes objectivos estão desenvolvidos, pormenorizados, explicitados no Programa do nosso Partido.

Sendo esta a verdade, como classificar a propaganda que em nome da democracia louva os golpes que à democracia o Governo assesta diariamente? Como classificar senão como propaganda falsa, caluniosa e reveladora da própria do espírito e tacanhez antidemocrática, a propaganda e a mistificação que fazem certos partidos e certos políticos afirmando-se eles os democratas e acusando os comunistas de o não serem? Como classificar que o digam hoje nas Direcções de partidos e em bancadas da Assembleia da República, antigos ministros de Salazar e Caetano, e antigos dirigentes do partido fascista, a União Nacional? Será porque se lembram que em 1945, quando Hitler e Mussolini foram derrotados na guerra, Salazar, o ditador, que antes se fazia fotografar com a foto de Mussolini na secretária, que se gabava da identidade da ditadura fascista portuguesa com a da Itália, que apoiou Hitler na guerra enquanto este parecia poder ganhá-la, veio proclamar que «o principal erro de Hitler foi ter perdido a guerra» e que eles os fascistas é que eram os verdadeiros democratas?

Os comunistas não são democratas de fachada, como muitos que de democratas têm o nome que dão a si próprios mas não a mentalidade e a prática política. Os comunistas são democratas de convicções, democratas com mil e uma provas dadas ao longo de 70 anos de história do seu partido, na luta pelas liberdades e a democracia, com provas dadas por gerações e gerações de comunistas, por milhares de militantes, que souberam aceitar o sacrifício da própria liberdade para que o povo português alcançasse a sua, e que hoje, na linha das gloriosas tradições de 70 anos do seu partido, continuam sem desfalecimentos a luta pela liberdade e a democracia porque consideram a liberdade e a democracia elementos de valor político, social, cívico e humano, tanto na democracia avançada que propõem ao povo português como no projecto de sociedade socialista para Portugal.

## 70 anos de luta em defesa da independência nacional

70 anos de vida e de luta do PCP foram 70 anos de luta em defesa dos interesses nacionais, da independência e soberania nacionais, tantas vezes ameaçados e traídos.

Assim foi ao longo da ditadura fascista, opondo-se à política fascista de submissão e entrega ao imperialismo, de entrega ao estrangeiro dos recursos naturais e ramos básicos da economia tornando Portugal (como então caracterizámos) num país colonizador em África e colonizado na Europa. Assim foi lutando contra o enfeudamento da política portuguesa ao fascismo alemão e italiano, e contra o apoio de Portugal à sublevação fascista de Franco e à Alemanha hitleriana e à Itália fascista enquanto Salazar pensou que podiam ganhar a guerra. Assim foi lutando contra a concessão de bases militares no território nacional de que hoje sofremos ainda as consequências. Assim foi inscrevendo no Programa do Partido, como um dos objectivos da revolução antifascista a libertação de Portugal do domínio imperialista. Assim foi no 25 de Abril, contribuindo para que a revolução antifascista, a revolução democrática, fosse uma afirmação independente e soberana da vontade nacional.

E desde então? Quem tem posto em causa e comprometido os interesses nacionais e a independência e soberania nacionais e quem as tem defendido?

Nós acusamos o Governo do PSD de Cavaco Silva de, com a progressiva liquidação do Sector Empresarial do Estado e as privatizações, estar a entregar (tal como aconteceu no tempo do fascismo) empresas e sectores básicos da economia portuguesa ao capital e interesses estrangeiros.

Acusamos o Governo de, no quadro da CEE, não acautelar os interesses portugueses - da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas, do nosso desenvolvimento económico -, antes ceder às exigências, pressões e decisões dos países mais desenvolvidos. Acusamos o Governo de tomar uma atitude seguidista em relação ao Mercado Único e aos projectos de União Política Europeia, de União Económica e Monetária, da UEO que, a concretizarem-se, como corolário de instâncias e decisões supranacionais, limitariam ainda mais a independência e a soberania portuguesas.

É irrecusável para quem com critérios de verdade observe os factos que tal como no passado também nesta fase da vida nacional, lutando contra a política de capitulação nacional do Governo de direita, é o PCP pela sua acção, pelo seu Programa, o grande, coerente e infatigável defensor dos interesses de Portugal, da independência e soberania nacionais.

O nosso Partido inscreve no seu Programa, como um dos seus componentes ou objectivos fundamentais da democracia avançada no limiar do século XXI que propomos ao povo português, uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos. Consideramos a independência, soberania e integridade territorial de Portugal valores



fundamentais e inalienáveis da Nação, do Estado e do Povo e coordenadas básicas na política de relações externas. Consideramos o aproveitamento dos recursos naturais e das potencialidades nacionais para o desenvolvimento económico e o bem-estar dos portugueses como um elemento integrante da independência e soberania. Consideramos que no incremento da cooperação económica, política, diplomática, cultural, científica e tecnológica com outros países, designadamente no quadro da CEE, em que Portugal está integrado, é de exigir o respeito pelos interesses recíprocos e a salvaguarda da independência e soberania nacionais.

Por isso reclamamos que na CEE os representantes portugueses sejam a voz de Portugal, do povo português e dos seus interesses e direitos.

**Assim como na defesa da liberdade e da democracia não temos a receber lições de ninguém, igualmente de ninguém temos a receber lições na defesa de Portugal e dos interesses portugueses.**

Como a história mostra são as classes dominantes, os grandes capitalistas e as forças políticas que os representam que sacrificam os interesses nacionais quando contrariam os seus próprios interesses. E são os trabalhadores e as forças políticas que os representam que melhor se identificam com os interesses nacionais.

70 anos de vida e actividade do PCP já demonstraram que ninguém mais que os comunistas luta abnegadamente em defesa da pátria portuguesa.

## 70 anos de luta pela paz

70 anos de vida e de luta do PCP foram 70 anos de luta pela paz.

A luta pela paz foi e é uma constante da acção do nosso Partido. Assim foi sempre na iniciativa e dinamização de movimentos e iniciativas unitárias. Assim foi na luta constante contra a corrida aos armamentos e pelo desanuviamento. Assim foi na luta contra as numerosas guerras de agressão movidas pelo imperialismo. Assim foi na luta contra a guerra de conquista da Abissínia pela Itália, da Manchúria pelo Japão e da guerra desencadeada por Franco militarmente apoiado pela Alemanha nazi e pela Itália fascista contra a República espanhola, ante a «neutralidade» cúmplice das democracias burguesas do ocidente da Europa. Assim foi na luta contra a 2ª Guerra Mundial que desencadeada pela Alemanha hitleriana mergulhou a humanidade em destruição e morte com vista à realização do plano de domínio do mundo pelo fascismo - plano sinistro para impedir o qual tiveram papel decisivo (que a história regista e alguns pretendem fazer esquecer) a resistência dos povos e a luta heróica e libertadora da União Soviética que perdeu 20 milhões de vidas. Assim foi na luta contra as guerras movidas pelos Estados Unidos contra o Vietnã e contra a Coreia do Norte em que o imperialismo sofreu derrotas de significado histórico.

Assim foi na luta contra a criminosa guerra colonial movida pela ditadura de Salazar e Caetano contra os povos das colónias portuguesas que se ergueram contra a dominação colonial e pela independência.

O 25 de Abril significou a conquista da liberdade, da democracia, dos direitos dos trabalhadores, de transformações relevantes e progressistas nas estruturas socioeconómicas. Mas foi também a conquista da paz para Portugal pondo fim à guerra injusta para a qual o fascismo tinha arrastado o país e na qual tinha sacrificado a vida de milhares de jovens. E foi ainda a quebra do isolamento e o caminho para a cooperação internacional.

E actualmente? Que significado tem em Portugal, no concreto, a luta pela paz?

Há a luta geral de carácter universal em que são comuns, os grandes objectivos de todos os povos do mundo - o desanuviamento, a segurança colectiva, a limitação de armamentos e o desarmamento, nomeadamente o nuclear. Há aspectos concretos relativos a Portugal, à política de defesa e à política externa, em que a participação na NATO e agora também a admissão na UEO, os acordos militares com os Estados Unidos, a RFA e a França, a cedência de bases militares e a sua utilização para a guerra, uma política de defesa nacional integrada na estratégia da NATO, contrariam uma política de paz e cooperação que Portugal necessita.

A luta pela paz assumiu, nos últimos sete meses, com a crise no Golfo, uma expressão concreta de urgência porque não se tratou apenas de uma ameaça em desenvolvimento mas de uma guerra de grandes proporções.

A posição do nosso Partido é clara e conhecida. Condenamos desde logo a ocupação do Kuwait pelo Iraque. Mas condenamos igualmente desde logo a gigantesca concentração de meios militares pelos Estados Unidos. Era manifesto ser mero pretexto a invocação hipócrita de repórter o respeito pelo direito internacional no Kuwait, quando os Estados Unidos são useiros e vezei-

ros em violações do direito internacional e apoiam activamente a recusa de Israel cumprir as numerosas decisões do Conselho de Segurança de sair dos territórios árabes ocupados. Era manifesto que, com tal pretexto, o propósito era destruir o Iraque, consolidar a exploração do petróleo, fixar-se em posições estratégicas no Médio Oriente e dar um novo passo no sentido da hegemonia mundial.

**A guerra monstruosa que os Estados Unidos conduziram contra o Iraque, é uma nova demonstração de que o nosso Partido tem razão em afirmar que o imperialismo, nomeadamente o imperialismo norte-americano, conserva a sua natureza exploradora, brutal e agressiva, e procura a reposição da sua hegemonia mundial. A guerra do Golfo é uma guerra que pretende afirmar-se como uma «guerra limpa» mas que é uma das guerras mais sujas do século que agora finda.**

Desde o início da crise, o nosso Partido defendeu que o Governo deveria, com autonomia e independência defender a negociação e uma solução política e pacífica do conflito. E condenamos vivamente o apoio dado pelo Governo à agressão americana.

Desde o início da crise, o nosso Partido sublinhou que a crise do Golfo não poderia ver-se isolada dos outros graves problemas do Médio Oriente, e particularmente da ocupação por Israel dos territórios árabes, da recusa de Israel de se abandonar apesar de numerosas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, do direito do povo palestino de constituição de um Estado independente na sua própria terra.

Após a derrota militar do Iraque, há quem proclame que os palestinos, tendo estado ao lado do Iraque, foram derrotados e perderam o direito à luta pelo seu direito. Há quem proclame que os Estados Unidos têm agora o direito de impor o seu «diktat» aos povos árabes e de se tornar o senhor absoluto do Médio Oriente.

**Esse não é certamente o caminho da solução dos problemas do Médio Oriente, mas o caminho para o seu agravamento. Não é o caminho da paz, mas o caminho para novas guerras. Não é o caminho do respeito do direito internacional, mas o caminho do domínio arbitrário e despótico do imperialismo norte-americano.**

**A luta pela paz continua a ser inseparável da luta anti-imperialista.**

## 70 anos de solidariedade internacionalista

70 anos de vida e de luta do PCP foram 70 anos de solidariedade internacionalista para com os comunistas e outras forças revolucionárias dos outros países, para com os trabalhadores e os povos de todo o mundo.

A própria fundação do Partido, tem a sua origem basilar na consciência política da classe operária portuguesa. Mas foi também inseparável do exemplo e estímulo da Revolução de Outubro e da solidariedade de classe para com o jovem país dos soviets que, lançando-se à construção de uma nova e melhor sociedade, era objecto de desesperada tentativa do capitalismo mundial - através do bloqueio económico, do isolamento, de pressões diplomáticas, do apoio e ajuda às forças contra-revolucionárias, da intervenção militar - para esmagar à nascença um projecto revolucionário que pela primeira vez, nos milénios de história da humanidade, demonstrava ser possível aos que trabalham libertar-se dos seus exploradores, ascender ao poder, tomar o destino nas suas próprias mãos.

**Ao longo dos 70 anos da sua história, ao mesmo tempo que afirmou, nas lidas e nos actos, o seu patriotismo, o PCP afirmou, também, nas lidas e nos actos, o seu internacionalismo.**

Sempre solidário para com os comunistas de todos os países, para com o movimento comunista internacional que ao longo do século XX (mau grado erros, desvios, derrotas, e em alguns casos acções contrárias ao ideal comunista) constituiu a principal força inspiradora e organizadora da luta contra a barbárie fascista, contra a exploração e o obscurantismo, a força política determinante do avanço e das vitórias históricas alcançadas pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Sempre solidário para com os trabalhadores e os povos dos outros países, solidário para com novas revoluções socialistas, não porque nos identificamos com este ou aquele «modelo», mas porque representam conquistas e transformações profundas na sociedade no caminho da libertação do homem. Solidário para com as revoluções democráticas nacionais. Solidário para com a luta heróica dos povos contra ditaduras fascistas e reaccionárias, contra a exploração e domínio imperialista. Solidário para com a luta pela autodeterminação e a independência dos povos submetidos ao jugo do colonialismo, com elevada expressão da solidariedade fraterna e activa forjada na amizade, no conhecimento comum e na ajuda recíproca estabelecida entre o PCP e os movimentos de libertação que em Angola, em Moçambique, em Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em S. Tomé e Príncipe e em Timor-Leste conduziram a luta pela independência.

Não nos deixamos intimidar pelas acusações que os saudosistas do passado fascista e colonialista fazem ao nosso Partido em virtude do papel que desempenhou na Revolução de Abril e no que à Revolução de Abril representou para os povos das antigas colónias portuguesas. **Creio ser motivo de orgulho para o nosso povo e para o nosso Partido, não só ter dado uma importante contribuição na luta contra a ditadura fascista e para a criação de condições revolucionárias que conduziram ao derrubamento da ditadura e à instauração de um regime democrático, mas também ter dado uma contribuição para que Portugal libertado do fascismo, redimindo-se dos crimes do colonialismo, tivesse dado uma contribuição para que os povos colonizados alcançassem a independência.**

Ao contrário das posições do Governo da direita e de outros partidos que apoiam o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, as perversidades da sua vida social e o estender das suas agressões e dos seus crimes, ao contrário das posições que apoiam a acção dos governos ao serviço do capital contra os trabalhadores e condenam as forças revolucionárias, as forças de libertação, do progresso e da transformação social, o nosso Partido mantém coerentes posições de solidariedade internacionalista.

Somos solidários para com o Partido Comunista da União So-

PCP

viética em luta contra as forças anti-socialistas e contra-revolucionárias que, à sombra da «perestroika», querem desagregar a União Soviética. Somos solidários para com os países socialistas que embora com orientações e soluções que se diferenciam das do nosso Partido continuam a constituir uma força indispensável para a evolução progressista do mundo. Somos solidários para com aqueles que nos países do leste da Europa aprendendo com a própria dura e trágica experiência não perderam a esperança e a confiança no futuro e nas novas e difíceis condições continuam a lutar.

Somos solidários para com os povos de África, Ásia e América Latina e, para referir apenas aqueles que na actualidade estão no centro das atenções mundiais, para com o povo de Timor-Leste na luta contra a ocupação indonésia, para com os povos da África do Sul na luta contra o «apartheid», para com o povo palestino na luta por um Estado palestino na sua própria terra, para com os povos da Nicarágua, de El Salvador, do Camboja.

Ao contrário daqueles que riscaram o internacionalismo da sua ideologia, do seu programa e da sua acção, ao contrário daqueles que tendo sido comunistas se voltam agora contra as forças revolucionárias e directa ou indirectamente são solidários para com as forças do capital, **o PCP mantém firmemente no seu ideário, no seu Programa, na sua análise dos acontecimentos internacionais uma activa posição Internacionalista.**

O internacionalismo não é uma noção «caduca», «anacrónica», «ultrapassada» como pretendem alguns. Neste fim do século em que o imperialismo, sentindo-se reforçado pelo próprio poder e por grandes derrotas do socialismo, se lança numa nova cruzada com a louca esperança de erradicar o socialismo do mundo, de esmagar o movimento operário, de abafar a luta dos povos e retomar o domínio económico e político de países que usaram conquistar a independência e escolher o caminho dum desenvolvimento não capitalista, de impor novamente o domínio do capital como sistema único mundial - o internacionalismo (tendo como fundamento mais sólido a consciência dos interesses dos trabalhadores e dos povos e tendo como directa expressão a solidariedade recíproca) é uma necessidade e um imperativo mais forte que nunca.

Não é fácil ser internacionalista. Em países dominados pelas forças do capital, ser internacionalista exige profunda convicção, coragem, dedicação, generosidade, profundos sentimentos humanos e capacidade para resistir às mil e uma pressões e tentativas de intimidação política e ideológica.

Nós, os comunistas, temos consciência disso. E é com tal consciência que **o PCP, partido patriótico que é, é e continuará a ser também um partido Internacionalista.**

**O PCP propulsor da unidade dos trabalhadores e da unidade dos democratas**

Todos observámos que a comunicação social não silenciou as comemorações do aniversário do nosso Partido. Ao contrário. Em numerosos jornais, rádios e na própria televisão foram colhidas entrevistas e declarações, publicadas e transmitidas com largo espaço notícias e comentários.

Queremos aqui expressar o apreço pelo trabalho realizado por jornalistas que procuraram com honestidade ser respeitadores da verdade e ser objectivos na informação e nas apreciações. Mas queremos também sublinhar com desgosto, noutros casos, a abundância de inexactidões, de falsidades, de grosseiras deturpações, quando não de declarações provocatórias acerca da história, da natureza e da realidade do nosso Partido, numa manifesta tentativa de ferir o Partido e afectar a sua imagem por altura das comemorações. De qualquer forma, uma coisa é evidente: **o tão grande volume de materiais publicados e emitidos nos mais variados meios de comunicação social acerca do 70º aniversário é uma indicação segura de que o PCP é um partido bem vivo e presente na vida nacional, um partido cuja história e cuja actividade são importante elemento integrante da sociedade e da democracia portuguesa.**

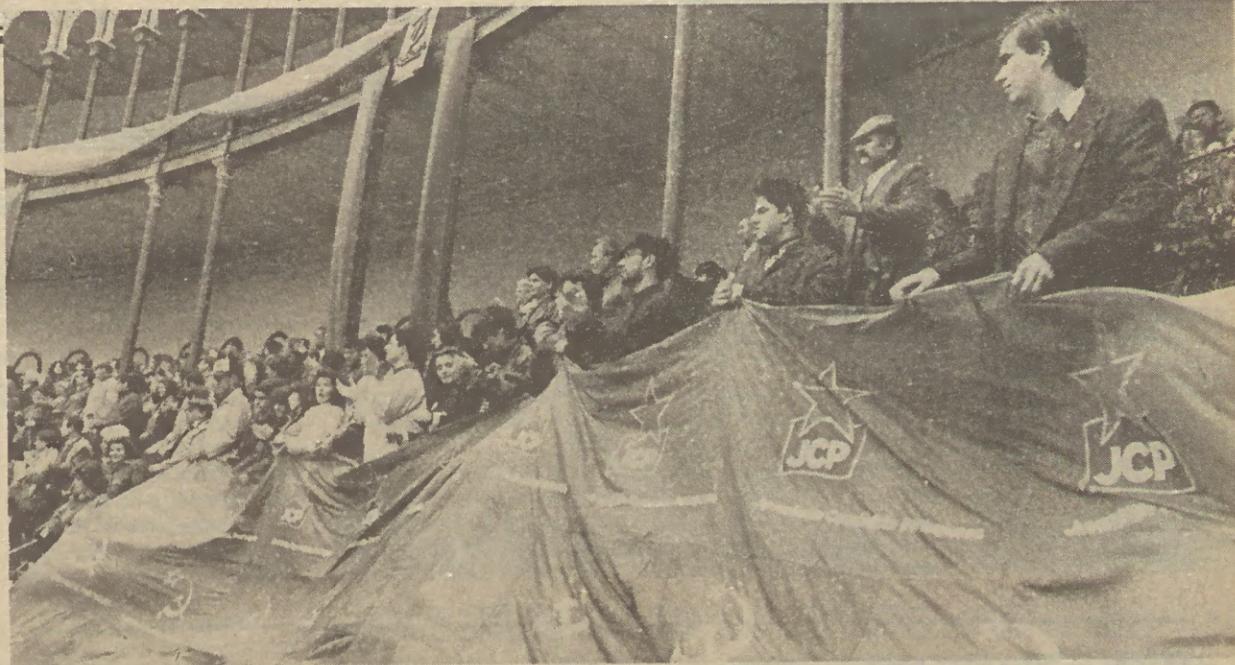
Infelizmente, à falta de informação, há sem dúvida quem se impressione pelo muito que alguns dizem de falso. Nós os comunistas, não nos deixamos impressionar pela falsa imagem com que procuram apresentar o nosso Partido. Nós, os comunistas, temos razões para sentir orgulho da história do nosso Partido, da sua luta ao longo de 70 anos, luta incansável, dedicada, coerente, sem paralelo, em defesa dos interesses dos trabalhadores, luta pela liberdade e a democracia, luta pelo desenvolvimento do país e o melhoramento das condições de vida do povo, luta pelos interesses nacionais e a independência nacional, luta pela paz - luta patriótica e solidariedade internacionalista.

São grandes coordenadas da acção do Partido através dos anos. Sempre vivas, sempre respondendo criativamente às novas situações e às novas realidades. Com objectivos concretos correspondentes ao mundo actual e à actual situação portuguesa, essa luta não terminou, essa luta continua.

Temos consciência do que representa o nosso Partido para o povo português e para Portugal. **Temos consciência e afirmamos que constituímos um partido necessário, indispensável e insubstituível. Mas afirmamo-lo sem soberba, sem arrogância, sem menosprezar aqueles que não sendo comunistas dão o seu contributo para a liberdade, os direitos e o bem-estar do nosso povo, para a independência e a dignidade na nossa pátria.**

Por isso, creio, camaradas, que estareis de acordo que daqui, ao comemorarmos o aniversário do nosso Partido, ao lembrarmos a nossa história, ao lembrarmos a luta dos comunistas ao longo dos anos, lembremos também todos os antifascistas, todos os democratas, todos os patriotas pela luta passada, e saudemos todos aqueles que, não sendo comunistas, lutam hoje pela liberdade, a democracia, o progresso, a independência nacional e a paz.

Nunca tivemos a pretensão de sermos os únicos a ter um papel positivo e construtivo na sociedade portuguesa e de podermos sozinho travar a luta com sucesso. **Ao longo dos 70 anos da sua história, o PCP defendeu e praticou sempre uma política de alianças sociais e políticas correspondente às situações concretas e aos objectivos fundamentais da luta em cada fase e em cada conjuntura da vida nacional.**



São bem conhecidas as expressões fundamentais dessa política do nosso Partido: a luta pela unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral, a luta pela acção comum das diversas classes e camadas sociais, a luta pela unidade das forças democráticas.

É momento apropriado para lembrar que, no tempo do fascismo, o PCP foi o promotor, o impulsor e o organizador das Comissões de Unidade nas empresas que, apoiadas em massa pelos trabalhadores, constituíram um corajoso, vigoroso e eficaz instrumento da luta reivindicativa. Foi o promotor, o impulsor e o organizador da luta dos trabalhadores nos sindicatos da organização corporativa fascista, transformando dezenas deles pela luta corajosa dos nossos militantes, em instrumento de grandes lutas de massas, de importantes vitórias reivindicativas e finalmente na base da criação e desenvolvimento de um forte movimento sindical. Foi, após o 25 de Abril, a força política dinamizadora, através dos seus militantes, na continuidade da heróica luta anterior, do desenvolvimento fulgurante do grande movimento sindical unitário, da poderosa CGTP-Intersindical Nacional. Foi a força dinamizadora para a criação, multiplicação e desenvolvimento das Comissões de Trabalhadores, cuja natureza, força e estrutura democrática e cuja actuação constituem um criativo exemplo de unidade.

A luta pela unidade da classe operária e de todos os trabalhadores é uma constante da acção que 70 anos ilustram como grandes êxitos do nosso Partido.

**Fazendo frente ao divislonismo, o nosso Partido continua firmemente a luta pela unidade dos trabalhadores essencial para a defesa com êxito dos seus interesses e direitos e elemento poderoso para que venha a formar-se um Governo democrático com uma política democrática.**

É momento apropriado para lembrar também que a linha de trabalho unitário do Partido, tanto antes como depois do 25 de Abril, não se limita aos trabalhadores. Ela respeita à acção dos militantes comunistas em todos os movimentos e organizações unitárias dos agricultores, dos intelectuais, das mulheres, da juventude, dos reformados, dos deficientes, bem como nas mais variadas organizações de massas como é o caso do associativismo popular.

É ainda momento apropriado para lembrar que **a luta pela unidade das forças democráticas para a qual os trabalhadores desempenham sempre e continuam a desempenhar papel determinante, foi sempre um traço de relevo através da sua história na actuação do nosso Partido.**

Assim foi no tempo do fascismo, em que o PCP foi o promotor, organizador e dinamizador dos grandes movimentos de unidade antifascista (MUNAF, MUD, Juntas Patrióticas, CDE, FPLN). Assim foi no 25 de Abril empenhando as suas forças e energias na acção comum com o MFA e outras forças democráticas para a instauração do regime democrático.

Assim tem sido na formação das coligações eleitorais do nosso Partido, podendo aqui anunciar que **esperamos, dentro de poucos dias, concluir os acordos com o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática para constituir novamente a CDU (Coligação Democrática Unitária) com vista a concorrer às eleições para a Assembleia da República - CDU que estará aberta à mais larga participação de democratas independentes e mesmo de outros partidos.**

A JCP formalmente não faz parte da coligação, mas será assegurada a sua voz na Assembleia da República e temos a certeza de que a juventude se empenhará com consciência, entusiasmo, alegria e o seu estilo próprio para um grande sucesso na campanha e nas eleições.

Camaradas: falando das eleições, nós insistimos na necessidade da **convergência e unidade dos democratas** - designadamente do PCP e do PS - **para pôr fim ao Governo de direita do PSD/Cavaco Silva e para assegurar uma alternativa democrática. Mas insistimos também em que é necessário que o eleitorado ganhe consciência de que sem o PCP não é possível uma alternativa democrática e de que as possibilidades de uma alternativa democrática serão directamente proporcionais à força, votação e representação do PCP e seus aliados na Assembleia da República.** Temos desde já de trabalhar para alcançar um tal resultado.

**O PCP necessário ao povo e ao País com a sua identidade própria**

A breve memória que acaba de ser feita é suficiente para mostrar como é irrecusável que, ao longo de 70 anos de existência, a luta do nosso Partido se desenvolveu em defesa dos interesses dos trabalhadores, pela liberdade, a democracia, o desenvolvimento do país e o bem-estar do povo, os interesses nacionais e a independência e soberania de Portugal, a paz, a solidariedade para com as forças revolucionárias, os trabalhadores e os povos dos outros países.

Por que foi e é possível que em tão diversos momentos históricos, em tão diversas situações, defrontando perseguições, discriminações, ataques dos mais vis, campanhas das mais infa-

mes, o PCP tenha combatido sempre através dos anos e continue o combate por tais objectivos fundamentais? Por que foi e é possível que o PCP tenha dado e dê exemplo único de firmeza e coerência na luta por tais objectivos e valores?

Isso foi e é possível porque o PCP é um partido de convicções, um partido cuja raiz e natureza vêm dos trabalhadores que não têm privilégios ilegítimos nem clientelas a defender, um partido, que actua para com a política, servir o povo e não para se servir da política, um partido revolucionário com uma ideologia revolucionária que é um guia para a acção, um partido cuja unidade tem entre outros fundamentos a ímpar vida democrática interna, um partido que tem um ideal que o inspira e mobiliza as suas energias, um partido que atento à mudança e dando respostas novas às novas situações e aos novos fenómenos, renovando a sua orientação e as suas formas de intervenção na vida social e política, se afirma e confirma ao longo dos 70 anos da sua existência como um partido comunista.

Isso foi e é possível por um lado porque **a força indestrutível do PCP tem como fontes inesgotáveis a vontade, a convicção, a consciência política, a correcta conduta cívica, o valor moral, a dedicação e a coragem de milhares e milhares de homens, mulheres e jovens que constituem um exaltante colectivo de fraternidade e de combate; e por outro lado porque o Partido goza da confiança e tem profundas raízes na classe operária e nas massas populares, raízes nascidas e constantemente reforçadas na identificação da acção partidária com os interesses, necessidades e aspirações populares mais profundas.**

Isso foi e é possível porque, tendo um passado honrado e heróico (antes e depois do 25 de Abril) que memória e de que se orgulha, ao comemorar o seu 70º aniversário, **o PCP está constantemente empenhado na luta presente e olhando o futuro com confiança.**

Sabemos que ao afirmá-lo damos desgosto aos arautos da nossa desgraça. Mas é com grande alegria e inteira verdade que podemos aqui afirmar, **ao comemorarmos o 70º aniversário do nosso Partido, que no momento presente o Partido está lançado, com uma militância e dinâmica crescentes, numa intensa actividade em todas as frentes da sua intervenção.**

Em vez do isolamento social que alguns anunciavam, actuamos no seio dos grandes movimentos e organizações de massas e estamos profundamente empenhados na grande movimentação social dos trabalhadores e classes e sectores antimonopolistas contra a política do Governo.

Em vez de isolados e silenciados na Assembleia da República os nossos deputados conduzem interpeleções ao Governo e apresentam projectos de lei abordando problemas cruciais.

Em vez de reduzidos na intervenção autárquica pelas ofensivas do Governo contra o poder local democrático, os nossos eleitos com trabalho, honestidade e competência e ligados às populações, intensificam a sua actividade para resolverem os problemas.

Em vez de encostados à parede, encurralados, reduzidos a um «ghetto», preparamo-nos para alargar e lançar a CDU e estamos a intervir na vida nacional com grande abertura, preparação e ligação à vida e ao povo.

Em vez de diminuídos, enfraquecidos, divididos como renunciavam alguns, o Partido reforça-se e lançou e está realizando um intenso plano de iniciativas, de assembleias, de encontros, de colóquios, de comícios e sessões, de festas e convívios, de jornadas e campanhas de propaganda.

Temos diante de nós para realizar centenas de iniciativas pequenas e grandes do 70º aniversário do Partido. Preparamos as grandes jornadas do 25 de Abril e do 1º de Maio. Realizaremos a Festa do «Avante!» na Atalaia, em terra nossa e que por ser nossa está aberta ao povo, podendo aqui informar que **a campanha para a compra do terreno, ultrapassando a meta, já atingiu 182.000 contos.** Preparamos a batalha eleitoral para a Assembleia da República com confiança no êxito do Partido, êxito necessário ao povo e à democracia e factor determinante para uma alternativa democrática.

Temos soluções para os problemas nacionais. Temos um projecto político que propomos ao povo. Com o povo, temos capacidade para realizá-lo.

Comemoramos o 70º aniversário do nosso Partido com a participação entusiástica do nosso grande colectivo partidário, e creio que todos estaremos de acordo em que precisamente hoje e aqui, sublinhemos a militância de dezenas de milhares de mulheres comunistas, dirigindo-lhes a elas e a todas as mulheres portuguesas, como se fossem ramos de flores, as saudações pelo Dia Internacional da Mulher ontem comemorado.

E estaremos também todos de acordo em que saudemos também a participação dinâmica, crescente e vigorosa da JCP, cuja convicção e acção constituem uma das mais certas garantias do futuro do nosso Partido.

Comemoramos o 70º Aniversário do nosso Partido festejando e lutando com confiança no futuro do nosso Partido, com confiança no nosso povo, com confiança no futuro livre, democrático, progressista, independente e socialista de Portugal.

**Viva o 70º aniversário do Partido Comunista Português!  
Viva o Partido Comunista Português!**

## Trabalhadores

# Por uma grandiosa jornada no sábado

A jornada do próximo sábado que de algum modo acabou por ter características nacionais, pois estavam previstas no início desta semana várias acções noutros pontos do País, designadamente para amanhã, deve efectuar-se conforme foi anunciado inicialmente entre a Praça do Marquês de Pombal e o Rossio em Lisboa, sendo a concentração pelas 14 e 30. Nas actividades que de um modo ou de outro têm preparado o desfile de Lisboa merece destaque a movi-

mentação nas empresas e sectores onde o próprio desenrolar dos conflitos internos é acompanhado pela necessidade de contrariar fortemente as intenções do Governo expressas no novo «Pacote Laboral».

A jornada, particularmente em Lisboa, com a participação de Setúbal, terá à partida do Marquês de Pombal a presença de trabalhadores de todo o distrito e dos sectores mais afectados pelos últimos desenvolvimentos da política

laboral do Governo, como sejam metalúrgicos, funcionários públicos, professores, médicos, comércio, escritórios e serviços, hotelaria e turismo, e ainda pelas empresas que constituem o sector da metalomecânica pesada como a Sorefame, Mague, Sermague, Sepsa, SMM, Metalsines e SGM.

Num seminário entretanto organizado pela Fepces (Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) com sede em Lisboa, era des-

tacada a questão do «período experimental» que, no entender dos intervenientes, «permite a prazo que este "novíssimo" instituto substitua o escândalo dos contratos a prazo».

Como aconteceu com a generalidade das organizações filiadas na CGTP-IN, além da Fepces também tomou posição destacada ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores que aparentemente não seriam

directamente atingidos pela legislação que o Governo pretende fazer aprovar para todos os trabalhadores.

Mas não é realmente assim. Os TFP «estão de imediato sujeitos ao Pacote Laboral», na medida em que «o Governo tem procedido e uma crescente privatização das relações laborais na Administração Pública» através de «contratos a termo, contratos indivi-

duais de trabalho e entrega de cada vez mais sectores à chamada gestão privada».

Pelo que veio a público relativamente à preparação da Jornada de 15 e 16 do corrente é de prever que os trabalhadores correspondam em massa às iniciativas regionais, sectoriais e de empresa nos próximos dias e para a semana que se segue à jornada de luta contra o Pacote Laboral.



A frente do desfile em Lisboa em 7 do corrente

## Professores desfilam em Lisboa

Dirigentes sindicais e representantes de escolas desfilaram quinta-feira passada em Lisboa para protestarem contra o diploma de gestão e administração dos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário. O Ministério da Educação é acusado de «intransigência e autoritarismo».

Tanto o ME como o Governo ignoraram ou desprezaram as opiniões expressas pelos professores e pelas suas organizações sindicais representativas. Foi entregue no Ministério um abaixo-assinado com milhares de assinaturas.

O desfile foi promovido pela Fenprof.

Estiveram recentemente em greve vários profissionais da Maternidade Alfredo da Costa, dos Serviços de Informática Tributária da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (anúncio para 12 do corrente), técnicos superiores e técnicos de aviação civil.

Na Alfredo da Costa é exigida a redução do horário de trabalho. Nos outros casos, trata-se sobretudo do novo sistema retributivo por aplicar.

O conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública emitia entretanto um extenso documento sobre o assunto, bem como sobre o descongelamento dos escalões e o chamado «Estado secreto» — legislação em debate na Assembleia da República.

## Rurais do Norte e Centro não foram recebidos pelo Primeiro-Ministro

Deslocou-se há dias a Lisboa uma delegação dos trabalhadores agrícolas do norte e centro do País. O objectivo era avistar-se com o Primeiro-Ministro a fim de lhe expor pessoalmente «a situação de impasse que se verifica à volta da publicação da portaria de extensão do contrato do concelho de Vila Real». O Primeiro-Ministro não recebeu a delegação.

Sob o título «Há contradições no Governo sobre o contrato dos agrícolas do norte e centro», a comissão coordenadora dos sindicatos agrícolas daquelas zonas afirma nomeadamente num comunicado:

«O Primeiro-Ministro, como vem sendo habitual, não recebeu os trabalhadores agrícolas que para o efeito solicitaram audiência, o que vem provar a

falta de vontade política do Governo em resolver este e outros problemas e diminuir as injustiças sociais.

«Contraditória é ainda a posição do Governo sobre a publicação da portaria. O ministro do Emprego e Segurança Social justifica a recusa da publicação de tal portaria pelo facto de o ministro da Agricultura ter dado um parecer desfavorável baseando-se num outro parecer solicitado à Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes.

«Acontece que no próprio dia 27 de Fevereiro findo, o ministro da Agricultura, contactado pela RTP-Canal 2, no «Jornal das 9», ao ser confrontado com esta situação, afirmou desconhecer a situação dos trabalhadores agrícolas,

quando os sindicatos agrícolas têm provas escritas do ministro do Emprego de que foi o ministro da Agricultura que inviabilizou a publicação da portaria de extensão.

«Seja como for, nenhum ministro pode desconhecer os problemas sociais que rodam à volta do seu Ministério e muito menos ignorar as justas reivindicações dos trabalhadores agrícolas.

«Os sindicatos dos trabalhadores agrícolas continuam a exigir do Governo a rápida publicação da portaria de extensão e vão prosseguir a luta para obterem tal medida».

Nesse sentido, a comissão coordenadora dos sindicatos agrícolas do Norte e Centro marcou para 12 do corrente uma reunião na Régua.

### Contra as proibições de pastoreio

A Associação dos Pastores Transmontanos, reunida entretanto, tornou públicos vários protestos, designadamente contra a proibição de pastoreio em terrenos baldios, contra a falta de coordenação das entidades oficiais nas suas campanhas de despiste de epidemias e contra as demoras no pagamento das indemnizações por abate de gado.

A Associação, além do pedido de várias audiências, decidiu efectuar em Maio próximo o primeiro Encontro-Festa dos Pastores Transmontanos, na Sr.ª do Monte, Valdegas, Boticas.

## Acidentes de trabalho Governo retira proposta que obteve consenso o ano passado

**326 961 acidentes em 1989 • Incapacidade superior em 23 772 casos • Perdidos, em 1990, 713 946 dias de trabalho • A Inspeção não actua e diz que não pode actuar**

O Governo acaba de pôr de parte a proposta de lei de bases sobre higiene e segurança no trabalho que ele próprio tinha posto à discussão pública em 27 de Abril do ano passado. As federações sindicais da CGTP-IN, reunidas recentemente em Lisboa, protestaram contra essa atitude relativamente a um documento que «obteve o consenso de todas as partes envolvidas na sua discussão, no âmbito do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho».

Segundo aquelas federações, o abandono da proposta significa «uma afronta a todos os que se empenharam para que este processo avançasse», bem como «um atraso de mais de um ano, pois a nova proposta a ser elaborada terá que ser novamente submetida a discussão pública».

### Níveis assustadores

Só em 1989, sublinham as federações da CGTP, foram 326 961 os acidentes de trabalho. Um nível assustador. A incapacidade de trabalho provocada foi superior a 3 meses em 23 772 casos.

Entretanto, a Inspeção do Trabalho ainda recentemente

reconhecia em público que não dispõe de meios eficazes para intervir e fazer acatar as normas já há muitos anos em vigor. A Inspeção praticamente não actua.

Além das mortes a lamentar, há que ter em conta que no ano passado se perderam devido a acidentes 713 946 dias de trabalho.

Depois de reivindicarem «a publicação imediata do actual projecto», as federações sindicais da CGTP concluem o seu comunicado sobre o assunto declarando:

Não se compreende que o Governo anuncie a sua disposição de «abandonar o projecto de lei-quadro sobre higiene e segurança no trabalho. Provavelmente é para fazer a vontade ao patronato que, depois de ter concordado com a proposta que se pretende abandonar agora, acabou por avançar no Conselho Permanente de Concertação Social, com propostas que contradizem o conteúdo daquela.

«Seja como for, Portugal não poderá ficar por mais tempos sem uma lei de bases sobre higiene e segurança no trabalho que permita pôr cobro à sinistralidade alarmante que temos. E a publicação da proposta já discutida poderia ser um passo muito importante nesse sentido», concluem as federações.

## Dia da Mulher

Nos locais de trabalho que empregam mais pessoal feminino, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal decidiu comemorar este ano o 8 de Março — Dia Internacional da Mulher — entregando, além de um documento alusivo, cravos a cerca de cinco mil mulheres do sector.

O documento refere-se aos principais problemas femininos e faz um apelo a uma maior participação na vida sindical.

Para domingo, dia 10, estava marcada uma exposição-convívio em Lisboa, na sede do sindicato.

# Grupo Parlamentar do PCP assumiu compromissos

## Jornadas Legislativas no distrito de Leiria

Nos dois primeiros dias deste mês de Março o PCP realizou as suas Jornadas Legislativas Distritais em Leiria. O objectivo foi concretizar um levantamento dos principais problemas da região, visando levar à Assembleia da República iniciativas que contribuam para a sua solução. Os deputados João Amaral, Lino de Carvalho, Álvaro Brasileiro, Lourdes Espanhol, António Filipe e Júlio Antunes, acompanhados vários dirigentes regionais do PCP, visitaram quase todos os por concelhos do distrito e realizaram um vasto conjunto de visitas e encontros com entidades da região e com a população.

Entre as entidades contactadas salientam-se várias Câmaras Municipais (Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Bombarral, Nazaré, Peniche e Pombal), Escolas Secundárias (Alcoçaba e Caldas da Rainha), diversas instituições de saúde (Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, Hospitais de Peniche e Pombal, Centros de Saúde de Bombarral e Marinha Grande, empresas, Organizações de Agricultores (Coop. Ag. do Bombarral, Federação de Agricultores e suas Uniões), de empresários industriais, de armadores de pesca, sindicatos, organizações representativas dos trabalhadores das empresas FEIS e Tomé, Fêiteira, várias Juntas de Freguesia (Mira d'Aire, Salir do Porto, S. Martinho, Tornada e Alfeizerão) e Associações de Defesa do Ambiente.

As Jornadas Legislativas do PCP permitiram evidenciar que o distrito de Leiria, se é facto que apresenta crescimento da produção económica, é facto, também, que esse crescimento foi feito com o simultâneo agrava-

mento das desigualdades não só entre camadas sociais mas até entre diferentes sub-regiões.

Por responsabilidade do Governo, o distrito não tem uma proposta clara de desenvolvimento regional, que seria essencial para atender a graves carências e problemas que se constatarem.

No sector industrial, os Deputados do PCP contactaram sectores e empresas com dificuldades, com realce para o sector da **crystalaria, limas e para a zona de Castanheira de Pera (lanifícios)**. O Grupo Parlamentar assumiu o compromisso de questionar o Governo sobre as medidas necessárias para atender a esta situação.

Noutros sectores económicos vem proliferando o **emprego precário a prazo e o ilegal**, bem como os baixos salários. No contacto com a **União dos Sindicatos de Leiria**, os deputados do PCP tomaram conhecimento das dificuldades postas à **acção sindical**, designadamente pela **discriminação dos trabalhadores sindicalizados**, o que consti-

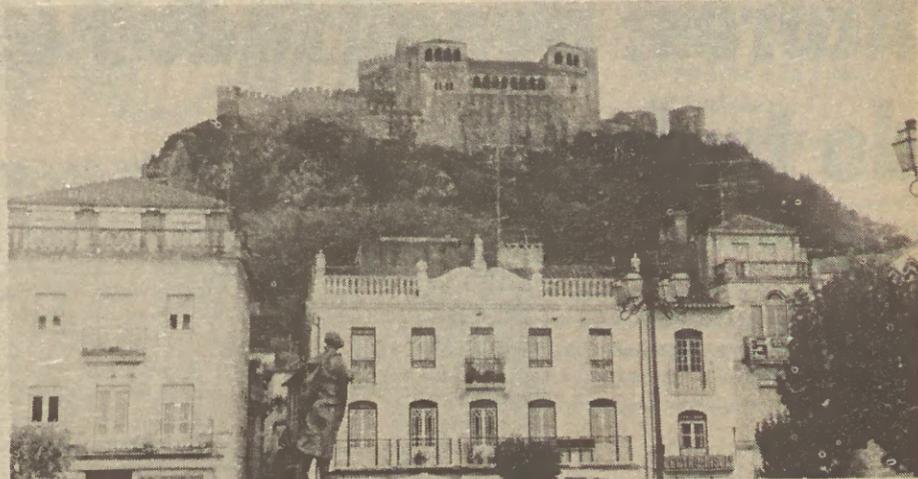
tui uma grave violação dos **direitos fundamentais**. Os deputados comunistas declararam a sua intenção de combater, pelos meios constitucionais ao seu alcance, o **conteúdo do pacote laboral**.

As jornadas constatarem, por outro lado, as dificuldades que sectores económicos de frontam com o crédito. Foi o referido designadamente pela CEFAMOL (indústria de moldes).

### Agricultura, ambiente, saúde e ensino

Quando à **Agricultura**, num contexto muito vasto de problemas que enfrenta a agricultura regional, destacam-se pela sua gravidade os **da Fruto, do Vinho, da Pecuária, do Leite e do Arroz**. A política da liberalização das importações, as dificuldades do acesso ao crédito e seus elevados custos, os atrasos no pagamento dos investimentos ao abrigo dos fundos estruturais e sua exígua aplicação na região e os altos preços dos factores de produção estão a inviabilizar a modernização dos sectores-chave da agricultura regional.

O Grupo Parlamentar do PCP assume desde já o compromisso de interpelar o Governo sobre as medidas necessárias à defesa da fruticultura da região designadamente da **pêra rocha**, bem como da grave situação por que passa a produção de arroz na região.



Quando ao **Ambiente** é preocupante a grande poluição das linhas de água e costa litoral, destacando-se entre outras as situações da **Lagoa de Óbidos, Baía de S. Martinho e Bacia do Liz**.

Neste contexto o Grupo Parlamentar do PCP assumiu vários compromissos:

- **Lagoa de Óbidos** — promover uma iniciativa legislativa visando o estudo para protecção e valorização da Lagoa.

- **S. Martinho do Porto** — propor na Assembleia da República uma Audiência Parlamentar sobre os problemas da poluição da Baía de S. Martinho com carácter de urgência.

- Inquirir junto do Governo medidas visando alterar e resolver a grave situação existente na Bacia do Liz.

Quando às **Acessibilidades** — as Jornadas Legislativas fizeram um levantamento da situação em matéria de acessibilidades. A ausência de investimentos imprescindíveis foi fortemente criticada. O Grupo Parlamentar vai **questionar** o Governo quanto à implementação na região dos itinerários principais e complementares (designadamente IP6, IC8, IC1, IC9); das variantes aos principais aglomerados, nomeadamente o do **Bombarral**, da **Barosa**, as ligações à auto-estrada e melhoramento da

rede viária regional em geral. A modernização da linha do Oeste, foi outra das questões que mereceu uma particular atenção do Grupo Parlamentar.

No que diz respeito ao **Poder Local** no contacto com as diversas autarquias ressaltaram as dificuldades financeiras que afectam a generalidade dos Municípios do distrito, em especial pela sistemática imposição do Poder Local de novos encargos sem as correspondentes verbas e de co-financiamentos em investimentos da exclusiva responsabilidade do Poder Local.

Finalmente, as Jornadas Legislativas permitiram ainda aos deputados do PCP tomar contacto com um importante conjunto de situações, designadamente nos domínios social e de equipamentos básicos que justificam a tomada de iniciativas na Assembleia da República. São de referir designadamente as seguintes:

- Alargamento do Hospital de Caldas da Rainha e modernização do Hospital Termal.

- Remodelação e alargamento das «urgências» do Hospital de Pombal.

- A criação de Serviços Sociais no Instituto Politécnico de Leiria.

- O alargamento da rede escolar pública em diversos con-

celhos, nos vários níveis de ensino com especial permênica para a educação pré-escolar e para o ensino secundário nos principais centros urbanos, como em Caldas da Rainha e Alcoçaba.

- A questão do Hospital da Nazaré.

- A imediata implementação do projecto de ampliação do Porto de Peniche.

- O abastecimento de água potável a Mira d'Aire.

- A garantia do financiamento da Barragem de Peniche, obra vital para o abastecimento de água ao concelho.

- A construção do novo Centro de Saúde do Bombarral e garantia de meios financeiros, moderno equipamento e alargamento dos serviços prestados pelo Hospital do Bombarral.

- O total aproveitamento do Centro de Saúde da Marinha Grande.

Fazendo um significativo levantamento da situação do distrito, as Jornadas Legislativas evidenciam que o PCP, através do trabalho político, legislativo e parlamentar, prova dar uma contribuição positiva para a análise e solução das questões e problemas, através de propostas concretas que serão apresentadas a breve trecho na Assembleia da República.



# 4.ªs Jornadas Algarvias

## Analisar os problemas, propor soluções

As 4.ªs Jornadas Algarvias promovidas pela Organização do Algarve do PCP, num período compreendido entre 15 de Março e 20 de Abril, vão na edição de 1991 abranger um leque muito vasto de temas, da maior importância para o Algarve. A formação profissional, da qual dependem os quadros necessários para fazer frente à completa integração no Mercado Europeu; a situação social e os direitos dos trabalhadores, gravemente ameaçados pelo Pacote Laboral proposto pelo Governo; a horto-fruticultura, afectada por mercados concorrenciais; a pesca artesanal e o quadro de apoio nacional e internacional são temas agendados — estes e outros aspectos serão objecto de análise e propostas de soluções por parte dos intervenientes das sessões que terão lugar em Faro, Portimão, Quarteira, Silves, Olhão e Vila Real de Santo António.

As Jornadas Algarvias têm vindo a realizar-se bianualmente desde 1984, reúnem técnicos especializados nas diversas matérias em discussão, a que se associam eleitos do Poder Local, dirigentes das várias estruturas do movimento social — sindicatos, cooperativas — assim como deputados e dirigentes regionais e nacionais do PCP e têm como objectivo reflectir, debater e encontrar soluções para alguns dos problemas mais agudos da região.

Os temas agendados no debate variam com a natureza dos problemas mais sentidos no momento da sua realização, pelo que este ano vai

abordar-se a questão do PRO-TAL, com grande destaque quanto às responsabilidades aferidas aos Planos Directores Municipais no decreto regulamentar aprovado.

O conturbado traçado da Via do Infante, bem como a calendarização do processo de regionalização e o balanço da sua implementação serão igualmente objecto de atenção durante as Jornadas.

É importante referir que as Jornadas Algarvias têm contado em todas as suas edições com a participação de elementos que, não sendo filiados nem próximos do PCP, se empenharam na procura de solu-

ções dos variados problemas que o Algarve enfrenta.

Estas presenças demonstram a forte consciência regional existente, possível de ser motivada e mobilizada em torno da concretização de uma política capaz de assegurar um futuro com desenvolvimento para o Algarve, capaz de, sem artificialismos nem irresponsabilidades, garantir aos que aqui vivem níveis de segurança e bem-estar.

Para o PCP, as Jornadas Algarvias inserem-se numa linha de actuação marcada pela preocupação constante de contribuir de forma responsável para a resolução dos problemas e das deficiências inventariadas. Linha de actuação que não se compadece com demagogias fáceis, nem promessas vãs em épocas eleitorais — quantas vezes abandonadas depois da contagem dos votos.

Não abdicaremos desta acção política caracterizadora de um Partido ligado à vida e aos algarvios, uma força indispensável para garantir a viragem que urge concretizar na vida nacional.

### Vasto quadro de iniciativas

No sentido de intervir activamente, o PCP propõe-se realizar, além das 4.ªs Jorna-

das Algarvias, e já no próximo mês de Maio, o Encontro Regional sobre a intervenção da Mulher na Comunidade local. Terá igualmente lugar em Lagos um debate sobre o Património Histórico, Arquitectónico e Cultural do Algarve, bem como dois debates versando a situação política internacional e o socialismo.

Finalmente, este ciclo de actividades encerrar-se-á com as 2.ªs Jornadas Parlamentares do Algarve, em 13, 14 e 15 de Junho, onde intervirão deputados da Assembleia da República com relevo para Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, eleito como cabeça de lista do Algarve.

Com 70 anos de existência comemorados em Março deste ano, o PCP confirma-se no Portugal de hoje como uma força política de referência no panorama nacional. Partido ímpar, internacionalista e patriótico, o PCP tem uma história que se funde com a luta do povo, indispensável na defesa da liberdade, progresso e bem-estar, valores maiores de uma sociedade democrática — sublinham os organizadores das Jornadas.

(Ver na Agenda extractos do programa geral das 4.ªs Jornadas Algarvias.)

PCP

# Açores: penalizados os que vivem do trabalho

• Decq Mota em conferência de Imprensa

Os trabalhadores açorianos, unidos em torno dos seus sindicatos, estão a lutar por aumentos dignos, contrariando assim a política do PSD, que visa não só manter as desigualdades, como fazer com que sejam os trabalhadores a pagar, sozinhos, as várias crises que nos envolvem — afirmou em recente conferência de Imprensa o dirigente comunista José Decq Mota.

O Coordenador do PCP/Açores falava aos jornalistas, em Ponta Delgada, sobre as conclusões da Comissão Executiva Regional da DORAA do PCP.

Decq Mota diria a dado passo aos profissionais da Comunicação Social:

«O ano de 1990 terminou com uma inflação regional declarada de 13% e já em Janeiro os múltiplos aumentos de preços sublinharam a tendência inflacionista.

A subida recente dos transportes terrestres agravou seriamente as condições de vida das populações e a subida dos tarifários da SATA e TAP para além de acentuarem o isolamento têm repercussões gerais e negativas na economia que se reflectem directamente no agravamento do custo de vida».

E mais adiante:

«A tentativa realizada pelo Governo Regional em Janeiro passado de impor, através do

Conselho Regional de Concertação Social um referencial de 11% para o crescimento salarial no corrente ano aparece hoje como mais uma manobra inclassificável de um Governo totalmente desacreditado. O facto dos parceiros sociais regionais terem recusado qualquer hipótese de assinarem um acordo para uma política de rendimentos é demonstrativo da inconsequência da postura governamental».

Decq Mota lembraria ainda:

«Verifica-se hoje que o desemprego regional oficial anda pelos 6% e que a emigração, depois de 86, ganhou novo e crescente impulso.

De acordo com dados oficiais o mercado de trabalho decresceu na Região no terceiro trimestre de 1990.

«Convém lembrar que o Governo Regional previu no PMP em vigor a existência de uma taxa de desemprego que não ultrapassasse os 4% (está hoje em 6%) e previu a criação

de maior número de postos de trabalho, o que na realidade não está a acontecer, bem pelo contrário.

«A evolução da situação referida é preocupante, não só pelos efeitos negativos directos que provoca, mas porque revela o facto do Governo do PSD continuar completamente insensível às realidades sociais, preferindo antes desenvolver políticas que apenas visam beneficiar uma classe muito restrita.»

## Deputados comunistas na Amadora e Sintra

• Jornadas Legislativas em Abril

Inserido num plano de acção preparatório das Jornadas Legislativas a realizar no próximo mês de Abril, os deputados comunistas eleitos pelo distrito de Lisboa percorreram, recentemente, os concelhos da Amadora e Sintra.

Os contactos realizados permitiram, sem dúvida, um riquíssimo contacto directo com a realidade daqueles dois concelhos da Grande Lisboa.

Os deputados encontraram-se com as estruturas dos trabalhadores e visitaram várias empresas. Encontraram-se também com as populações de diversos bairros, tendo-se avistado com a Câmara Municipal de Sintra e com a CM e AM da Amadora.

Os deputados comunistas tiveram oportunidade de con-

tactar directamente problemas de extrema actualidade naquelas zonas, nomeadamente nas áreas de saúde, saneamento básico, habitação, reformados e pensionistas, transportes e acessibilidades.

Esta acção dos parlamentares do PCP terminou com um Encontro sobre as questões das associações de cultura e desporto, que reuniu um leque significativo de participantes.



## Iniciativas em Gaia

«Permitir uma melhor organização e preparação do colectivo partidário» local «dotando-o das melhores condições para enfrentar todas as tarefas que se colocam a nível concelhio e nacional» é objectivo da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Nova de Gaia, marcada para 18 de Maio próximo.

Reunidos há dias, militantes e quadros do PCP daquele concelho portuense aprovaram um intenso plano de trabalho que contempla iniciativas de carácter diversificado para os próximos meses, incluindo «uma série de visitas em Março e Abril» de deputados do PCP.

«17 Anos de Abril, 17 Anos de Poder Local Democrático» é o tema do debate sobre Regionalização que decorrerá em Gaia, a 20 de Abril, para o qual está prevista a presença do camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do Partido.

## Loures Assembleia no dia 15 de Abril

O trabalho preparatório da V Assembleia entrou numa fase superior com a discussão em toda a organização partidária do documento de resolução política — sublinha a Comissão Concelhia de Loures do PCP, numa breve nota em que dá conta da realização, no próximo dia 15 de Abril, da Assembleia da organização do Partido, em que estará presente Álvaro Cunhal.

O documento-base para debate entre os militantes deste concelho dos arredores de Lisboa, onde o Partido assume grandes responsabilidades no plano autárquico e social, propõe como prioridades de trabalho para os comunistas a acção nas autarquias e junto das populações, com o movimento operário e restantes trabalhadores e junto da juventude.

## Camaradas Falecidos

### José da Costa Soares

Após prolongada doença, faleceu recentemente o camarada José da Costa Soares, de 71 anos.

Tenente da Armada na reserva, lutador antifascista, o camarada José Soares vivia desde 1978 na Ronqueira — Penacova, onde desenvolvia a sua actividade partidária, sendo membro da Comissão Concelhia do PCP e, pela sua maneira de ser, grangeava a simpatia generalizada, a estima e o carinho dos comunistas e da população de Penacova, como nos refere aquela organização do Partido.

### Bernardo Alves Monteiro

No passado dia 28 de Fevereiro, vítima de um acidente de viação, faleceu o nosso camarada Bernardo Alves Monteiro, de 56 anos, membro do PCP desde 1967. Natural da Ribeira de Santarém, residia há 27 anos na cidade de Castelo Branco, onde era sócio-gerente do Armazém Brancastelo.

### Francisco Carvalho

Faleceu no Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, o nosso camarada Francisco de

Carvalho, de 68 anos, militante antifascista de longa data. Foi deportado para o Tarrafal depois das greves de 1947 nos estaleiros navais. O camarada era natural de Lisboa.

### Custódia da Silva Barbado

Organizada na célula do Bairro 5, da freguesia do Barreiro, faleceu no passado dia 26 de Fevereiro, a nossa camarada Custódia da Silva Barbado. Contava 85 anos. O funeral realizou-se para o cemitério do Lavradio.

### Adérito Alfredo Vales

Vítima de um acidente de motorizada, quando regressava do trabalho para a sua residência, faleceu o camarada Adérito Alfredo Vales, de Sendim da Serra, concelho de Alfândega da Fé. O camarada tinha 34 anos e era operário da construção civil.

### Euclides Vaz

Há alguns anos retirado da actividade por doença, faleceu o escultor Euclides Vaz, de há muito militante do PCP, a cuja célula de Artistas Plásticos de Lisboa pertencia.

Nascido em Ílhavo em 1916, concluiu o Curso de Es-

cultura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa com a classificação de 20 valores.

Foi professor no ensino técnico e, posteriormente, na ES-BAL, tendo atingido o limite de idade como docente em 1980, depois de ter sido perseguido por razões políticas durante vários anos com prejuízo da sua carreira.

Premiado e condecorado, de entre a sua obra destacam-se: dezassete monumentos em cidades portuguesas e das ex-colónias, relevos integrados nos tribunais de nove cidades e vilas do nosso país, medalhas e placas e ainda moedas da FAO e as de 20 e 50 escudos actualmente em circulação.

Vai estar de novo representado na Exposição Medalhística Portuguesa Contemporânea que decorre na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo até 27 deste mês, exposição que seguirá posteriormente para Loures, Vila Franca de Xira, Grândola e Beja.

A Escola Superior de Belas-Artes vai homenagear Euclides Vaz em Junho.

\*\*

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## 70 anos comem

De todas as regiões do País têm numerosas notícias sobre iniciativas organizadas do Partido nos seus convívios, sessões, comícios e debates, assembleias, exposições de trabalho e de iniciativa, evocando do Partido na sociedade portuguesa sempre com o povo português. Um painel completo sobre tantas hoje o testemunho de algumas voltar ao assunto já na próxima

### Coimbra

Comemorou-se em Coimbra o 70.º aniversário do PCP, com a presença entusiástica de mais de 200 pessoas, na cantina «A» da Universidade. A iniciativa foi organizada pela Comissão Concelhia de Coimbra, a cuja iniciativa se juntaram ainda outros Sectores, (Intelectual, Sindical e JCP).

O Grupo de Música Popular do Coro dos Professores de Coimbra teve nesta iniciativa uma brilhante actuação, atribuindo-lhe viva animação.

Na mesa de honra, presidida por Cação Gil, da Comissão Concelhia de Coimbra e da Direcção Regional, tomaram ainda lugar, entre outros, Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC; Domingos Oliveira, do Secretariado da Direcção Regional e do CC, e Vítor Costa, do Executivo da Direcção Regional e deputado à Assembleia da República.

As próximas iniciativas tiveram uma referência especial, pela voz de Cação Gil, das quais destacou a Come-

## Presidência da Distrital de Évora Abílio Fernandes indicado por

O Executivo da DOREV do PCP decidiu indicar o camarada Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, para candidato a presidente da Assembleia Distrital de Évora. Na sequência do novo regime jurídico para as Assembleias Distritais, estabeleceu-se a substituição do go-

## Festa de 5 a

A Direcção da Organização do PCP decidiu marcar para os dias 6 e 7 de Julho próximo a Festa da Alegria, um grandioso evento que dispensa apresentações.

Ao tomar esta decisão, a consciência das dificuldades e os enormes e crescentes problemas que a Festa vem com as edições anteriores e o grande trabalho e a complexidade de organização e implantação vão expor a distrital do PCP. Mas fê-lo do querer generalizado também com a convicção

# Em Foco

Avante!

Ano 61 – Série VII  
N.º 899

14 de Março de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



**Mesa-redonda**  
**em tempo de luta**

**É possível**  
**derrotar**  
**este pacote**  
**laboral**

■ DM

# Mesa-redonda em tempo de luta

## É possível derrotar este pacote laboral

**T**entando satisfazer velhas aspirações do patronato, o Governo avançou, recorrendo a autorização legislativa da Assembleia da República, com uma série de alterações a leis laborais. Na linha dos que o precederam, este pacote laboral pretende facilitar os despedimentos e aumentar a força da entidade patronal na empresa, criando condições para o aumento dos lucros à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores. Tal como anteriormente, os comunistas - nas instituições, nos locais de trabalho, nas organizações de trabalhadores -, batem-se para esclarecer as verdadeiras implicações dos projectos do Governo, para alargar e aprofundar a compreensão e a unidade na recusa deste pacote.

Nas vésperas de uma grande acção nacional da CGTP-IN, com manifestações e concentrações em todo o País, o «Avante!» publica uma mesa-redonda que pretende ser mais um contributo para o trabalho que está a ser feito e que vai prosseguir para derrotar o pacote laboral do Governo e do patronato.

Na mesa-redonda participaram os camaradas **Florival Lança**, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa e membro do executivo da DORL do PCP, **Félix Pinho**, da Comissão Executiva da USL, **Marques dos Santos**, da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido, e **Jerónimo de Sousa**, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, deputado à AR e coordenador da CIL (organismo que reúne as comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa).

de trabalho, quer pelas alterações ao período experimental (que pretende o mesmo efeito que o projecto que antes se chamou despedimento por inaptidão), quer pelo regime de trabalho em comissão de serviço (antes despedimento por perda de confiança)... Todo o fio condutor deste conjunto de leis aponta para a precarização das relações de trabalho, para o enfraquecimento da resis-



Jerónimo de Sousa

### Equilíbrio ameaçado

«Avante!»: O que mudaria na situação que os trabalhadores hoje vivem nas empresas do distrito de Lisboa com a provável aprovação destes projectos de lei?

**Marques dos Santos:** A «provável» aprovação é a primeira coisa que se deve, logo à partida, pôr em causa. Todo este processo legislativo do Governo está ferido de inconstitucionalidade e de grandes irregularidades. O Governo serviu-se da autorização legislativa para fugir

**«Na discussão os trabalhadores demonstram combatividade para frustrar mais esta tentativa de aprovação do pacote laboral. Mas há que continuar a aprofundar o debate.»**

ao debate público de legislação que tem a ver com direitos fundamentais dos cidadãos - neste caso, dos trabalhadores - porque tem consciência da gravidade das implicações das propostas que faz.

Nós consideramos que esta forma é anticonstitucional, e colocamos esta questão à cabeça.

**Florival Lança:** Este problema da inconstitucionalidade é realmente para nós uma questão de fundo.

Com estas leis iria mudar, fundamentalmente, o frágil equilíbrio de forças que existe hoje no interior das empresas. A legislação laboral elaborada após o 25 de Abril pretende estabelecer uma relação de equilíbrio entre a parte mais fraca - os trabalhadores -, e a parte mais forte - o patronato. Este pacote laboral tem em vista exactamente romper esse equilíbrio que foi estabelecido com o 25 de Abril.

Estas propostas de legislação têm um fio condutor: facilitar os despedimentos dos trabalhadores, quer seja por inadaptação ao posto

tem pertinência, pois não se pode discutir este problema sem uma consideração prévia. Em primeiro lugar, a Constituição coloca os direitos dos trabalhadores ao nível dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, os direitos constitucionais mais nobres. Em segundo lugar, o órgão que legisla sobre esta matéria é a Assembleia da República. Em terceiro lugar, respondendo a esses preceitos constitucionais, há uma lei da República que afirma que nenhum projecto ou proposta de lei de carácter laboral pode ser discutido ou votado **sem a prévia consulta às comissões de trabalhadores e associações sindicais**. Ora, no Conselho de Concertação Social estão representados o Governo, as confederações patronais e as confederações sindicais; não têm mandato constitucional nem institucional para substituírem a AR, nem lá estão representadas, por exemplo, as comissões de trabalhadores.

Ao requerer a autorização legislativa para algumas peças mais gravosas resultantes do Acordo Económico e Social, sem a prévia consulta, o Governo incorre numa inconstitucionalidade formal.

Mudanças...? Mais do que mudança, considero que o pacote é o prosseguimento e o agravamento de uma política que não é capaz de modernizar o País. O Governo continua a jogar na precarização e na mão-de-obra barata. Isto não corresponde aos grandes desafios que estão colocados a Portugal no quadro da integração europeia. E a alternativa do Governo a esta política foi o seu agravamento, apresentando um pacote laboral que vai acentuar estas linhas de desigualdade, que não vão permitir o desenvolvimento (quando muito, o crescimento económico, mas a favor do lucro), fazendo do trabalho, não uma fonte de realização humana, mas uma fonte de realização do lucro. Assim, não há desenvolvimento nem há progresso. Mais do que a mudança, este pacote é a continuação agravada de uma política que não leva à modernização necessária.

### No concreto

**MS:** Este conjunto de legislação do Governo, em primeiro lugar, dá satisfação a **velhas reivindicações do patronato**. Há todo o interesse em ver, diploma a diploma, quais são as reivindicações do patronato e o que é que o Governo pretende impor.

Uma velha reivindicação patronal é ter poder para despedir. Neste conjunto de legislação esse poder é-lhe concedido de diversas formas: por inadaptação, por falta de confiança, por via da pré-reforma... Temos que entender este conjunto de alterações à legislação laboral numa situação concreta em que, durante anos e anos de poder da direita, os trabalhadores vêem o seu poder de compra real a reduzir-se com uma política de contenção salarial, em que a pressão psicológica sobre os trabalhadores é muito elevada por via da precarização dos vínculos laborais... Nestas propostas, o Governo acentua esta orientação.

Sobre o período experimental, por exemplo, a lei apresenta aspectos perversos. A nossa malha industrial tem uma muito elevada percentagem, de 80 ou 85 por cento, de empresas com menos de 20 trabalhadores. A lei estabelece para os trabalhadores destas empresas um período experimental de 3 meses, em que não têm direitos nenhuns;

mas, se tiverem alguma qualificação técnica, estes 3 meses já passam para 6 meses; e, se forem quadros superiores e quadros técnicos com licenciatura, já passam para 8 meses! A precarização é levada ao extremo, e cria uma situação de insegurança que não é individual, só do trabalhador, mas de toda a família, colocando em causa a própria estabilidade do tecido social.

O descanso é colocado à arbitrariedade do patrão. A proposta do Governo permite que o patrão diga ao trabalhador: «*Hoje tens que cá ficar a trabalhar mais duas horas*». As férias são postas em causa...

Por tudo isto, é necessário travar estas leis e outras que estão em preparação. Esta luta é hoje o fundamental.

### Ir mais longe

«Avante!»: Por aquilo que conhecem, será que o esclarecimento dos trabalhadores e da opinião pública permite já dizer que vai ser difícil ao Governo aprovar este pacote?

**FL:** No resultado da discussão durante a quinzena de esclareci-



Marques dos Santos

mento que a USL promoveu até 9 de Março, chega-nos a ideia de que os trabalhadores, depois de se aperceberem dos problemas que estas leis põem em causa, demonstram uma combatividade e uma confiança que, certamente, têm a ver com a comparação que estabelecem entre esta e outras batalhas anteriores da mesma natureza. Esses não deixarão de estar na luta contra o pacote laboral.

Mas necessitamos de ir mais longe, junto de mais trabalhadores, e mesmo de outras camadas da população. Ao alterar o equilíbrio de forças no interior das empresas, este pacote iria alterar o equilíbrio de forças em termos gerais. Isto sucede num tempo e num país concreto - no quadro da modernização necessária, que tem sido lenta e que no essencial está ainda por fazer, com desafios que nos são postos pela adesão à Comunidade Europeia e pela realização plena do Mercado Interno -, e é significativo que, neste quadro, a primeira preocupação do patronato e do Governo é apresentar a factura aos trabalhadores.

Na discussão, confrontados com este panorama, os trabalhadores demonstram combatividade para frustrar mais esta tentativa de aprovação do pacote laboral. Mas, repito, isto não significa que entremos em triunfalismos e admitamos que discutimos com toda a gente e estão todos dispostos a vir para a luta. Há que continuar a aprofundar o debate. Pela experiência vivida, estou con-

vencido que existem forças mais que suficientes para, depois da discussão, travar mais esta tentativa.

### Desde o Acordo...

**FP:** Para os sindicatos do distrito, esta batalha começou a partir do momento em que no CPCS foi assinado o Acordo Económico e Social pelas confederações patronais e a UGT; nessa altura começa a batalha contra os aspectos que levaram a CGTP a não subscrever tal documento. Várias iniciativas foram realizadas em Dezembro, e a partir daí nunca mais parámos. O esclarecimento tem envolvido largos milhares de trabalhadores em centenas de plenários e reuniões, em lutas, com expressão de rua, que associam o combate contra o pacote laboral às reivindicações concretas da CGTP - a melhoria dos salários, a semana de 40 horas, a defesa dos direitos dos trabalhadores -, em sectores como a metalurgia, a hotelaria, os transportes, sectores da administração central, os médicos, os professores, a construção civil, as indústrias eléctricas, os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, entre outros. Actualmente estamos a preparar a manifestação de 16 de Março, do Marquês de Pombal para o Rossio.

Tendo em conta o conteúdo da discussão e a resposta dos trabalhadores, independentemente da sua filiação sindical, penso que **estamos a ganhar a batalha do esclarecimento**. As medidas deste pacote, é bom não esquecer, atingiriam todos os trabalhadores.

Esta dinâmica de unidade que se cria é extremamente importante para derrotar esta pretensão do Governo.

### Pacote mas diferente

**JS:** Tanto na origem, como na forma como foi desencadeado, este processo não é igual aos anteriores. Havia a guerra do Golfo, que estava no eixo das atenções da opinião pública, e o Governo, a partir do Conselho de Concertação, encetou um processo de contrabando legislativo, recorrendo à autorização legislativa e não promovendo nenhum debate público, procurando esconder dos trabalhadores o núcleo duro do Acordo Económico e Social, as suas peças mais gravosas. Isto, para além de dificuldades acrescidas que existem hoje nas empresas, devido ao agravamento da precarização, à liquidação de postos de trabalho efectivos, às reformas compulsivas, às rescisões por mútuo acordo...

Este é um processo, de facto, diferente. Mas, partindo de uma situação difícil, o PCP tomou a iniciativa na AR de requerer da admissibilidade e do agendamento da matéria, travou um bom debate (curiosamente, o próprio Partido Socialista votou contra a autorização legislativa)...

Houve uma evolução positiva, o movimento sindical tomou nas mãos a batalha do esclarecimento... E eu próprio, que participei em vários encontros e reuniões em diferentes distritos, no quadro das jornadas legislativas do Partido, tive oportunidade de verificar que, quando se chegava ao conhecimento concreto dos diplomas que constituem o pacote laboral, não eram só os comunistas ou os trabalhadores filiados

1ª QUINZENA DE MARÇO

# A UNIÃO VIVA A PAZ

SEM PACOTE, MAIS SALÁRIO, MENOS HORÁRIO E EM PAZ

nos sindicatos da CGTP que ficavam contra o pacote.

Esta acção do Partido, dos sindicatos, do movimento das comissões de trabalhadores fez com que a primeira operação do Governo - o silenciamento, passar pelo pacote laboral como cão por vinha vindimada - não resultou: hoje os trabalhadores estão mais atentos, mais conscientes, embora haja muito por fazer, pois as condições são difíceis.

FL: O Governo aprendeu bem a lição do processo anterior, e fez anteceder a apresentação deste conjunto de leis de uma intensa barragem de propaganda, com alguns resultados. Embrulhou, neste processo todo, conceitos como a modernização das empresas e da economia, a necessidade de aumentar a competitividade das empresas portuguesas face às congéneres europeias e de acompanhar os nossos parceiros europeus nos outros aspectos... E há o Acordo Económico e Social, que é uma peça fundamental. Tudo isto, conjugado, levou a que alguns sectores que estiveram abertamente connosco na luta contra a anterior versão - nomeadamente na greve geral -, estejam neutralizados (pelo menos no momento do início da discussão). Mas a compreensão de que este é um pacote de leis que atinge todos os trabalhadores está a ser assumida por toda a gente com quem discutimos.

## Na globalidade

Penso que é perigoso fazer o que faz, por exemplo, a UGT, e analisar algumas leis isoladamente, pois pode-se chegar a conclusões erradas. Não separo, por exemplo, a simplificação da aplicação do lay-off, da questão das pré-reformas, nem separo estas duas questões

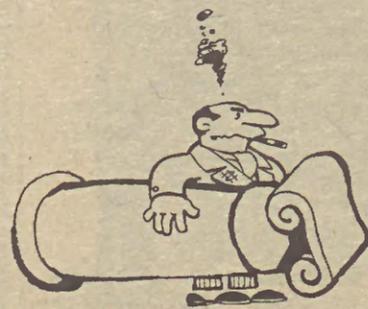
**«Mais do que mudança, este pacote é o prosseguimento e o agravamento de uma política que não é capaz de modernizar o País.»**

**«As medidas deste pacote, é bom não esquecer, atingiriam todos os trabalhadores. A dinâmica de unidade é extremamente importante para derrotar esta pretensão do Governo.»**

das medidas complementares de protecção social. Estas três leis têm um só objectivo: libertar o patronato dos custos materiais da inevitável reestruturação das empresas. Estas leis têm um objectivo e são parte integrante de um puzzle, têm uma lógica.

Da mesma forma, a inadaptação, a comissão de serviço, o período experimental têm o objectivo de facilitar o despedimento sem os custos que agora acarreta ao patronato (e que só é permitido com justa causa disciplinar grave).

A flexibilização do horário de trabalho e as alterações ao regime de férias - que nos transportam quase para os primórdios das relações laborais, no final do século passado - têm como objectivo colocar o trabalhador disponível para o patrão em



**CONTRA O PACOTE LABORAL \* PELA MELHORIA DOS SALÁRIOS**

**PELAS 40 HORAS \* PELA PAZ E CONTRA A GUERRA**

# MANIFESTAÇÃO

16 MARÇO \* 14.30 \* M. POMBAL

quase todo o seu tempo diário, semanal e anual.  
Posto em evidência o fio condutor

destes projectos, a compreensão é mais rápida e mais fácil nos locais onde chegamos, na discussão junto dos trabalhadores. Mas a barragem de propaganda foi muito intensa e, a agravar a situação, tivemos uma comunicação social que, na generalidade, não informou nem desinformou, nem com qualidade, nem sem qualidade; em todo o processo a sua intervenção foi, objectivamente, no sentido de dar cobertura a todas as fases que o Governo montou e que antecederam a apresentação do pacote laboral; só agora, perante toda esta movimentação, é que começa a abrir quanto baste para esta discussão.

## Bases para confiar

FP: Há muitos factores que nos levam a ter confiança, a começar pela própria discussão: estamos à vontade a transmitir a nossa mensagem aos trabalhadores, somos ouvidos, notamos interesse em aprofundar o conhecimento dos projectos do Governo... Aqui no distrito estamos a preparar um conjunto de iniciativas com o objectivo de movimentar os jovens, as mulheres, quadros superiores e técnicos. Por outro lado, avançamos com um abaixo-assinado como forma de manifestar o protesto da opinião pública e dos trabalhadores. A nível ainda das estruturas sindicais de Lisboa tomámos também a iniciativa de contactar cerca de 80 personalidades para que dêem a sua opinião sobre esta iniciativa do Governo.

JS: Outra novidade deste pacote é que está apontado para trabalhadores, para quadros técnicos, para quadros superiores, para os jovens, para as mulheres; é dirigido ao universo dos assalariados, das pessoas que trabalham por conta de outrem, numa perspectiva de preca-

**«Estou convencido de que a acção nacional de dia 16 vai ser uma afirmação vigorosa da vontade dos trabalhadores de pararem este pacote laboral. Mas também estou convencido de que a luta contra o pacote laboral não vai acabar no dia 16 de Março.»**



Florival Lança



Félix Pinho

rização, de desregulamentação, de enfraquecimento do vínculo laboral. Quando se explica isto a um trabalhador, ele pode ser socialista, pode ser comunista, pode não ter partido, pode ser católico ou ateu, mas percebe que estas leis têm a ver com ele. Por isso, creio que a grande batalha de esclarecimento que estamos a travar vai ter os seus frutos.

«Avante!»: Quer em movimentações de trabalhadores, quer com outras formas de expressão, notam-se já alguns resultados do esclarecimento que tem sido feito sobre os objectivos deste pacote laboral e as possíveis consequências da sua aplicação? A luta que se está a desenvolver poderá mesmo permitir derrotá-lo?

JS: Ainda vai correr muita água sob as pontes até que seja decidido o destino deste pacote. É importante a solicitação pelo Presidente da República da fiscalização preventiva da constitucionalidade, embora se deva ter em conta que, na votação em que o Tribunal Constitucional chumbou o anterior pacote, um dos votos vencidos tenha sido o do actual presidente do TC. Esperemos que a decisão do Tribunal não seja agora meramente conjuntural, devido à sua composição.

Mas, a manter-se o espírito do acórdão anterior, este também não passaria, porque está ferido de inconstitucionalidade formal.

Por outro lado, algumas das peças do pacote laboral ainda vão estar, possivelmente, em discussão pública, num simulacro feito pelo Governo através do Boletim do Trabalho e Emprego e considerando o assunto quase como um caso arrumado.

Isto ainda vai demorar um tempo, e o que vai ser decisivo é a capacidade de esclarecimento que tivermos, a mobilização dos trabalhadores, a sensibilização dos democratas. Pensamos que não é uma questão arrumada, que há condições para criar um grande movimento de opinião e um grande movimento de luta que possa sustentar este pacote laboral.

MS: No sector da metalurgia, por exemplo, e não apenas no distrito de

Lisboa, os trabalhadores já fizeram greve pela matéria específica do seu contrato, mas pondo à cabeça os problemas do pacote laboral. O mesmo no sector dos químicos, na TAP - onde o Governo procura aplicar um mini-pacote -, e noutros sectores onde a compreensão é já mais profunda. Na construção civil, nos hidratos de carbono, na hotelaria, nos EFFAs, na administração central estão marcadas no distrito dezenas de plenários. Há condições para travar esta batalha. Há muito trabalho marcado, há um esforço para ir mais longe. Estou convencido que a acção nacional de dia 16 vai ser uma afirmação vigorosa da vontade dos trabalhadores de pararem este pacote laboral. Mas também estou convencido de que a luta contra o pacote laboral não vai acabar no dia 16 de Março.

# Carvalho da Silva mobiliza trabalhadores:

**I**nformem-se! Vejam o que é que no pacote se aplica à vossa vida, as consequências que pode trazer. Depois ajam! Um apelo repetidamente feito na passada quinta-feira por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, que ao longo de todo o dia cumpriu um intenso programa de visitas a fábricas da região de Lisboa para esclarecimento sobre as consequências da proposta de legislação laboral apresentada pelo Governo e que na véspera Mário Soares remeteria para apreciação ao Tribunal Constitucional. Mobilizar os trabalhadores para a manifestação do próximo sábado que em Lisboa protestará contra este pacote foi um primeiro objectivo desta iniciativa da Inter. A flexibilização e aumento do horário de trabalho, a figura da cessação de contrato por inadaptação do trabalhador por alterações tecnológicas no posto de trabalho, o aumento dos períodos experimentais nas pequenas empresas, as comissões de serviço que afectariam os quadros técnicos e administrativos das empresas, foram os aspectos negativos das propostas do Governo e patronato mais referidos por Carvalho da Silva ao longo do dia. Um recado ficou: «se nos mobilizarmos e fizermos uma grande manifestação no sábado, é quase certo que o pacote não passará!».

A visita começou por uma fábrica de metalurgia de precisão, onde se fazem pequenas peças como redutores de bilhas de gás. Foi uma alteração ao programa anteriormente anunciado, já que estava prevista uma visita e um plenário na INDEP, fábrica estatal de armamento militar, mas a administração anunciou, por alegadas razões de segurança, não permitiria a entrada de estranhos à empresa, fossem dirigentes sindicais ou jornalistas. De qualquer modo nessa quinta-feira realizou-se um plenário sobre o pacote laboral e problemas internos da empresa, levado a cabo pelos representantes sindicais eleitos nessa fábrica do Poço do Bispo, em Lisboa.

A primeira visita do dia acabou então por se realizar à MEC, fábrica de mão-de-obra maioritariamente feminina, salários baixos excepto para algum operários especializados, homens. Queixam-se os trabalhadores de falta de investimento na modernização e formação profissional na empresa.

## A Europa daqui a 200 anos

Manuel Carvalho da Silva aproveitou para referir que as leis laborais constantes na proposta governamental permitem o despedimento dos trabalhadores por razões que não lhe são imputáveis. Ao prever a figura da «inadaptação» do trabalhador como causa justa para despedimento, está a sancionar-se a ausência de formação profissional que permita aos trabalhadores actualizar os seus métodos de laboração de acordo com a introdução de novas tecnologias.

«Durante anos o Estado e o patronato não seguiram uma política de formação profissional», referiu Carvalho da Silva, responsabilizando essas entidades pelo atraso tecnológico da nossa indústria.

«Nós não somos contra a modernização. Achemos é que ela não pode ser feita contra os que trabalham!» E Carvalho da Silva concluiu: «aliás, se o crescimento do nosso país continuar a este ritmo, só apanharemos os espanhóis daqui a 30 anos, os alemães daqui a 200 e quanto aos dinamarqueses... nunca lá chegaríamos».

Num plenário muito concorrido e apesar do apertado programa de visitas que o coordenador da CGTP teria de cumprir ao longo do dia, houve ainda tempo para a colocação de algumas questões. Um trabalhador da MEC questionou o sentido da atitude do Presidente da República, anunciada na véspera, de enviar ao Tribunal Constitucional (TC) os diplomas do Governo para apreciação. Carvalho da Silva disse que as dúvidas manifestadas por Mário Soares a propósito da constitucionalidade do pacote laboral haviam já sido levantadas pela CGTP, restando agora saber qual a atitude do TC.

Da decisão daquele órgão de soberania podem resultar várias situações balizadas por estes dois extremos: o «regresso à estaca zero» caso o próprio pedido de autorização legislativa que permitiu a elaboração destes diplomas com ausência de discussão pública seja declarado inconstitucional, até à promulgação do pacote que a actual composição do TC poderá fazer prever até por, como referiu o coordenador da CGTP, o actual presidente do Tribunal ter sido, aquando da declaração de inconstitucionalidade da anterior proposta apresentada há três anos, um dos juízes vencidos na votação final.

«O sentido da atitude do Presidente da República, sendo positivo, obriga-nos a desenvolver ainda mais trabalho», diria Carvalho da Silva.

## Um exemplo de prática patronal

Temas retomados pelo coordenador da Inter na Olaio, uma fábrica de mobiliário nascida em 1939, a viver hoje uma situação difícil que levou já o patronato a promover salários discriminatórios e a referir-se explicitamente ao pacote laboral dizendo que se ele estivesse em vigor despediria cerca de 40 por cento dos trabalhadores, tal como nos foi referido por Miguel dos Santos, trabalhador da empresa e dirigente do Sindicato das Indústrias

# Todos contra o pacote

de Construção, Mármore e Madeiras.

Para concretizar os aumentos discriminatórios, a administração da Olaio disponibilizou cerca de 20 mil contos terminando com uma regalia adquirida pelos trabalhadores desde 1965: o fornecimento de uma refeição nas instalações da empresa.

Tal foi motivo para um recente processo de luta que paralisou a Olaio durante seis dias, acabando por ficar acordado um subsídio de refeição imediato, no valor de 250 escudos com a previsão de um aumento para 400 escudos no próximo ano.

De referir que nesta fábrica os próprios trabalhadores beneficiados com os aumentos salariais e um ambíguo subsídio de produtividade, participaram nesta luta com os seus colegas, acabando por prescindir do subsídio referido em favor da disponibilização de verbas para a atribuição do subsídio de refeição para todos os que ali trabalham.

Nas instalações da Olaio visitadas por Carvalho da Silva laboram cerca de 180 pessoas quase exclusivamente do sexo masculino, ao contrário da MEC, com uma média de idades relativamente alta.

Motivo para o plenário ter-se mos-

trado particularmente sensível à questão das reformas antecipadas. Carvalho da Silva relataria mais tarde ao «Avante!» que um trabalhador da empresa, no final do plenário, chegaria à fala com o coordenador da CGTP levantando questões sobre o assunto. «Estava muito bem informado, chegou a referir os valores apresentados pelo Governo e os constantes na nossa proposta como mínimos para declaração de reformas antecipadas».

No plenário, Carvalho da Silva falava do «exemplo paradigmático» que a recente luta na Olaio constitui do comportamento do patronato quando tenta fazer pressão para reduzir postos de trabalho.

Na Robbialac, a empresa que se seguiu, a administração proibiu a entrada dos jornalistas. Segundo nos relataram elementos da delegação da CGTP e da USL, o plenário foi ali muito concorrido, tendo os trabalhadores manifestado particular interesse acerca de duas questões: a flexibilização do horário de trabalho e o alargamento do período experimental previstos pelo pacote laboral. Também as propostas governamentais que podem resultar num aumento da precarização do emprego foram atentamente escutadas pelos trabalhadores, até porque nesta em-

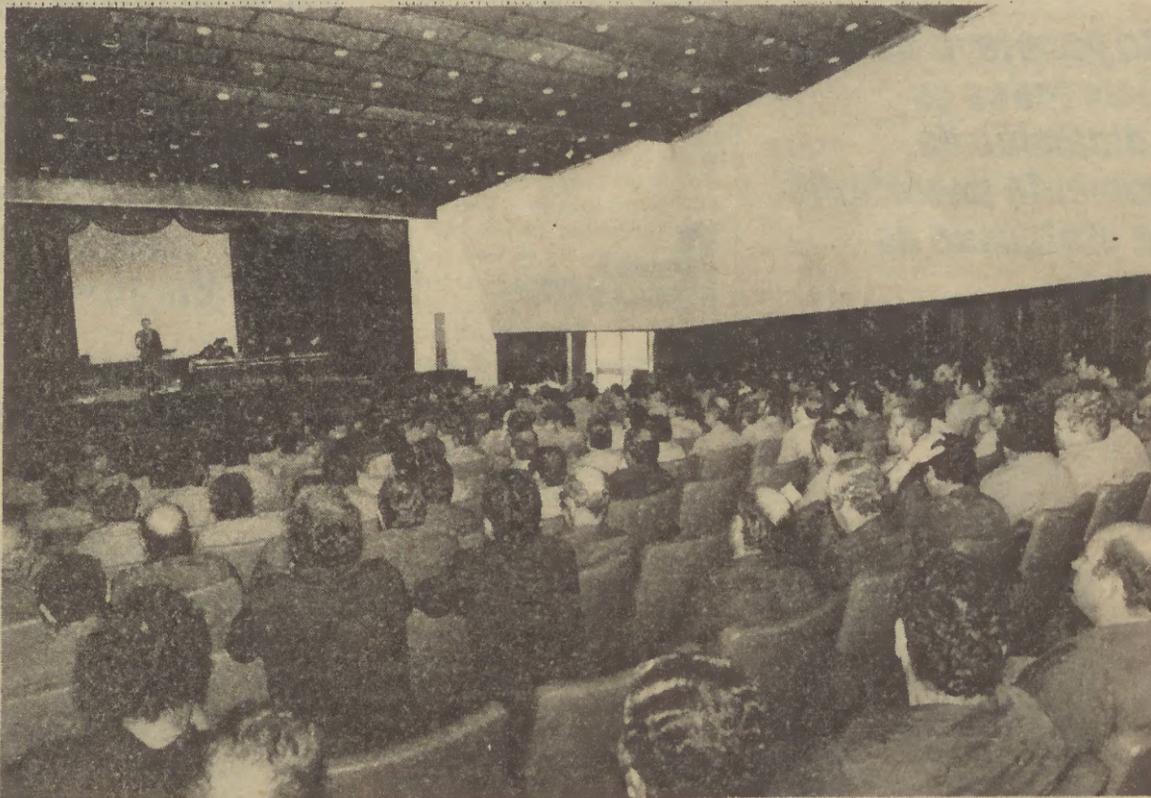
presa o número de contratados a prazo tem aumentado muito nos últimos anos.

## «Têm de alterar a situação»

Uma visita à Câmara de Loures, onde Carvalho da Silva foi recebido pelo presidente da edilidade, o Eng. Demétrio Alves, foi o ponto do programa desta visita que se seguiu.

Demétrio Alves aproveitou a oportunidade para saudar a CGTP e referiu-se a questões laborais da Câmara, com mais de três mil e 400 trabalhadores o que a transforma na maior empresa do concelho.

Para além de questões que ultrapassam o poder de acção da Câmara, já que questões de carreiras e salários obedecem em grande parte a determinações governamentais, Demétrio Alves falou da necessidade de melhorar as condições de trabalho, higiene e segurança, nomeadamente nas oficinas camarárias. Aspectos que o presidente da Câmara diz terem sido postos em segundo plano ao longo dos anos, perante a necessidade de uma resposta imediata às carências básicas da população do concelho.



Na Central de Cervejas o plenário foi muito concorrido, sendo os efeitos do recente processo de privatização da empresa a preocupação maior dos seus trabalhadores



A administração da Robbialac não autorizou a entrada dos jornalistas no plenário da CGTP. A pedido dos trabalhadores e delegado sindical nesta empresa, a administração concedeu um subsídio de refeição para uma média de 90 contos por mês para 41 horas e um quarto (a média no sector das referências dadas)

# Agenda

Avante!

Ano 61 — Série VII  
N.º 899

14 de Março de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Álvaro Cunhal nos distritos de Santarém e Coimbra

O camarada Álvaro Cunhal participa no sábado em convívios comemorativos do 70º aniversário do PCP promovidos por organizações concelhias do PCP do distrito de Santarém:

### no Couço em Vale de Cavalos no Cartaxo

No domingo, Álvaro Cunhal visitará, no distrito de Coimbra,

### Lousã e Figueira da Foz,

participando, respectivamente, num almoço e — às 16 horas — numa visita à casa onde, em 1946, na Lousã, se realizou o IV Congresso do PCP (II Clandestino), e num jantar comemorativo.

\*\*\*\*\*

### Convívio no CT Vitória

Na segunda-feira, dia 18, Álvaro Cunhal estará igualmente presente no convívio com camaradas e amigos que os Sectores Intelectuais da ORL promovem — a partir das 19 horas, no CT Vitória — para festejar o 70º aniversário do PCP.

#### • BRAGANÇA

Convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP, promovido pela Comissão Concelhia de Bragança, com a participação do camarada **Serafim Brás**. No CT, às 15.00 - **domingo**.

#### • LOUSÃ

Almoço de confraternização na Escola Secundária, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**, que visita durante a tarde a casa onde em 1946 se realizou o IV Congresso do PCP - **domingo**.

#### • FIGUEIRA DA FOZ

Jantar de confraternização com a participação do camarada **Álvaro Cunhal** no restaurante «Europa» - **domingo**.

#### • CONDEIXA-A-NOVA

Jantar-convívio no «Faia-Bar» com a participação do camarada **Carlos Fraião** - **sábado**.

#### • MIRANDA DO CORVO

Jantar-convívio com a participação do camarada **Vítor Costa** no restaurante «Parreirinha» - **sábado**.

#### • ALHANDRA

Jantar-convívio com a participação do camarada **Álvaro Cunhal** na Sociedade Euterpe Alhandrense - **sexta-feira**.

#### • ALENQUER

Almoço-convívio com a participação do camarada **Ruben de Carvalho**

no restaurante «O Casarão» (no Pereiro) - **domingo**.

#### • LISBOA

Convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP promovido pelos Sectores Intelectuais da ORL, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**. Música, canções, poemas. Serviço de bar. A partir das 19 horas, no CT Vitória - **segunda-feira**.

#### • ALBUFEIRA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho - **domingo**.

#### • PÓVOA DO VARZIM

Jantar-festa no restaurante «D. Quixote» com a participação do camarada **Óscar Lopes** - a partir das 20.00, **sábado**.

#### • PENAFIEL

Almoço-convívio no Inatel (em Torre, Entre-os-Rios), com a participação do camarada **Ernesto Afonso** - às 13.00, **domingo**.

#### • MATOSINHOS

Jantar de confraternização com a participação do camarada **Vítor Dias** no restaurante «Jotobel» (Av. Villagarcia de Arosa) - **sábado**.

#### • GAIA

Jantar-convívio com a participação do camarada **António Abreu** no restaurante «1.2.3» (Av. da República, frente à Estrada de Avintes) - **sábado**.

#### • GONDOMAR

Almoço-convívio com a participação de **Vítor Dias** na Escola Preparatória de Rio Tinto (Monte da Burra) - **sábado**.

#### • COUÇO

Almoço-convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP com participação do camarada **Álvaro Cunhal**, nas instalações da Coop. Canejo - **sábado**.

#### • VALE DE CAVALOS

Almoço-convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP, a partir das 13.00, na Coop. 15 de Outubro. Cerca das 17.00 estará presente e fará uma intervenção sobre a situação política o camarada **Álvaro Cunhal** - **sábado**.

#### • CARTAXO

Jantar-convívio na Escola Secundária do Cartaxo com a participação do camarada **Álvaro Cunhal** - **sábado**.

#### • ALCANHÕES

Almoço comemorativo do 70º aniversário, integrado na **V Assembleia Concelhia de Santarém**, com a participação do camarada **Carlos Carvalhas** - às 13.00, **domingo**.

#### • ALHOS VEDROS

Almoço comemorativo com a participação do camarada **Domingos Abrantes** no restaurante «Pierrot» - **domingo**.

#### • BARREIRO

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de Santo André - **domingo**.

#### • MONTIJO

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Sarilhos Grandes**, com a participação do camarada **Francisco Lopes** - **domingo**.

#### • SESIMBRA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Quinta do Conde**, com a participação do camarada **Miguel Urbano Rodrigues** - **domingo**.

Atalaia · Amora · Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91



# EP

ENTRADA PERMANENTE

## JÁ ESTÁ À VENDA

Nas Sedes  
do PCP  
em todo  
o País



### V Assembleia da Organização de Santarém

Na Associação Popular de Alcanhões realiza-se no próximo sábado, a partir das 10 horas, a V Assembleia da Organização Concelhia de Santarém. O almoço-convívio, que cerca das 13 horas terá lugar no mesmo local, tem a participação do camarada **Carlos Carvalhas** e é aberto a toda a população.

### Deputados visitam concelho da Maia

Deputados do PCP pelo círculo do Porto prosseguem neste fim-de-semana com uma visita à **Mala** (na sexta, sábado e domingo) a ronda pelos concelhos do distrito. Reuniões com executivos de Juntas de Freguesia e Câmara, encontro com coletividades, visita ao Bairro do Sobreiro e encontro com a sua população são algumas das actividades programadas.

### Organizações de Lisboa

Realiza-se hoje a partir das 17.30 no Centro de Trabalho Vitória um plenário da Organização dos **Bancários** sobre as próximas eleições sindicais. Participa o camarada **José Casanova**.

O camarada **José Casanova** participa ainda, no mesmo local, no debate-convívio que terá início às 18 horas da próxima terça-feira, promovido pela Organização dos **Seguros**. Entretanto, trabalhadores destes dois sectores promovem hoje, no restaurante «Valenciana», um jantar unitário comemorativo do 16º aniversário da nacionalização da Banca e dos Seguros.

# TV Programa

## Quinta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte (concurso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model (98º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mar Cercado (7º epis.)
- 14.00 - Sem Legendas - «Duarte & Cª»
- 15.00 - Ponto Por Ponto
- 15.40 - Primeira Matinée - «Amor à Inglesa em Paris», real. Robert Hamer (GBR/1954, 75 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta (97º epis.)
- 21.20 - Twin Peaks (15º epis.)
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - A Força Astral (26º epis.)
- 12.30 - Curso de Alemão
- 12.45 - Filhos e Filhas (684º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (26º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (26º epis.)
- 16.15 - A Viagem de Jennifer (3º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 18.55 - Ti-ti-ti (144º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Regiões Magazine
- 20.50 - Dick Tracy (125º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dramazine
- 22.00 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Cineclub - «Park Row», real. Samuel Fuller (EUA/1952, 79 min.)
- 00.20 - Notícias - Última Hora
- 00.25 - Boletim Meteorológico

## Sexta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Festivais do Mundo
- 14.00 - Sem Legendas
- 14.50 - Ponto por Ponto
- 15.40 - Primeira Matinée - «O

- Gendarme e as Gendarmetas», real. Jean Girault (Fr/1980, 94 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta



- 21.20 - Sessão da Noite - «Atirar a Matar», real. Roger Spottiswoode, interpr. Sidney Poitier e Tom Berenger (EUA/1988, 106 min.)
- 23.15 - Querido John (12º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate
- 00.40 - Pela Noite Dentro - «Sexta-feira, 13»

### RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Universo Juvenil
- 12.30 - Curso de Inglês
- 12.45 - Filhos e Filhas
- 13.10 - O Caminho das Estrelas II (7º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Médico Amigo (série, 1º epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 19.45 - Futebol - Sorteio do Campeonato do Mundo de Juniores
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (23º epis.)
- 22.15 - Espectáculo (Gala do Sorteio do Campeonato de Juniores)
- 23.15 - As Teias da Lei (18º epis.)
- 00.30 - Notícias - Última Hora

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Quem Manda Sou Eu (7º epis.)

- 14.25 - International Rock Awards
- 15.25 - O Clima e o Homem (2º epis.)



- 15.40 - Primeira Matinée - «A Ponte do Rio Kwai», real. David Lean (GBR/1957, 115 min.)
- 17.30 - T & T (2º epis.)
- 17.55 - Palavras Vivas - «Alexandre O'Neill»
- 18.30 - A Ilha do Sol (4º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Claxon (3º epis.)
- 22.00 - Casa Cheia (concurso)
- 22.45 - O Caso Lockerbie (telefilme)
- 00.20 - Última Sessão - «A Ilha de Morais» (sobre Wenceslau de Moraes), real. Paulo Rocha

### RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - Armagedão (2º epis.)
- 12.00 - Forum Musical
- 13.15 - Agarra o 2
- 14.15 - Cine-Sábado - «A Bela e o Renegado», real. John Farrow, interpr. Robert Taylor, Ava Gardner (EUA/1953, 86 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Manimal (últº epis.)
- 20.30 - Estádio (2ª edição)
- 23.30 - Musical - «Miles Davis em Paris»
- 00.30 - O Dinheiro (5º epis.)
- 01.20 - Boletim Meteorológico

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (11º epis.)
- 13.40 - Natural World (3º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.25 - Desenhos Animados
- 15.40 - Primeira Matinée - «Os Lobos Não Choram», real. Carroll Ballard (EUA/1983, 101 min.)

- 17.20 - Que Família! (19º epis.)
- 17.45 - Regresso ao Passado
- 19.00 - McGyver (38º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 21.00 - Kananga do Japão (24º epis.)
- 22.25 - Domingo Desportivo
- 23.55 - Controvérsias

### RTP2

- 09.00 - Maratona de Lisboa
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2 (inclui «Quem Sai aos Seus...»)
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (26º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Ana Karenina (3º epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra
- 21.35 - Artes e Letras - «Natalia Makarova»
- 22.25 - Noite de Cinema - «Mãos Perigosas», real. Samuel Fuller, interpr. Richard Widmark, Jean Peters (EUA/1953, 77 min.)
- 23.45 - Boletim Meteorológico

## Segunda

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.40 - Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 14.00 - Sem Legendas
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Primeira Matinée - «A Casa à Sombra das Árvores», real. René Clément (Fr/1971, 98 min.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Superboy (série, 1º epis.)
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.20 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo
- 21.45 - O Preço Certo
- 23.00 - Vagas Revoltas (7º epis.)
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Flash Gordon
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.10 - Música de África
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - África (7º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - O Livro dos Recordes
- 18.50 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Via Rápida
- 19.30 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Falar Claro
- 22.30 - Bailado
- 23.10 - Notícias
- 23.15 - Boletim Meteorológico

## Terça

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mundo
- 14.00 - Sem Legendas
- 14.50 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Primeira Matinée - «O Jovem Kim», real. John Davies, interpr. Peter O'Toole, Brian Brown (EUA/1984, 150)
- 17.50 - Brinca Brincando
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta



## Filmes

- «Amor à Inglesa em Paris» - 5ª, 15.40, RTP-1
- «Park Row» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «O Gendarme e as Gendarmetas» - 6ª, 15.40, RTP-1
- «Atirar a Matar» - 6ª, 21.20, RTP-1
- «A Bela e o Renegado» - sáb., 14.15, RTP-2
- «A Ponte do Rio Kwai» - sáb., 15.40, RTP-1
- «A Ilha de Moraes» - sáb., 00.20, RTP-1
- «Os Lobos Não Choram» - dom., 15.25, RTP-1
- «Mãos Perigosas» - dom., 22.25, RTP-2
- «A Casa à Sombra das Árvores» - 2ª, 15.30, RTP-1
- «O Jovem Kim» - 3ª, 15.30, RTP-1
- «À Flor do Mar» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Passagem Para Hong Kong» - 4ª, 15.30, RTP-1
- «A Casa Suspeita» - 4ª, 21.30, RTP-1

## Música

- Quinta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida

- Sexta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida

- Sábado
- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 14.20, RTP-1: International Rock Awards

- 23.30, RTP-2: Miles Davis
- Segunda
- 19.45, RTP-2: Via Rápida

- Terça
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

## Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (00.35), 6ª (00.20), 2ª (00.35), 3ª (00.20), 4ª (00.05)
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00

- 21.15 - As Causas da Justiça (6º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.15 - A Mansão dos Marblehead (5º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.10 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Variedades no Teatro Apolo
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora Escolha
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (23º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal do Júri
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemagazine
- 22.00 - Cinemadois - «À Flor do Mar», real. João César Monteiro (Port/1986, 150 min.)
- 00.35 - Notícias

## Quarta

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Corpo Humano (26º epis.)



- 14.00 - Sem Legendas
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Primeira Matinée - «Passagem Para Hong Kong», real. Lewis Gilbert, interpr. Orson Wells, Curd Jurgens (GBR/1961, 103 min.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Superboy
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «A Casa Suspeita», real. Peter Yates (EUA/1988, 100 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Superboy
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «A Casa Suspeita», real. Peter Yates (EUA/1988, 100 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.10 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.00 - Ling Shung (5º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Cá Entre Nós
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Mulheres no Mundo (2º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Joaquim Letria
- 23.00 - Pop-Off
- 23.30 - Desporto

# Teatro

## LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 25. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00. **As Formigas**, de Boris Vian, encen. Carlos Curto, interpr. Nuno Melo.

Comuna, Pç. de Espanha. **Café Teatro** - Sáb. às 23.30: **Festival da Otite II**, encen. Carlos Paulo.

1º Acto, Palácio Anjos, Algés. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **Pressentimentos... Amores...** de Tchekov - espectáculo de homenagem a Tchekov com dramatização e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Ai Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom.

às 16. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17. **Amigos**, de Alan Ayckbourn, encen. John David.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. **Sala Estúdio** - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanchez - 2ª às 21.30: **Mário Gin Tónico Volta a Atacar** - Sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16: **Três Actos** de Beckett, interpr. Carmen Dolores

e Mário Viegas (encenações de Mário Viegas)

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **D'Os Passos em Volta**, de Helberito Helder, encen. António Solmer

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revista), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

ESTORIL  
Teatro Municipal Mirita Casimiro, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: **A Lua Desconhecida**, de Miguel Rovisco - De 3ª a 6ª às 14.30,

sáb. às 16: **Leandro: Rei de Hellria**, de Alice Vieira. Encenações de Carlos Avilez, prod. TEC.

LOURES  
Teatro da Malaposta. 3ª, 5ª e dom. às 16, 4ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Sonho de Uma Noite de Verão**, de William Shakespeare, trad. Augusto Sobral, encen. Rui Mendes, pelo CDIAG

PORTO  
Auditório Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **História de Um Cavalo**, de Leon Tolstoi, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

Para crianças

ALMADA  
Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. **Histórias para Meninos sem Juízo**, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada

# Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>B</b>	Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>C</b>	Havana	—	★	—	—
<b>D</b>	História de Gangsters	—	★★★	—	★★
<b>E</b>	Mudar de Vida	—	★★★★	—	★★★★
<b>F</b>	Uma Questão de Mulheres	—	★★★★	—	★★★★

**Classificação de ★ a ★★★★★**

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Eric Rohmer — Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45), King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Sydney Pollack — Alfa/3 e Amoreiras/2 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Mundial/1 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45), S. Jorge/2 (15.00, 18.00, 21.00) — Lisboa.
- D — Real. Joel Coen — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Paulo Rocha — Forum Picoas (17.00) — Lisboa.
- F — Real. Claude Chabrol — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

# Exposições

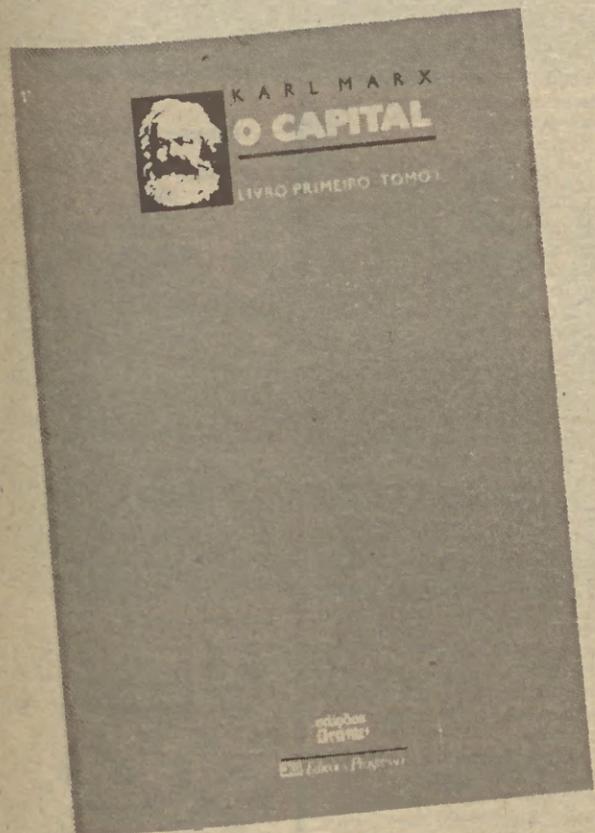
**LISBOA**

- Amélia Toledo** - Escultura e pintura. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 17/3)
- António Bouça** - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30 (até 15/3)
- Avelino Leite** - Cerâmica. Galeria da Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 15/3)
- Bruno Pelletier Sequeira** - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2ª D. De 3ª a 6ª das 18.30 às 22.30 (até 26/3)
- Carlos Ricardo** - «Reflexos de Veneza», fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146
- Colectiva «13+2»**. Galeria L190, Av. Liberdade, 190, cv Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 2/4)
- Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17
- Eduardo Salavisa** - Desenhos. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro (até 10/3)
- Graça Coutinho** - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26. De 2ª a 6ª das 15 às 22
- Hein Semke** - Cerâmicas. Museu Nacional do Azulejo, R. Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.
- João Hogan** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.
- José Pedro Croft** - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica,



Tomaz de Mello e Vespeira, no Casino Estoril

## ...e ainda Música, debates, etc.



**O Capital em Português**

A propósito do lançamento do Tomo I do Livro I de *O Capital*, cuja edição integral pelas Edições «Avante!» está, assim, já em curso, o Prof. **José Barata Moura** - que é um dos directores e tradutores da edição em Português - profere amanhã às 18.30, na Casa da Imprensa, uma conferência sobre «O Prefácio e o Posfácio de *O Capital*. O tema da dialéctica».

**Bailado**

O Lago dos Cisnes, o célebre bailado com música de Tchaikovsky, regressa ao palco do Teatro Nacional de S. Carlos de 14 a 20 de Março. A produção é da Companhia Nacional de Bailado e a coreografia do seu director, Armando Jorge, que se inspirou nas coreografias clássicas. Cruzeiro Seixas assina o cenário.

Eis o calendário dos espectáculos: dias 15, 18, 19 e 20 às 21.00; dia 17 às 16.00. Preços: de 500\$00 a 3000\$00.

No CAM está em curso a 3ª Mostra de Dança Portuguesa, que apresenta esta semana *Situações Goldeberg*, coreografia e interpretação de Olga Roriz. Na Sala Polivalente, dias 14, 15 e 16 às 21.30.

**Miles Davis**

Miles Davis volta a Portugal neste fim-de-semana para dois concertos: no Porto (Coliseu), sábado, dia 16, às 22.00 e em Lisboa (Coliseu) no domingo, à mesma hora.

Com ele tocam Kenny Garrett (sax), Ricky Wellman (bateria), Foley McCreary e Richard Patterson (contrabaixo) e Erin Davis (percussão).

**Mais música**

No próximo domingo a organista **Elsa Bolzonello Zoja** apresenta-se na Sé Patriarcal para um recital com obras de

Frescobaldi, Pasquini, Cabanillas, Vivaldi, J.S.Bach. Às 16.00. Na Gulbenkian, obras de Rimsky-Korsakov (*Capricho Espanhol*), Prokofiev (*Concerto nº 2*) e Dvórák (*Sinfonia Do Novo Mundo*) preenchem o programa dos concertos de hoje e amanhã, nos quais são intérpretes a Orquestra Gulbenkian

com o maestro **Muhai Tang** e o violinista **Frank Peter Zimmermann**. No Grande Auditório, hoje às 21.30 e amanhã às 18.30.

Namesmasala - na segunda feira às 18.30 - o barítono **Olaf Bar** acompanhado ao piano por **Geoffrey Parsons** interpreta peças de Mozart, Beethoven, Schubert,

Mezndelssohn, entre outros.

Enfim, na quarta-feira (e também na quinta), cantores solistas e o Coro e a Orquestra Gulbenkian dirigidos por **Michel Corboz** estarão no Grande Auditório para interpretar **O Rei David**, de Honegger. Na quarta-feira às 21.30 e na quinta às 21.30.



Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92 **Luís Soares** - Pintura e escultura. Galeria 2062, CC Amoreiras (até 10/3)

2ª a sáb. das 16 às 20 (até 16/3) **Luís Noronha da Costa** - Pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19

**Oscar Alves** - Pintura. Gal. Morada, R. Conde de Vizela, 137 (até 31/3)

**Rocha de Sousa** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22

**OUTRAS LOCALIDADES**

**Obras Gráficas** (colectiva). Até 22/4, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMANSIL

**Tapçaria Contemporânea** (colectiva do Grupo 3-4-5). Até 17/3, Galeria Municipal, AMADORA

**Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

**Rogério Silva** - «Homens, Barcos e Redes», fotografia. Galeria de Arte da Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, BARREIRO.

**Roberto Chichorro** (Moçambique) - Pintura. Até 7/3, Galeria Beloleb, Av. Central, 191, BRAGA

**Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

**Colectiva de Pequeno Formato**. Casinó Estoril. Todos os dias das 15 às 24 (até 20/3) ESTORIL

**Menez** - Pintura. Galeria Municipal, Edifício Trem (à Sé). Das 9 às 12.30 e das 14.30 às 17 (até 7/4) FARO

**Álvoro Lapa** - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRO

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

**Albertina Sousa** - Gravura. Até 28/4, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

## Jornadas Legislativas no Distrito de Beja

Decorrem amanhã e sábado as **Jornadas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no Distrito de Beja**, que inscrevem nos seus objectivos aprofundar as realidades do distrito nas seguintes áreas: Saúde, Ensino, Segurança Social, Emprego, Agricultura, Quadro Comunitário de Apoio, Cultura, Património, Poder Local. Deputados, eleitos em autarquias e dirigentes do Partido participarão em encontros com entidades e estruturas de várias localidades. Participarão ainda, nomeadamente:

- num debate sobre o **Pacote Laboral** - hoje às 20.30 na Biblioteca da Casa da Cultura de Beja;
- na **Homenagem a Catarina Eufémia**, primeiro acto de um dia de trabalho em **Baleizão** - amanhã às 9.45;
- num encontro com agricultores e população de **Odemira** - amanhã às 14.30;
- num encontro com estruturas e familiares de **Deficientes** - no Salão Nobre da CM de **Beja**, sábado às 11.00;
- num outro encontro com a população de **Amareleja** - na Casa do Povo de Amareleja, às 15.00 de sábado.

## IV Jornadas Algarvias

Com início em 15 de Março e prolongando-se até 20 de Abril, realizam-se em várias localidades do distrito de Faro as **4ªs Jornadas Algarvias**, no decorrer das quais o PCP vai aprofundar o seu conhecimento e as suas propostas sobre todos os grandes problemas que afectam a Região.

Neste fim-de-semana vai discutir-se «A Horto-Fruticultura» no salão da ALICCOP em **Silves** com a participação de **Rogério Brito**, engenheiro, deputado do PCP à AR, e de **Carlos Santos**, engenheiro técnico agrário.

# LUTAR!

Sábado

## MANIFESTAÇÕES

LISBOA

Marquês de Pombal — Rossio 14.30 H

PORTO

Baixa do Porto — 15.00 H

# Tempo

**Fim de Semana**

Fim-de-semana, céu com períodos muito nublados, vento fraco ou moderado, aguaceiros diminuindo gradualmente de frequência.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## Setenta anos cheios de vitalidade

O Partido Comunista Português festejou os seus setenta anos.

E assim se disse no **Jornal da Tarde**:

- **Setenta anos cheios de vitalidade. Um Partido de massas.**

«Durante os 40 anos do regime anterior, foi a única força de expressão verdadeiramente organizada.»

«Apesar das perseguições, das prisões e dos exílios, o PCP nunca deixou de ter um verdadeiro comando articulado no interior do país, dispondo de quadros espalhados pelos mais variados sectores da vida portuguesa e suportando um jornal clandestino, o «Avante!».»

Quem tiver ouvidos, ouça. Quem tiver entendimento, entenda.

## É preciso saber escolher os inimigos a abater

O Partido Comunista Português festejou os seus setenta anos.

E assim disse o **Telejornal**:

- **O PCP continua fiel ao marxismo-leninismo. As convulsões a leste não parecem afectar o PCP nem o seu projecto de uma democracia avançada no limiar do século XXI.**

«A sua História é um somatório de privações. Primeiro, o fascismo obrigou o PCP a entrar na clandestinidade. Durante décadas, Salazar e o Estado Novo foram os inimigos a abater.»

Quem tiver ouvidos, ouça. Quem tiver entendimento, entenda.

## «Pois vejam a nossa História...»

O Partido Comunista Português festejou os seus setenta anos.

E disse Octávio Pato, na entrevista ao **Telejornal**:

- **Os Comunistas podem ter orgulho em ser comunistas, mas podem ainda ter acrescidas razões para terem orgulho de serem militantes do Partido Comunista Português.**

«Por toda a sua História.»

«São setenta anos de luta. Setenta anos de luta contra o fascismo, pelo derrubamento do fascismo, pela liberdade, pela democracia.»

«Quando alguns teimam em dizer que o Partido Comunista é um partido que não respeita as liberdades democráticas, pois vejam a nossa História. Vejam quantos homens, quantas mulheres comunistas passaram pelas prisões fascistas, quantos comunistas foram assassinados exactamente por lutarem pela democracia e pelo socialismo.»

Quem tiver ouvidos, ouça. Quem tiver entendimento, entenda.

## Na alta competição os erros pagam-se caros

Na sua entrevista, Octávio Pato não se limitou a falar do passado. A actualidade também lhe mereceu atenção, ao vincar que, hoje, a real alternativa passa pelo afastamento da direita do Poder e pela sua substituição por um governo democrático. «Esta alternativa - disse - passa obrigatoriamente por um entendimento entre o PCP e o PS.»

De facto, não é preciso possuir grandes dotes de analista político para se chegar a esta conclusão. No entanto, a insensatez parece querer prevalecer em certos meios.

Foi o que se viu naquele «frente a frente» (!) entre Pacheco Pereira (um cassetteiro do PSD) e Alberto Martins, do PS.

O primeiro, dizia que o PSD tinha todas as condições para chegar de novo à maioria absoluta.

O segundo dizia que não, nem pensar nisso. Quem ia ter a maioria absoluta era... o PS!!!

Pretende-se criar uma dinâmica de vitória. Uma dinâmica artificial - que não engana a realidade. Costumam dizer os comentadores desportivos que, em alta competição, os erros se pagam caro. Esta verdade aplica-se quer ao desporto quer à política. Os socialistas, nesse aspecto, já contam com amargas experiências.

E se as experiências não servem para nos ensinar, com mil raios, para que diabo servirão elas? Viver em vão, que sentido faz?...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A semanada

### Quarta-feira

«O défice de exploração do matutino "Público" no primeiro ano de publicação, ontem completado, deverá rondar os dois milhões de contos, apurou o DN.»

Em declarações prestadas à agência Lusa, um dos responsáveis pela direcção do jornal admitiu, sem referir verbas, que o défice é superior ao esperado e explicou a "menos boa situação financeira" pela recessão no sector, pela crise no Golfo e pelos dois meses de atraso na saída do primeiro número.

Depois de fazer alusão ao que será uma tendência para melhores receitas publicitárias provenientes de agências, aquele responsável do jornal disse, segundo a Lusa, que em termos de pequenos anúncios, "importante fonte de receita dos jornais", o "Público" "está pior do que a concorrência".

Ainda de acordo com o despacho da agência Lusa, "sem publicidade para suportar as despesas inerentes a uma publicação diária, o jornal sobreviveu graças ao "comportamento impecável" do grupo Sonae, de Belmiro de Azevedo, que aplicou dinheiro fresco, e ao empenho dos jornalistas, que concordaram em não receber aumentos salariais até finais de 1991". Admite-se, por outro lado, que o periódico "não terá lucros antes de 1992". Estes problemas de liquidez não serão, aliás, estranhos à polémica surgida em torno da tentativa de utilização de outras empresas do grupo como fonte de financiamento desses prejuízos. Recorde-se que aquele jornal aumentou, a partir de ontem, para 100 escudos o preço de venda em dias de semana.»

(6 de Março, «Diário de Notícias»)

### Quinta-feira

«Entretanto, sob o título "Dois milhões de prejuízos para o "Público", o "Diário de Notícias" publicou na sua edição de ontem uma informação totalmente falsa e infundada sobre os resultados do primeiro ano de exploração da empresa que edita este jornal. Além de não ter respeitado a regra elementar de confirmar a informação junto da administração do "Público" — ou de confrontá-la com as informações anónimas que diz ter apurado —, o "DN" mostra um assinalável "fair-play" para registar o primeiro aniversário do nosso jornal. Mas compreendemos o nervosismo do "DN", que o "Público" ultrapassou já largamente no índice de audiências e vendas, mesmo no mercado da grande Lisboa. É de recear apenas que, com estes exemplos de rigor informativo, o nosso colega da Avenida da Liberdade perca os últimos pergaminhos de jornal de referência secular que tanto gosta de ostentar...»

(7 de Março, «Público»)

### Sexta-feira

«1. O "Diário de Notícias" registou, na sua edição de 5 de Março, o primeiro aniversário do matutino "Público", felicitando, como é habitual, na pessoa do seu director, todos quantos lá trabalham.»

2. Nesse mesmo dia, um dos subdirectores daquele jornal prestou declarações à agência Lusa sobre a situação da empresa que o publica. O "DN", na edição de 6 de Março, transcreveu parte dessas afirmações, completando-as com informação própria sobre o montante dos prejuízos do "Público" e optando por não incluir algumas considerações menos elegantes que o re-

ferido jornalista fazia sobre a concorrência.

3. Reagiu ontem o "Público", considerando "falsa e infundamentada" a notícia do "DN". Este jornal mantém, naturalmente, a credibilidade das suas fontes — que, como é sabido, não é de ontem nem sequer de há um ano — e convida o matutino da Quinta do Lambert a divulgar os seus prejuízos reais. Aliás, se algumas dúvidas houvesse sobre o montante desse défice, bastaria ler a recente entrevista do eng.º Belmiro de Azevedo, patrão do grupo Sonae, ao "Expresso", bem como as já referidas declarações de um elemento da direcção daquele jornal à Lusa. São também do domínio público as tentativas de utilização de empresas do grupo como fontes de financiamento destinado a cobrir os enormes prejuízos do jornal, esforços esses contestados por accionistas minoritários cépticos sobre a rentabilidade do investimento.

4. A resposta do "Público" refere-se ainda à audiência do "DN". A este propósito, saiba-se que os níveis de vendas e audiência deste jornal continuam em progressão, por sinal são melhores do que eram em 1990, antes da saída do "Público". É uma aceitação que se reflecte na facturação publicitária do "DN", que progride em termos que não têm comparação com o que sucede com a concorrência.

5. Por tudo isto, e ainda pelo boicote com que os ardinas responderam à subida de preço do jornal, por este decidida à revelia do consenso estabelecido na AID, compreende-se o nervosismo do "Público", traduzido num comportamento ético que dificilmente dará ao jornal os "pergaminhos" por que anseia.»

(8 de Março, «Diário de Notícias»)

### Sábado

«O "Diário de Notícias" descobriu, subitamente, uma vocação que desconhecíamos, num jornal que diz prezar a informação rigorosa e objectiva em detrimento dos rumores e das especulações infundadas. E não deixa de ser significativo que o "DN", habitualmente tão institucional e reverencioso, tão comedido e temeroso em publicar notícias incómodas para os poderes estabelecidos, tenha descoberto uma vocação de agressividade tendenciosa e mesmo uma vontade perversa de publicar notícias falsas e mentirosas quando se trata do "Público". Os leitores minimamente atentos terão notado este contraste flagrante e revelador da perturbação que o aparecimento do "Público" provocou no centenário matutino da Avenida da Liberdade...»

«O sucesso editorial do "Público" tornou-se uma obsessão doentia para o diário da Avenida da Liberdade. Se, como o "DN", gostássemos de cultivar os rumores e as caricaturas especulativas sobre a concorrência, poderíamos ter evocado histórias saborosas da vida interna do "Diário de Notícias", em que o "Público" aparece como uma fixação quase freudiana das angústias dos seus principais responsáveis editoriais. Deixamos esses pequenos episódios para a crónica dos "mentideros" jornalísticos. Mas seria honesto que o "DN" reconhecesse aquilo que qualquer leitor pode constatar, folheando as suas páginas e comparando-as com o "Público". Por exemplo, o centenário matutino introduziu, nos últimos doze meses, uma nova nomenclatura das suas secções, idêntica à do "Público"; fez um esforço sem precedentes na cobertura da ac-

tualidade internacional, seguindo o exemplo do "Público"; e chegou mesmo — heresia das heresias para um jornal tão vetusto — a modificar a sequência da sua paginação para apresentar os acontecimentos no Golfo, adoptando a fórmula dos Destaques do "Público". Por outras palavras, seria bem mais salutar que o "DN" admitisse o estímulo da concorrência em vez de se deixar consumir pela ansiedade e pelos fantasmas psicanalíticos que o levam a publicar notícias falsas. A inveja é péssima conseleira e, ainda por cima, é um pecado que toda a gente nota. Mesmo num jornal centenário...»

(9 de Março, «Público»)

### Segunda-feira

«O "Público" é um luxo para o grupo Sonae. Nunca um jornal beneficiou de uma tal cobertura financeira. Ainda bem que assim é. Por muito menos fecharam o respeitável "Diário de Lisboa" e o "Europeu", para citar apenas estes dois casos. Tanto Ruella Raos como Alexandre Alves não tiveram, infelizmente, a generosidade de Belmiro de Azevedo. A dependência do "Público" em relação às empresas lucrativas do grupo Sonae é, deste modo, total. O "período de gestação", como lhe chamou Belmiro de Azevedo, poderá custar ao grupo 2,5 a três milhões de contos. Se as contas estiverem certas, há-de reconhecer-se que é um parto doloroso para quem assumiu a paternidade. Não há memória na história recente de um empresário gastar tanto, em tão pouco tempo, para levar por diante um projecto de comunicação social.»

«4. Para o "DN", a concorrência é um desafio estimulante, o que não implica conformismo com uma espécie de *lei da selva*, com as regras ditadas ao sabor das conveniências dos que se miram nos *espelhos de Júpiter*. O caso do aumento unilateral do preço de capa à revelia do consenso obtido na AID é a esse respeito exemplar. São pressas que reflectem aflições públicas e notórias.»

5. Neste contexto compreende-se a ansiedade dos responsáveis do matutino da Quinta do Lambert. A sobrevivência está hipotecada à capacidade de um grupo absorver e digerir os prejuízos excepcionais de um jornal dirigido com a soberania e arrogância de quem julga que inventou a imprensa. Só que a imprensa já foi inventada há muito. Mas esse é um aspecto que lhes escapa, entretidos como estão com as suas próprias fixações — e ficções.»

A credibilidade e a estabilidade do "DN" incomodam manifestamente este concorrente, que é bem-vindo, apesar de a megalomania de alguns dos seus responsáveis editoriais pôr em causa o jornalismo de qualidade em que apostam muitos profissionais do "Público". Sejam compreensivos.»

(11 de Março, «Diário de Notícias»)

### Terça-feira

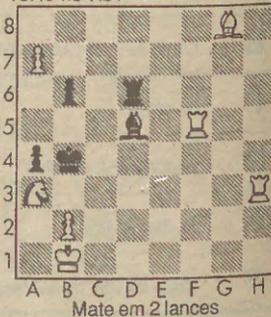
«O "DN" está obcecado com a evidência inofensiva de ter de enfrentar a concorrência de um jornal que o ultrapassou largamente em sucesso editorial e em níveis de audiência e vendas em menos de um ano. Não hesitou, para o efeito, em desfazer o verniz da sua imagem de jornal sério e não especulativo, publicando uma notícia falsa e mentirosa sobre os resultados de exploração do "Público". Agora, porque só resta a mesquinhez da inveja, o "DN" deixou cair a máscara e mostra que o que o traz tão incomodado é, afinal, a ousadia empresarial de um grupo económico que preferiu apostar num projecto novo e inovador do que investir o seu dinheiro na privatização de matutinos officiosos e centenários. Afinal, o "DN" veio demonstrar aquilo de que já se suspeitava: que os seus principais responsáveis editoriais não estão minimamente preparados para enfrentar o desafio do mercado. É essa a razão profunda e inconfessável da raiva mediocre e impotente que consume esses pobres de espírito da Avenida da Liberdade. Que repousem em paz.»

(12 de Março, «Público»)

## Xadrez

CCXCV - 14 de Março de 1991  
Proposição nº 295/A  
Por: Nenad Petrovic  
The Problemist, 1946

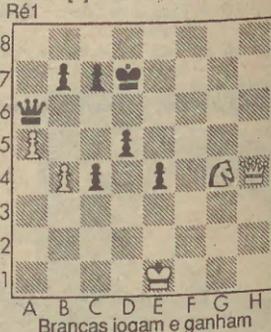
Pr.: [5]: Ps. a4, b6-Bd5-Td6-Rb4  
Br.: [7]: Ps. a7, b2-Ca3-Bg8-Ts. f5-h3-Rb1



Mate em 2 lances

Proposição nº 295/B  
Por: F. Poljanec  
Wiener Schachzeitung, 1924

Pr.: [7]: Ps. b7, c4, c7, d5, e4-Da6-Rd7  
Br.: [5]: Ps. a5, b4-Cg4-Dh4-Ré1



Brancas jogam e ganham

Solução do nº CCXCV

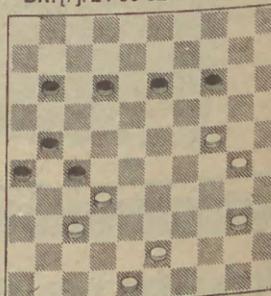
Nº 295/A (N.P.): Chave: 1. Th4!  
1. ... Bc4; 2. Tb5+  
1. ... Be4+; 2. Cc2+  
1. ... Ra5; 2. a8=D+  
1. ... Rc5; 2. Tc4+  
1. ... Rb3; 2. Tf3+  
Nº 295/B (F.P.): 1. C65+, R66;  
2. Dh6+, R65; 3. D: a6, P: a6; 4. b5, R66; 5. b: a6, R66; 6. Rd2 e g.

A. de M. M.

## DAMAS

CCXCV - 14 de Março de 1991  
Proposição nº 295  
Por: F. Raman  
In: Diverse Damproblemen, 1936

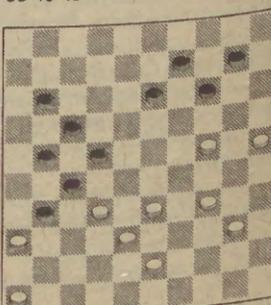
Pr.: [7]: 11-12-13-14-21-26-27  
Br.: [7]: 24-30-32-37-40-43-48



Brancas jogam e ganham

Golpe nº 295  
Por: F. Raman  
In: De Raadselen der Symmetrie, 1952

Pr.: [10]: 9-10-11-13-14-17-21-22-27-31  
Br.: [10]: 24-25-32-33-34-36-38-40-43-46



Brancas jogam e ganham

Soluções do nº CCXCV

Nº 295 (F.R.): 1. 43-39, (27x38); 2. 48-43, (38x49=D); 3. 39-33, (49x35); 4. 24-20, (35x31); 5. 20x36+  
Golpe Nº 295 (F.R.): 1. 33-28, (22x42); 2. 34-30, (27x49=D); 3. 36x7, (49x35); 4. 25-20, (14x34); 5. 7-2=D, (35x19); 6. 46-41, (19x46); 7. 2x...5+

A. de M. M.



Chegaríamos finalmente à última empresa visitada nessa quinta-feira por Carvalho da Silva: as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca. Pela segunda vez nesse dia, os jornalistas foram impedidos de entrar ou sequer de continuar a tirar fotografias à fachada do edifício, alegadamente pelas mesmas questões de segurança que haviam impedido a visita à INDEP. Nesta empresa do Estado só muito recentemente a estrutura sindical foi reconhecida pela gestão, tendo a sala onde se realizou o plenário com a CGTP ficado cheia, apesar de muitas secções não terem publicado em ordem de serviço, como sucede habitualmente, a dispensa que permitiria aos trabalhadores assistir a esta reunião.

À noite, em Santa Iria de Azóia, muitos dos trabalhadores presentes nos diversos plenários que ocorreram durante o dia voltaram a encontrar Manuel Carvalho da Silva numa sessão pública que ocorreu no centro de idosos local, numa sala que se mostrou pequena para acolher tanta gente.



Carvalho da Silva foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, que estava acompanhado pela vereação. Depois do almoço o coordenador da CGTP visitou as oficinas da edilidade, conversando com alguns trabalhadores sobre o pacote laboral e intrando-se das condições de trabalho ali existentes

Na visita às oficinas da Câmara, Carvalho da Silva apercebeu-se do facto, tendo na carpintaria questionado os responsáveis sobre a ausência de exaustores ou outro tipo de protecção que colmatasse o excesso de poeira que o trabalho ali provoca. «Têm de alterar esta situação», aconselharia Carvalho da Silva, entretanto abordado por

um trabalhador que lhe pediria esclarecimentos sobre a posição da CGTP no Acordo Económico e Social: «Afinal a CGTP assinou ou não o acordo?», perguntou o operário. Carvalho da Silva responde que não, e explica como foram as negociações entre o Governo e os parceiros sociais para esse acordo, a forma final que ele acabou por tomar

e as razões que levaram a CGTP a recusá-lo.

Antes tivera lugar um almoço no refeitório do município onde Carvalho da Silva fez uma intervenção atentamente escutada pelas centenas de trabalhadores presentes. Aqui a acção desenvolvida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) foi realçada pelo coordenador da CGTP. Este sindicato não é filiado na Inter, mas assinou recentemente um protocolo de relações preferenciais com esta central sindical cujo coordenador não se escusou a fazer uma autocrítica em relação ao trabalho desenvolvido pelo movimento sindical em relação a estes trabalhadores.

«O Poder Local e o movimento sindical são dois suportes do poder democrático deste país», diria Carvalho da Silva que em relação ao pacote laboral sublinhou que aspectos como a inadaptação do trabalhador ao posto de trabalho e o alargamento do período experimental podem ser particularmente lesivos para quem trabalha nas câmaras e juntas de freguesia.

### Privatizações

A Central de Cervejas, uma grande empresa em processo de privatização, foi a paragem seguinte da delegação da CGTP. Aí se realizava um plenário de trabalhadores onde se abordaram

questões internas da empresa decorrentes dessa privatização.

Carvalho da Silva referir-se-ia ao facto de o Governo e o patronato estarem a movimentar-se no sentido de fazer passar o pacote laboral. A governamentalização da vida política e de alguns órgãos de soberania, a entrega de sectores estratégicos nacionais ao capital privado com a consequente intranquilidade nos postos de trabalho, foram temas desenvolvidos por Carvalho da Silva, a encontrar eco numa intervenção posteriormente desenvolvida por um trabalhador da empresa, a referir-se às ameaças de desmantelamento e fecho de secções que pairam sobre os trabalhadores da Central de Cervejas, como eventual forma para futuros despedimentos.



# LUTAR!

**MANIFESTAÇÃO 16 / 3**  
**MARQUÊS DE POMBAL - ROSSIO 14h30**

«Estamos num ano em que será possível dar um salto significativo em relação à situação social dos trabalhadores portugueses», diria Carvalho da Silva. O facto de ser possível à CGTP conseguir fazer valer as suas propostas que modificariam o sistema de cálculo das reformas, entre outros aspectos fazendo com que os trabalhadores passassem a reformados com um mínimo de 74 por cento do seu salário contra os actuais 63 por cento, foi tema desenvolvido nesta sessão.

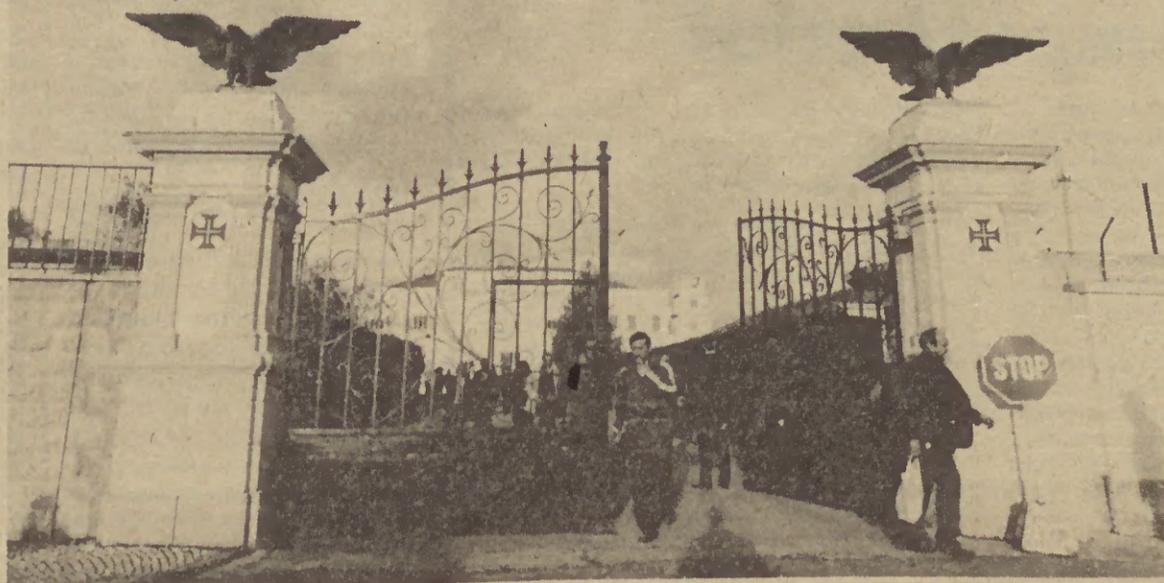
Questionado a propósito de declarações de um dirigente da UGT feitas essa noite ao Telegiornal sobre a atitude do presidente Mário Soares, Carvalho da Silva falou em «utilização vergonhosa» desse acto ao tentar fazer-se criar na opinião pública a ideia que «o pacote vai passar».

Razões que levam Carvalho da Silva a insistir: «A atitude de Soares é positiva, mas não para ficarmos na expectativa. Temos de agir!»

Todos os que estavam naquela sala marcaram encontro no próximo sábado, à 16 horas, para a manifestação contra o Pacote Laboral que vai ligar o Marquês do Pombal ao Rossio de Lisboa.



Na entrada dos jornalistas para assistir ao plenário, um elemento da comissão de empresa, Manuel Varela, falou de alguma coisa a respeito do aumento salarial ou a redução do horário de trabalho (foram algumas de 42 duas e meia)



Pela segunda vez neste dia, os jornalistas ficaram à porta de uma das empresas visitadas por Carvalho da Silva. Desta vez, por alegadas razões de segurança, o facto ocorreu nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca

■ Henrique Custódio

# SINTRA

O conceito implícito na expressão «paraíso perdido» aponta em duas direcções: uma, tomada à letra e com ressonância do Livro do Genesis, define a perda irreparável — frustração que atavicamente carregamos desde a expulsão do Jardim do Eden; outra, menos bíblica e culpada, configura os anseios do homem moderno em reencontrar a harmonia com a Natureza, numa recuperação que acordou da contemplação do divino e da moral para se preocupar concretamente com os problemas do planeta, ou da parte dele em que se vive — fale-se dos «paraísos perdidos» encontrados em desvãos do mundo onde não avançou ainda a «marcha do progresso», ou na vontade de recuperar o que, sob essa marcha, se está a perder ou a adular.

Vêm estas banalidades a propósito de Sintra, um território que só é banal no excesso de carga com que há muito alanca por causa do nosso imaginário. Foi no palácio da Vila que D. Afonso VI gastou o soalho com quilómetros de solidão ou D. João I achincalhou a coscuvilhice das açafatas na Sala das Gralhas, é no palácio de Seteais que ecoam os mais ruidosos suspiros do desgosto de amor à portuguesa e foi no palácio da Pena que um estrangeiro delirou construir o mecenato lusitano à sombra do casamento com a rainha, para não falar do Castelo dos Mouros envolto em lendas que nos espreitam no viço das matas — à atenção de quem for encantado por uma moura e a perder, que acaba lá como água vaga das fontes...

Sintra não é, certamente, o paraíso perdido da memória bíblica, mas pode identificar-se como um dos locais privilegiados do País que importa defender e preservar. Se recordarmos que vivem mais de 300 000 pessoas no seu território, essa necessidade de, digamos, carácter patrimonial, transforma-se em urgência social pelo amontoar de problemas concretos que, entretanto, tomaram conta do Concelho. O epicentro da crise está na Câmara Municipal (a 4.ª do País), onde uma coligação PSD/CDS se devora a si própria num conflito de interesses pessoais que tem a especulação imobiliária por despojo e o Concelho de Sintra como vítima. Quem o denuncia é a Comissão Concelhia de Sintra do PCP que, para o efeito, se reuniu há dias com os jornalistas para explicar a situação — algo tão confuso que expõe o actual presidente da edilidade, João Justino, do PSD, a ser «empurrado» do cargo pela própria coligação que o elegeu.

## Nem as verbas aplicaram!

A conferência de imprensa decorreu ao pequeno-almoço no Martinho da Arcada, em Lisboa, e teve como interlocutores dos

vários jornalistas presentes um conjunto de membros da Comissão Concelhia de Sintra do PCP que integrava dois vereadores, Lino Paulo e Jaime Mata, o coordenador do Grupo CDU na Assembleia Municipal, Jacinto Higino, e ainda António Cordeiro,

## Onde se abusa da Câmara e se perde o paraíso

ro, membro do CC do PCP e da DORL, e Paulo Loya, da DORL.

Começaram por identificar a crise, no Concelho de Sintra, que «atinge hoje níveis de ruptura na qualidade ambiental, na estrutura viária, na infra-estrutura básica e no equipamento», no quadro de uma Câmara Municipal paralisada pelos efeitos de uma gestão do

PSD coligado ao CDS que, em 10 anos, transformou o Concelho «em verdadeira coutada de interesses ligados à especulação imobiliária».

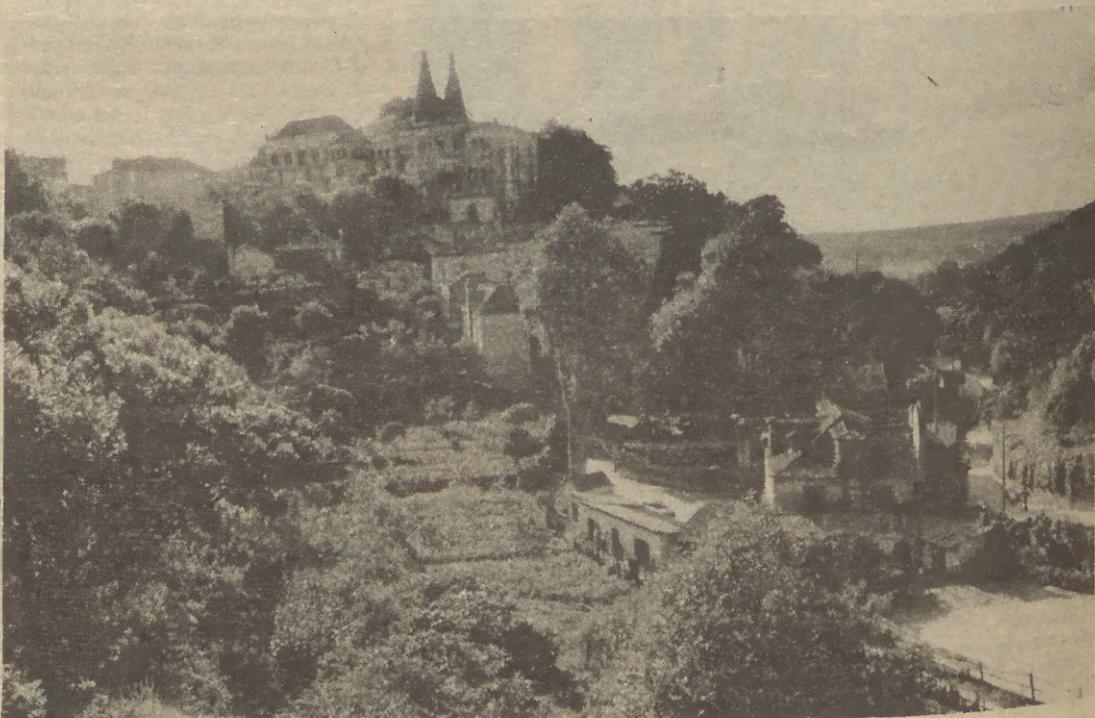
Os 13 meses decorridos desde a tomada de posse da actual vereação não vieram, no câmpulo geral, alterar para melhor a situação herdada. Pelo contrário,

se atender a que em obras novas apenas foram investidos 18% dos quase dois milhões e oitocentos mil contos previstos orçamentalmente. E «se é verdade que muitas obras não podem ser feitas por falta de estudos e projectos, não é menos verdade que apenas foi realizado 35% do investimento previsto para a execução de projectos», acusa o PCP, que prossegue:

«A rede viária apresenta-se em situação de ruína e as obras municipais foram incapazes de gastar mais do que 33% das verbas de que dispunham para a sua conservação. E chegaram ao extremo de não investir um tostão que fosse da importante verba de 265 000 contos destinados à conservação de tapetes asfálticos na zona urbana do concelho».

## Cem metros por ano

Para o PCP, o verdadeiro paradigma da actuação do PSD/CDS



Vila de Sintra. Ao fundo e dominado a paisagem, o palácio da Vila

## CDU

### Abaixo o sectarismo, viva a competência!

Cumprindo o compromisso eleitoral assumido, os vereadores da CDU aceitaram competências e pelouros no actual mandato no sentido de resolver, ainda que sectorialmente, alguns dos graves problemas do Concelho de Sintra, sem com isso alienarem o seu direito a criticar o que considerem mal na gestão da Câmara, como se sabe de maioria PSD/CDS, conseguida com escassos votos sobre a CDU que, por isso, detém o mesmo número de lugares no executivo. Daí haver sido sublinhado na conferência de Imprensa que «os Vereadores CDU aceitaram pelouros sem qualquer compromisso com o presidente João Justino ou o PSD/CDS. O único compromisso — e esse sempre publicamente afirmado e praticado — é o de despartidarizar o Poder Local, apoiando todas as iniciativas e propostas que considerem correctas, venham elas de que vereador ou partido vierem».

Entretanto recordou-se que «o trabalho nos pelouros em que houve delegação de competências em vereadores da CDU é bem traduzido nas taxas de cumprimento do plano orçamental verificadas. A saber:

Mercados, 92%; Educação, 83%; Saúde e Assuntos Sociais, 80%; Habitação, 51%, número este necessariamente baixo face à inexistência de financiamentos por parte da Administração Central.»

Informou-se igualmente que a correcção dos métodos de gestão praticados «ficou, por seu turno, bem demonstrada com a recusa, do Ministério da tutela, em realizar uma sindicância ao pelouro de Mercados, exigida pelo vereador (CDU) por ele responsável face a calúnias levantadas por um vereador do PSD. É que, afirmou o Ministério, «não há qualquer motivo para a sindicância». E garantiu-se:

«Os vereadores CDU manterão iguais ritmos de trabalho, ou procurarão melhorá-los, à frente destes pelouros», tal como «não entregarão pelouros enquanto se verificarem — e até agora têm-se verificado — condições técnicas de funcionamento.»

Finalmente, os vereadores CDU reafirmam, mais uma vez, a sua disponibilidade para assumirem novas competências e pelouros. ■

e entre outros, «agudizaram-se os problemas de abastecimento de água, o estado de ruína da rede viária, a limpeza e higiene urbana, a situação ambiental no geral». Paralelamente à inactividade de largos sectores da Câmara, não foram aproveitados fundos comunitários e «é mesmo previsível a perda de elevadas verbas provenientes do Fundo de Turismo».

A nível dos serviços, tutelados pelo PSD/CDS, «a desorganização impera, as admissões por compadrio partidário são correntes, a desmoralização e desmotivação de técnicos e demais trabalhadores é notória». Quanto ao importante pelouro das Obras Municipais, responsáveis entre outras acções pela conservação e construção da rede viária, o PSD/CDS deu claras mostras de incapacidade:

este pelouro terminou o ano de 1990 investindo apenas 27% da importante verba que lhe estava destinada, situação agravada se

ao nível da rede viária encontrasse no acesso a Rio de Mouro/Rinchoa: uma passagem desnívelada do caminho-de-ferro aguarda, há cerca de um ano, a estrada para a qual não existe sequer qualquer projecto. Igual desatenção têm merecido todos os eixos de penetração/atravassamento de Queluz-Mássamá, Agualva-Cacém, Algueirão-Mem Martins.

A nível dos SMAS, onde se verifica uma maioria absoluta de eleitos do PSD, não avançou nenhuma das obras essenciais para garantir o efectivo abastecimento de água do Concelho e, como exemplo da actual gestão, figura «a tristemente célebre conduta adutora a Ranholas: a continuar a ser feita ao ritmo actual, de cerca de 100 metros por ano, garantirá o abastecimento de água a Sintra, no ano — pasme-se — de 2014...»

Também na área do urbanismo, o PCP acusa que «praticamente nada foi feito para obs-

tar ao caos herdado de anteriores gestões. O Plano Director Municipal continuou a arrastar-se a passos de caracol e não se avançou na elaboração de Planos Gerais de Urbanização.»

A estas situações acresce a inexistência no início de Março (quando deveria estar aprovado em Novembro passado) do Plano e Orçamento para o corrente ano. Esta sim, é no entender do PCP a verdadeira crise, sentida no quotidiano duríssimo imposto às centenas de milhares de habitantes do Concelho e que não pode ser do Concelho e que não encontra qualquer saída, «com a burla política montada por sectores do PSD e do CDS — no sentido de, mais uma vez, queimar o homem — ou alguns homens — salvando os partidos».

É aqui que entra a história do presidente João Justino caído em desgraça. Passemos-la para o outro lado do subtítulo.

## Coligação de dois irmãos

Segundo o PCP, o caos dominante na Câmara de Sintra emerge da crise profunda que atravessa quer a coligação PSD/CDS, quer, a nível local, cada um destes partidos e resulta da forma como esta coligação se apresentou às eleições autárquicas de Dezembro de 1989.

A candidatura PSD/CDS «estava moralmente derrotada pelo mau trabalho realizado pelos seus eleitos, durante o mandato que então terminava. Não encontrava cabeça de lista credível. Estava «madura» para aceitar ser conduzida por empresários de construção civil com interesses no concelho.»

Estes empresários surgem na figura de dois irmãos — Ferreira dos Anjos — que se guindaram a «chefes» do PSD e do CDS. Criou-se assim o quadro que possibilitou o aparecimento da Coligação «Desenvolver Sintra», com o recurso a um cabeça de lista — João Justino — «que não reunia, nem de perto nem de longe, o consenso de largos sectores dos dois partidos», segundo o PCP.

A coligação PSD/CDS, assim transformada em «negócio de irmãos construtores civis» veio a vencer as eleições, ainda que com o mesmo número de eleitos do que a CDU. Havia assim correspondido ao único objectivo político que lhe era apontado e que, no dizer de Freitas do Amaral, consistia unicamente em «impedir a vitória da CDU».

Como o novo executivo iniciou o mandato distribuindo pelouros a todas as forças políticas, a vereação encetou funções num quadro «capaz de, teoricamente, garantir trabalho profícuo para o concelho. No entanto, minando esta imagem do consenso e projecto comum, encontra-se, desde o início, o verdadeiro carácter conflituoso da coligação PSD/CDS», acentua o PCP.

Carácter conflituoso que advém de diversos choques: «choque entre interesses privados diversos, em jogo por parte de vereadores da coligação; choque entre a feroz centralização de poderes operada por João Justino e o compromisso que, segundo outros, ele teria assumido de não interferir mantendo-se como «presidente decorativo»; choque ainda entre a dura realidade do concelho — à beira da ruptura no seu tecido urbano — e um programa, o da coligação PSD/CDS, largamente demagógico, irrealista e inexequível».

## Floresta de incompetência

É após dura discussão introduzida pela CDU em torno da má situação financeira da Câmara e do incumprimento do plano de actividades, bem como após a aprovação de uma proposta, também da CDU e apoiada pelo PS, para que se criasse uma comissão tripartida capaz de superar a inoperacionalidade dos eleitos PSD/CDS (e que nunca funcionou por obstrução destes), que sectores do PSD e do CDS, liderados pelos irmãos Ferreira dos Anjos, se demarcam do presidente João Justino.

Para o PCP, trata-se de uma «habilidade» que não é nova e havia sido usada cerca de um ano antes contra Tavares de Car-

valho, o anterior presidente eleito pelo PSD/CDS.

Então «a estratégia funcionou e mostrou-se eleitoralmente rentável. Agora parece mostrar-se extemporânea a julgar pelo apoio que João Justino mantém por parte do PSD e do CDS. É que, contrariamente ao afirmado pelos sectores dissidentes do PSD e do CDS, não é a oposição que apoia João Justino. A verdade é que nem o PSD nem o CDS, enquanto partidos e seja a que nível

for, afirmaram retirar o apoio ao actual presidente da Câmara. Aliás, os próprios dissidentes se mostram disponíveis a retornar ao «redil» de João Justino: basta, para tanto, que este reentregue os pelouros do vereador do CDS», considera a Concelhia de Sintra do PCP.

Por outro lado, e para além dos motivos antes apontados, o antagonismo a João Justino protagonizado pelos Ferreira dos Anjos e seus apoiantes «só começa a

Quem se deixar encantar por uma moura e a perder, acaba como água vaga das fontes...

Escola Secundária de Massamá, Concelho de Sintra. O pelouro da Educação, entregue à CDU, apresenta neste momento uma taxa de execução de 83%



# Pôr fim ao caos e sair da crise

**Na opinião do PCP, transmitida pelo vereador Lino Paulo, candidato da CDU à presidência nas últimas eleições, a situação de grave crise que se vive na Câmara de Sintra não constitui nenhuma fatalidade intransponível, e tal é afirmado sem com isso «se dar suporte ou apoio a quem quer que seja», mas apenas com o objectivo de defender a estabilidade e o funcionamento do Poder Local. E o PCP avança as suas propostas, ao mesmo tempo que anuncia um encontro concelhio de autarcas CDU a realizar no próximo dia 23 de Março, subordinado ao lema «Câmara de Sintra — Fim ao Caos, Sair da Crise».**

No entender do PCP «ainda é possível vencer o caos no quadro da actual vereação e colocar a Câmara a funcionar». Para que isso aconteça «é necessário que o PSD e o CDS ultrapassem a teia de interesses privados que os dominam», que a Câmara «deixe de ser palco da vergonhosa lavagem de roupa suja que o PSD e o CDS para ela vêm transportando» e que «a baixa politiquice praticada tenha fim.»

É ainda necessário que «a feroz

centralização de competências e poderes na figura do presidente João Justino deixe de se verificar. Uma redistribuição de pelouros, feita no consenso interpartidário e aproveitando competências e saberes já demonstrados, é urgente». Tal redistribuição de pelouros deverá «respeitar os resultados das últimas eleições autárquicas e de, modo algum, poderá privilegiar entendimentos com empresários ligados à construção civil».

Neste quadro, a elaboração do Plano e Orçamento, já largamente atrasada, e o perspectivado das grandes linhas de desenvolvimento para o próximo triénio, «será a primeiríssima actividade a ter em conta». E Lino Paulo prosseguiu:

«Ninguém pode acusar o PCP, ou os eleitos da CDU, de não terem dado tempo à coligação PSD/CDS de pôr em prática o seu programa eleitoral, ou de não terem dado tempo a João Justino, ou aos outros eleitos do PSD e do CDS de demonstrarem a sua, ao tempo das eleições, tão apregoada competência. O PCP, os eleitos da CDU — única alternativa eleitoral credível ao PSD/CDS — não podem é assistir por mais tempo à degradação da Câmara sem afirmarem: BASTA! O caos e a crise não se podem manter», sublinhou Lino Paulo, que advertiu:

«Sobre o PSD e o CDS recai a pesada responsabilidade de se manterem num caminho que conduza à total degradação da capacidade da



Lino Paulo, vereador da CDU na Câmara Municipal de Sintra

Câmara Municipal de Sintra em dar resposta aos múltiplos e agudos problemas que afectam mais de 300 mil pessoas.

«Se a questão de novas eleições se vier a colocar como única saída para a actual situação de crise — que desde já afirmamos que, muito embora não a tenhamos e para ela estamos preparados, não a desejamos — a responsabilidade pela eventual realização de eleições antecipadas será única e exclusivamente imputável ao PSD e ao CDS e que por elas deverão responder perante a população do concelho».

Finalmente, o PCP prepara, no quadro da CDU, um Encontro Concelhio de Autarcas que, sob o lema «Câmara de Sintra — Fim ao Caos, Sair da Crise» decorrerá no próximo dia 23 de Março e está a ser intensamente preparado. «Esperamos não ser forçados a concluir, nesse encontro, que nada mais há a esperar da actual vereação», frisou Lino Paulo. ■

funcionar aquando do não favorecimento de pretensões imobiliárias destes. E a luta contra João Justino só é descoberta quando este retira Pelouros a Ferreira dos Anjos, vereador do CDS».

Para o PCP, a luta entre João Justino e os Ferreira dos Anjos deve ser reduzida às suas verdadeiras dimensões: «questões pessoais em torno de interesses privados e que, lamentavelmente, encontram guarida no seio de partidos políticos, o PSD e o CDS, que em prejuízo do interesse público funcionam como meras correias de transmissão desses interesses privados.»

O PCP não apoia, como é óbvio, nenhum destes antagonistas e considera que o grave problema do Município de Sintra se situa ao nível de uma Câmara que, «em vez de trabalhar, se encontra paralisada pela inoperância dos eleitos PSD/CDS. Inoperância agora agravada pela única actividade que parece mobilizar tais eleitos: a lavagem da roupa suja — e é muita — da coligação PSD/CDS».

É neste entendimento que os eleitos da CDU não têm vindo a alimentar a tal «burla política», afirmando a Concelhia de Sintra do PCP: «Acreditamos no Estado de Direito e, nesse sentido, quando surgiram as primeiras trocas de acusações entre João Justino e os Ferreira dos Anjos sugerimos a realização de uma sindicância à Câmara, cuja efectivação urge e cujos resultados se exigem esclarecedores. Acreditamos no Estado de Direito e, nesse sentido, aguardamos o resultados das diligências produzidas pelo vereador do CDS, junto do Poder Judicial e da tutela, tendo como base acções praticadas por João Justino.

«Não confundimos é esta pequena árvore, fruto de questões pessoais e de choques de interesses privados, com a enorme floresta de incompetência, desmazelo e inoperância que domina a gestão PSD/CDS.» ■

# Pontos Cardeais



## Escolas - I

Numa Escola Secundária da capital alguém decidiu há dias regressar às cavernas, escavacando para o efeito a louça toda da casa de banho dos rapazes, duas sanitas da casa de banho das raparigas e mais duas portas; a par disto foram hospitalizadas duas estudantes, uma em coma alcoólico por inabilidade na dosagem da cerveja e do bagaço, outra com os pulsos rasgados numa janela previamente estilhaçada. Dito isto assim, em enérgico

estilo «Correio da Manhã», a notícia (que é verdadeira e dada em primeira mão) alarma toda a gente com a indução de que as escolas de Lisboa se transformaram em antros de barbárie, pois não refere que as ocorrências relatadas surgiram numa população escolar de 3 000 alunos e numa escola onde, dos 22 funcionários do quadro que lhe está atribuído, só 9 (nove) estão ao serviço; num panorama destes é impossível vigiar o que quer que seja, sendo inevitável que os excessos adolescentes de fim

de período escolar encontrem terreno, ele próprio tão excessivamente deserto, que abre caminho à selvajaria. Encontrar disso num universo juvenil de 3 000 almas da grande cidade só surpreende quem não tomou conhecimento da grave crise socioeconómica que mina o País e, naturalmente, não permite conclusões maximalistas do estilo «isto é tudo uma bestialidade». Na verdade bestas há muitas, mas só pelo desagradável dos coices e não, propriamente, pelo seu peso percentual.

## Escolas - II

Se a brutalidade choca sempre, quando ocorre em meios adolescentes arrepiam mais. Só que neste caso a

responsabilidade não se pode assacar inteiramente aos autores das proezas ocorridas nesta Escola Secundária. Na verdade que se pode esperar de escolas que funcionam como gigantescos depósitos de alunos entregues a si próprios mal saem das salas de aula, deambulando por um vasto território onde ninguém lhes dá assistência ou, sequer, os vigia, que progressivamente vão perdendo direitos elementares como a refeitório e cantinas, bibliotecas e secretarias, bufetes e convívios, ginásios e abrigos, isto tudo porque o grande Ministério da Educação, que tanto se gaba de «modernizar o ensino», há anos que prossegue uma política, fria e inexoravelmente executada, de restringir verbas, reduzir o número e desqualificar o trabalho do pessoal auxiliar, encurralar os professores em despromoções sucessivas e abandonar os edifícios escolares à degradação progressiva enquanto, não construindo novos, prepara o caminho ao negócio do ensino privado? Por isso a destruição destas sanitas começa no Ministério da Educação.

## O Absoluto

Segundo o «Diabo», que compensa o pouco que é lido com o muito que lhe lêem (normalmente em jeito de recado), nas jornadas parlamentares do PSD Cavaco Silva fez saber que tem lá uma ideia muito sua acerca da futura intervenção política do seu partido: só governará se voltar a repetir a maioria absoluta, caso contrário... passa à oposição. Portanto, mesmo em caso de vitória relativa, o PSD recusará governos de coligação porque, pelos vistos, já se viciou a mandar sozinho. Prosápias há muitas, como os chapéus, e chantagens políticas também. Na presunção de que o eleitorado que ainda o apoia sofre por ele uma acefalia edipiana, o estratega de Boliqueime parece assentar a sua nova postura no lusitaníssimo «agarrem-me, agarrem-me, se não vou-me embora!». Como há-de ter de ir, ainda bem que o faz de boa vontade...

## Recessão

A vitória militar no Golfo contra um regime tão irresponsável como incapaz galvanizou imenso os norte-americanos, que estão a prodigalizar imensos apoios ao seu governo e a vibrar numa imensa alegria. Compreende-se; é que as derrotas imperiais dos EUA também têm sido imensas, chegando ao ponto de os chutar, com toda a electrónica e outras bagagens, de países de pés descalços como os vietnamitas. A euforia guerreira é tanta que fez com que os festejantes não reparassem que o governo de George Bush aproveitou a festa para admitir, oficialmente, a recessão que a sua política e do seu predecessor instalou profundamente no país. Quando as consequências entrarem portas adentro - e brutalmente agravadas pelas despesas com a guerra do Golfo - a festa vai acabar.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Claro

Alguém a Cavaco alvitra que era preciso ir à Mitra...

Cavaco lá foi — e já tocando a bolsa dos cobres declarou que aumentará a recolha para os pobres...

Que verdade mafarrica estas palavras nos dão! Claro, se Cavaco fica os pobres aumentarão...

## Ameaça

Sobre os «segredos de Estado» o Governo tem montado legislação a valer. Assim se vê a luz do dia o que, de Democracia, podem alguns entender...

O Poeta aqui perfilha a ideia de a Gazetilha ter destino ameaçado não por um conceito chocho... não por um verso de pé coxo... ... mas por «segredo de Estado»...

## O partido

Porque os outros traíram ou fugiram. Porque outros preferiram o remanso do lar o calor do fogão preferiram cantar, assobiar — e tu, não.

Porque outros cultivaram o seu jardim e disseram que sim. Porque outros ficaram a barrar de manteiga o seu pão. Porque outros cultivaram o seu pomar — e tu, não.

Porque outros se acolheram no calor de um abraço de amor. Porque outros escolheram juntar tostão após tostão ou simplesmente passear à beira-mar — e tu, não.

Porque outros calaram. Porque outros aceitaram. Porque outros esconderam o seu tear. Porque outros esconderam o coração. Porque outros temeram Salazar — e tu, não.

E TU, NÃO!

## Capitalismo em pé de guerra

Subiu o dólar? Subiu, mas vai descer na economia em arco. Claro que o marco... Enfim, pode dar o flanco... Assim como o iene e o franco quando toca a sirene que ameaça a fibra da libra à espera que o dólar vá descer... Cada moeda faz sua higiene na luta daninha que se avizinha entre o dólar, o marco, o iene...

...concorrentes, delinquentes, a afiar os dentes, a afiar os dentes...



Lillo

# 70 anos de vida e luta Comemorados em todo o País

chegado à nossa Redacção  
as promovidas pelas  
70 anos de vida e luta. São  
estas. Também encontros,  
s. São exemplos valiosos de  
a história e o papel destacado  
sa. 70 anos de vida e de luta  
a impossibilidade de apresentar  
realizações, o «Avante!» deixa  
ssas iniciativas. Prometemos  
mana.

moração da realização, em  
1946, do IV Congresso clandes-  
destino, na Lousã, integrada  
no 70.º aniversário do Partido,  
a ocorrer no próximo dia 17,  
domingo, nesta vila.

A intervenção política, a  
cargo de Aboim Inglez, cen-  
trou-se na história do PCP, de-  
monstrando que «é e será  
sempre um grande Partido, orgu-  
lhoso do seu passado, firme  
e determinado no presente, se  
afirma como uma grande e in-  
dispensável força da democra-  
cia e do progresso e prepara  
com energia e audácia as tare-  
fas do futuro».

## Setúbal

O entendimento entre os  
partidos democráticos para  
derrotar a direita (o PSD e o  
CDS) foi defendido por Manuel  
Sobral, membro da Comissão  
Executiva Nacional do Comité  
Central do PCP, num almoço-  
convívio realizado em Sesim-  
bra, comemorativo do 70.º An-  
iversário do Partido Comunista  
Português.

«Para este entendimento —  
referiu — o PCP não propõe

## Assembleia ra ndes o PCP

vernador civil na presidência  
daquela Assembleia por um  
eleito do mesmo órgão, re-  
corda a DOR Évora do PCP,  
cujo executivo analisou, em re-  
cente reunião, o trabalho nas  
autarquias locais, a situação  
social e política no distrito  
alentejano e ainda as come-  
morações do 70.º aniversário  
do PCP.

## A Alegria de Julho

o Regional de  
para os dias 5,  
dição da Festa  
convívio popular

OR Braga tem  
a enfrentar —  
argos finance-  
ando nas suas  
de esforço hu-  
a sua concep-  
a organização  
do ao encontro  
comunistas e  
e corresponder

ao desejo dos muitos milhares de amigos  
que a Festa já grangeou no distrito, no Norte,  
e noutras regiões do País.

Realizando-se no ano em que ocorrem  
as comemorações do 70.º aniversário do  
PCP e têm lugar eleições legislativas vitais  
para uma mudança de política e de Governo  
de sentido favorável aos interesses do povo  
e do País, a Festa da Alegria/1991 será,  
mais uma vez, a expressão de um partido  
solidário, fraterno e realizador, com as suas  
raízes bem assentes no povo, na sua cultura  
e tradições.

A Festa decorrerá no Parque Municipal  
de Exposições de Braga.



Em Viseu, na Escola Secundária de Viriato, realizou-se um almoço comemorativo dos 70 anos do PCP, em que participaram 150 pessoas e que contou com a presença do camarada Dias Lourenço. Interviu também Fernando Rodrigues, da CEN do CC e responsável distrital. Actuou depois o grupo CINFELO de Penedono.

ao PS nem a qualquer outra  
força democrática que abdi-  
quem dos seus princípios, do  
seu programa, da sua identi-  
dade própria. Mas o PCP tam-  
bém não pode aceitar que lhe  
ponham como condição, como  
lamentavelmente o fez Jorge  
Sampaio na Assembleia da  
República, abdicar da sua  
identidade, programa ou prin-  
cípios fundamentais, aprova-  
dos nos XII e XIII Congressos  
do Partido».

Manuel Sobral aludia à pro-  
ximidade das eleições legislati-  
vas onde, conforme foi já  
anunciado pelo Secretário-  
-Geral do PCP, Álvaro Cunhal,  
os comunistas concorrerão em  
coligação com «Os Verdes» e  
a «Intervenção Democrática»,  
em listas abertas a outros de-  
mocratas de outros partidos ou  
sem filiação partidária.

O conjunto de comemora-  
ções do aniversário do PCP  
congregou, no distrito de Setú-  
bal, muitas centenas de pes-  
soas em várias iniciativas, e  
decorrerão ainda durante todo  
o mês de Março.

Só neste último fim-de-  
-semana, no Barreiro e Grân-  
dola inauguraram-se exposi-  
ções de pintura e sobre a his-  
tória do PCP, e em almoços e  
jantares-convívio ou sessões  
de esclarecimento estiveram  
dirigentes do PCP tais como  
Blanqui Teixeira, na Baixa da  
Banheira, Francisco Lopes, na  
Trafaria, Joaquim Gomes, em  
Almada, Octávio Pato, no Bar-  
reiro, João Amaral, no Seixal,  
para além de Manuel Sobral,  
como já dissemos, em Sesim-  
bra.

Também em Setúbal o PCP

levou a cabo um jantar-  
-convívio num restaurante da  
cidade, em que tomou a pala-  
vra Francisco Lopes, membro  
da Comissão Política do CC do  
PCP.

Francisco Lopes caracte-  
izou a política do PSD como  
contrária aos interesses popu-  
lares e nacionais, e pôs a  
ênfase na luta contra o Pacote  
Laboral que tem merecido o  
repúdio dos trabalhadores por-  
tugueses. Nesse sentido, mani-  
festou a solidariedade do  
PCP para com as acções em  
curso, e em especial a mani-  
festação do próximo sábado,  
dia 16, em Lisboa, contra a le-  
gislação atentória das conqui-  
stas, direitos e interesses dos  
trabalhadores.

«Após mais de 11 anos con-  
secutivos do PSD no Governo  
e os resultados que se co-  
nhecem, está colocada na or-  
dem do dia a necessidade de  
uma mudança política, de que  
as próximas eleições legislati-  
vas serão uma grande oportu-  
nidade» — afirmou Francisco  
Lopes.

Durante o animado convívio  
também tomou a palavra o ca-  
marada Salvador Amália, que  
recordou, em breve interven-  
ção, a luta do Partido nos tem-  
pos da clandestinidade, subli-  
nhando os princípios e os valo-  
res que, então como hoje,  
guiam os comunistas portu-  
gueses.

## São Bartolomeu de Messines

Realizou-se no domingo  
passado, no Centro de Traba-  
lho do Partido em São Bartolo-  
meu de Messines (freguesia  
CDU do concelho de Silves)  
um almoço comemorativo do  
70.º aniversário do PCP. Na  
iniciativa participaram mais de  
70 pessoas, entre as quais o  
camarada José Vitoriano, da  
Comissão Central de Controlo  
e Quadros do CC, que fez uma  
intervenção sobre a história do  
PCP e o actual momento polí-  
tico.

## Vila Real

### Trás-os-Montes

Realizou-se em Vila Real  
um almoço de confraterniza-  
ção, iniciativa da Comissão  
Concelhia do Partido, que jun-  
tou 60 participantes.

Nesta iniciativa intervieram  
Manuel Sampaio, da Comis-  
são Concelhia e seu Coordena-  
dor, e Vasco Paiva, da Co-  
missão Executiva Nacional do  
Comité Central do PCP.

Vasco Paiva começou por  
se referir aos 70 anos de vida

do PCP. De seguida abordou  
questões que se colocam ao  
distrito e as tarefas do PCP no  
presente ano.

Referindo-se à propagação  
sistemática na Televisão sobre  
os chamados benefícios da se-  
gurança social, apresentou di-  
versos números comparativos  
com os que são praticados nos  
diversos países da Europa e  
que mostram o crescente di-  
vórcio e distanciamento, quer  
dos salários dos trabalha-  
dores, quer dos benefícios  
salariais, quer ainda dos rendi-  
mentos dos agricultores em re-  
lação às médias dos diversos  
países da Europa.

Defendendo que não basta  
acusar o Governo de demagogia  
e que é preciso explicar e  
demonstrar caso a caso essa  
demagogia, entrou na aborda-  
gem dos problemas que afec-  
tam a região, denunciando o  
carácter demagógico e falso  
da visita do ministro Silva Pe-  
neda ao distrito:

«Não há muito tempo a Co-  
missão Concelhia de Vila Pou-  
ca do Partido publicou um co-  
municado que se intitulava  
«Vila Pouca de Aguiar, um  
concelho em crise». Denuncia-  
va os negócios da Sovipe e os  
compromissos do Governo e  
do PSD, alertava para a dimi-  
nuição do número de trabalha-  
dores nas Minas de Jales, que  
se somavam ao encerramento  
da Tabopan e o imenso prejuí-  
zo que trouxe o encerramento  
da via férrea Vila Real — Cha-  
ves. Tudo isto a par dos fa-  
bulosos lucros da venda das  
águas da nossa região de que  
a região nada beneficia.

«Agora — acrescentou  
Vasco Paiva — temos mais  
uma visita de um ministro —  
Silva Peneda — a trazer umas  
dávivas para o combate à po-  
breza e recolher uns votos em  
Mesão Frio e Vila Pouca. Isto é  
— os reais problemas não são  
enfrentados e tenta-se camu-  
flar a situação com umas es-  
molas. Por que só Vila Pouca  
e os mineiros de Jales? Ignora-  
-se a situação da Borralha,  
para não falar noutros locais...  
tem isto uma marca partidária?  
É porque Vila Pouca tem Câ-  
mara PSD e Montalegre não  
tem?»

«Ou será que já se adivi-  
nham piores problemas para  
Jales? Isto é: qual o real in-  
teresse da multinacional fran-  
cesa «Cogema» pelas minas?  
Fazer o que chamam o aumen-  
to da produtividade com  
diminuição do número de tra-  
balhadores? Quando será es-  
clarecido o real valor do filão  
de ouro da mina?»

## Portalegre e Castelo Branco Assembleias Regionais

As Organizações Regionais do PCP de Castelo Branco e de Portalegre realizaram no passado fim-de-semana as suas Assembleias. Os camaradas Carlos Carvalho, secretário-geral adjunto do Partido, e Edgar Correia, da Comissão Política, estiveram, respectivamente, em Portalegre e Castelo Branco, tendo a seu cargo as intervenções de encerramento.

As Assembleias de Castelo Branco (II) e de Portalegre (IV) analisaram realidades regionais naturalmente diferenciadas, mas tiveram também objectivos comuns: o balanço da actividade realizada, a definição de objectivos e propostas concretas para o desenvolvimento socioeconómico das populações, das localidades e das regiões, e também para o reforço do Partido e do trabalho das organizações e militantes. Novas DORs — Direcções Regionais do PCP — foram eleitas nestas assembleias, que evidenciaram um profundo conhecimento dos problemas sociais e económicos por parte dos comunistas. Temas como o Poder Local, movimento sindical, lutas, trabalho de direcção e organização do Partido estiveram em foco nos debates.

Na nossa próxima edição abordaremos um conjunto significativo de conclusões a que chegaram os delegados àquelas assembleias.

Por agora, vejamos as propostas que os comunistas de Castelo Branco aprovaram para o desenvolvimento de quatro áreas fundamentais na região: **agricultura, floresta, vias de comunicação e turismo.**

### Agricultura

- Dar rápida execução integral ao Projecto de Regadio da Cova da Beira, que prevê irrigar cerca de 18 000 ha, com grande impacto para o desenvolvimento da região;
- Fazer a recuperação e o aproveitamento integral do regadio da campina de Idanha-a-Nova e do campo albi-castrense, que prevê irrigar 1800 ha na zona da Lardosa;
- Apoiar os pequenos regadios tradicionais e a criação de pastagens permanentes; dar apoio técnico ao estudo dos solos, sementes seleccionadas, e apoio veterinário;
- Defender uma política agrícola que assegure aos agricultores preços justos de garantia, fácil escoamento da produção agro-pecuária, que subsidie os factores de produção (gasóleo e outros) e que indemnize os prejuízos causados pelas intempéries;
- Assegurar o apoio financeiro, assistência técnica, formação profissional, formação empresarial, especialmente para jovens agricultores e o acesso às tecnologias da informação.

### Florestas

- Protecção à floresta existente através da limpeza das matas e abertura de caminhos de acesso. Reforçar os meios de combate aos incêndios aumentando e melhorando os meios de combate, quer aéreos, quer dos bombeiros;
- Criação de parques de recolha de madeira queimada e indemnizações justas aos agricultores dos danos causados pelos incêndios;
- Rápida reforestação das zonas queimadas com espécies naturais, de modo ordenado e com apoio dos Serviços Florestais. Dar prioridade à reforestação da serra da Estrela que sofre uma acelerada erosão, bem como os concelhos de Vila de Rei e Oleiros;
- Limitar a eucaliptização indiscriminada que se estende na nossa região, sobretudo na parte sul do distrito.

### Vias de comunicação

- Dotar a região com vias de comunicação modernas, melhorar a acessibilidade entre os concelhos e a capital do distrito e entre este e os grandes centros urbanos;
- Urgente construção dos troços do IP2 que faltam completar entre a Guarda e Castelo Branco (com ligação para Lisboa via IP6 — Abrantes);
- Construção dos Itinerários Principais e dos Itinerários Complementares, que devem estar inseridos na política do desenvolvimento regional e não mais um meio para facilitar o despovoamento do distrito;
- Rápida remodelação da linha férrea da Beira Alta e sua electrificação;
- Abertura permanente de uma fronteira com Espanha, assim como a urgente construção da ponte sobre o rio Erges (Monfortinho).

### Turismo

- Aproveitar as enormes potencialidades turísticas e naturais do distrito, designadamente os rios, as águas termais de Monfortinho e de Unhais da Serra, a gastronomia regional, o artesanato, a cultura, o folclore, os trajes regionais e os locais históricos;
- Aproveitar os grandes recursos naturais da serra da Estrela, durante todo o ano (infra-estruturas hoteleiras, parques de campismo e de merenda, zonas de lazer, caminhos pedestres);
- Utilizar melhor os fundos da CEE no desenvolvimento do turismo da nossa região.

**Assembleia da República**

# Presidente da República toma posse

«No desempenho das funções em que acabo de ser investido tudo farei para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada e ao juramento solene que acabo de proferir («defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição»), no entendimento que tenho da Constituição, da sua letra e do seu espírito». Proferidas na sessão solene da tomada de posse do seu segundo mandato como Presidente da República, com estas palavras marcou Mário Soares o início da sua intervenção perante os deputados e os cerca de mil convidados presentes no Parlamento, um discurso onde deixou claro, a terminar, não ser de esperar da sua parte, no que se refere ao exercício das funções que lhe estão atribuídas, quaisquer «surpresas».

Arfecedido no uso da palavra pelo Presidente da Assembleia da República, Victor Crespo, de quem ouviu um rasgado elogio quanto à forma como conduziu o seu primeiro mandato, o discurso de Mário Soares foi interpretado pela generalidade dos observadores como um discurso de consenso, sem que dele estivessem todavia ausentes, simultaneamente, algumas interrogações e chamadas de atenção quanto a algumas das grandes questões que se colocam no futuro próximo a Portugal e aos portugueses.

**Desafios a vencer**

«Os próximos cinco anos serão diferentes, porventura mais difíceis e com desafios bem mais complexos a vencer», advertiu a dado passo, questão que retomou mais adiante ao afirmar, numa alusão ao Tratado de Adesão à CEE, que «sem prejuízo de novos quadros de apoio que venham a ser negociados, temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos portugueses em regime de duríssima competitividade na área dos Doze».

Antes, porém, em jeito de reflexão sobre os anos que precederam este seu novo

mandato, garantiu estar encerrado o «ciclo da transição da ditadura para a democracia», do mesmo modo que considerou ser uma «temática esgotada» a descolonização e «todas as séculos desse período». «O que interessa agora — disse — é aprofundar a nossa cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, a todos os níveis, na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens».

Associando o quadro da nossa adesão à Comunidade Europeia com a questão da modernização de Portugal — aspecto de desenvolvimento tratado na intervenção — o Presidente da República classificou esta questão como «um imperativo nacional», sem a qual, observou, nunca os portugueses poderão aspirar a «padrões de vida plenamente europeus».

Explicitando melhor o seu pensamento sobre o que entende ser a modernização da sociedade portuguesa, o orador interpretou-a como a «libertação da sociedade civil, entendida também como sociedade de cidadãos — livres, conscientes determinados e participantes — muito mais do que as reformas do Estado», embora as considere «necessárias». Deste ponto de vista,

de acordo com as suas palavras, o «Estado deixará, pela força das coisas, de ser proteccionista e em permanência interventor» para passar a ser «descentralizado, plural, aberto e supletivo, atento sobretudo às políticas de solidariedade, para poder corrigir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não deixará de provocar, como um efeito perverso».

«Nesse sentido, devemos estar muito atentos à erradicação das manchas de pobreza que subsistem — e aos novos pobres, marginalizados pelo progresso — e às condições inaceitáveis em que vivem, em autênticos ghettos sociais, os africanos imigrantes que trabalham em Portugal», concluiu, algo contraditoriamente, porquanto, parece reservar ao Estado um mero papel corrector das consequências, subtraindo-lhe qualquer acção interventora face às causas.

Sobre a realização do pró-

ximo acto eleitoral — outro dos temas que suscitou a sua atenção — o Presidente da República expressou a vontade — «como me cumpre», enfatizou — de aceitar o seu resultado, «qualquer que seja», vontade que tornou extensiva à de manter «com o futuro governo a melhor cooperação institucional».

A proximidade de eleições, porém, fez questão de acenar, não deve servir de pretexto para desviar a atenção dos portugueses dos desafios com que estão confrontados, na própria Pátria, na Europa Comunitária e em África».

A nova ordem internacional a estabelecer na decorrência das profundas alterações em curso no mundo acabou por ser, entretanto, a única temática que no seu discurso suscitou interrogações em substituição das certezas até aí evidenciadas.

«Estaremos, como os optimistas previam, antes da guerra do Golfo, no limiar de uma

nova era de paz — inquiriu a este respeito — com gradual universalização das regras do pluralismo democrático, a observância dos direitos humanos e o sentimento generalizado de que o Mundo é um só, o que nos obrigará, por forma consequente, a retomar o diálogo norte-sul, as preocupações ecológicas à escala planetária e a um trabalho sério de erradicação das causas da miséria, da doença e da ignorância que continuam a afligir dois terços da humanidade?»

**Solidariedade com Timor**

Na sua intervenção, o Presidente da República afirmou ainda a sua solidariedade para com Timor e o seu «martirizado povo», a quem ainda não foi reconhecido pelo comunidade internacional o «direito inalienável à autodeterminação e a independência», adiantando que Portugal como potência administrante apenas

deseja que a «Carta e as resoluções das Nações Unidas sejam respeitadas, os direitos humanos observados e que o Mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão *manu militari* muito semelhante à que sofreu o Kuwait, com igual desrespeito pelas normas internacionais».

Referindo-se por último a Macau — na sua perspectiva, tal como Timor, outro ponto caro a Portugal, — o Presidente da República qualificou esta questão como «um grande designio nacional» que deve ser assumido pelos portugueses, «na convergência de pontos de vista entre os órgãos de soberania da República e as autoridades da China Popular, quanto à estratégia do desenvolvimento integrado definida para aquele território, na base da Declaração Conjunta e numa perspectiva de futuro que ultrapassa de longe 1999 e se prolongará, pelo menos, até meados do próximo século».

## Oposição contra nepotismo do PSD

A decisão, imposta pelo PSD, de antecipar o fim dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Ministério da Saúde, de determinar o prazo de um mês para apresentação do relatório final e de nomear o deputado Nuno Delarue para o elaborar «ofende a dignidade da Assembleia da República e dos princípios fundamentais da independência, transparência e isenção que caracterizam o Estado de direito democrático» — afirma-se num comunicado conjunto de todos os deputados dos partidos de oposição com assento naquela comissão.

Esta posição foi divulgada na semana passada numa conferência de imprensa em que participaram os deputados João Camilo (PCP), que tinha as funções de presidente da comissão, Isabel Espada (PRD), Nogueira de Brito (CDS) e João Rui de Almeida e Jorge Catarino (PS). Na altura foi anunciado que os deputados da oposição «decidem conjuntamente

abandonar a comissão de inquérito, porque não pactuam com tais práticas de nepotismo parlamentar».

Os deputados da oposição acusam o PSD de impor uma decisão que «contrasta com tudo o que foi a prática normal da comissão e viola os compromissos» assumidos consensualmente por todos os partidos: audição de todas as teste-

munhas julgadas necessárias, elaboração do relatório final por três relatores (já indicados pelo PSD, o PS e o PCP), audição obrigatória dos principais visados no final das audiências.

Esta imposição, acusa-se no comunicado lido por João Camilo, «impede que a comissão conheça e avalie importantes documentos requeridos, que se julga serem determinantes para o melhor apuramento dos factos, como é o caso do requerimento dirigido ao senhor Primeiro-Ministro e que até à data ainda não foi respondido».

O partido do Governo, afirmam os deputados, «inviabilizou o conhecimento por parte da comissão dos factos ocorridos no Ministério da Saúde durante o período a que respeita o inquérito parlamentar, que foram investigados pelo Ministério Público e fundamentaram a

acusação deduzida nos respectivos autos». A imposição do PSD é «igualmente grave» por «não permitir que os principais visados no inquérito — a Dr.ª Lenor Beleza e o seu secretário de Estado, eng.º Costa Freire — possam ser confrontados com os depoimentos das várias testemunhas e com a divulgação de novos factos de muita gravidade desconhecidos dos membros da comissão à altura das primeiras audiências».

Para os deputados da oposição, o PSD procura deste modo «evitar o apuramento da verdade com a manipulação do relatório final, a fim de, a todo o custo, ilibar politicamente a ex-ministra Leonor Beleza e o seu ex-secretário de Estado Costa Freire, e ainda o próprio PSD, numa tentativa desesperada de recuperação da sua imagem pública».

**Assembleias distritais**

Chamando a ratificação o decreto-lei que estabelece o novo regime jurídico para as assembleias distritais, o PCP colocou mais uma vez em debate no plenário importantes questões do poder local. A deputada Lourdes Hespagnol lembrou que o diploma do Governo «só existe porque persiste uma falta grave, imputável ao PSD, que é a não criação das regiões administrativas».

Com o DL 5/91, o PSD «insiste no reforço dos poderes dos governadores civis», «impede o cumprimento do preceito constitucional de regionalizar mas, ao mesmo tempo, invoca a revisão constitucional para fazer mais uma série de malfetorias» ao poder local, aos trabalhadores das assembleias distritais e em relação ao Conselho Distrital — acusou Lourdes Hespagnol na sessão de 1 de Março.

Os comunistas, recordou, propuseram um projecto de lei, que foi rejeitado pelo PSD e que continha «as normas necessárias e suficientes para dar resposta ao imperativo da segunda revisão constitucional nesta matéria». Continuando a lutar pela criação «a curto prazo» das regiões administrativas, o PCP — revelou a deputada — vai apresentar no debate em comissão propostas para minimizar os efeitos perversos do decreto-lei.

**Casas do Povo**

Para o PCP é fundamental alterar os decretos-lei 245 e 246/90, que estabelecem o regime jurídico dos serviços locais de segurança social e alteram o regime jurídico das casas do povo, «corrigindo as distorções fatais de que vêm enquadrados, de modo a que as casas do povo existam, floresçam, se dinamizem, se tornem em verdadeiras estruturas democráticas e populares de base, ao serviço das populações (mas também com serviços dignificados)».

Esta posição foi defendida no plenário da AR pela deputada Apolónia Teixeira, que na ocasião denunciou a falta de democraticidade do Governo na elaboração destes decretos, pois «não ouviu os trabalhadores das casas do povo, apesar dos diplomas versarem matérias que a eles respeitam; não ouviu as populações nem os seus órgãos representativos; não auscultou os órgãos locais, freguesias ou assembleias municipais; ignorou as direcções das casas do povo».

## Governo tenta enfraquecer Poder Local

**— acusou Ilda Figueiredo**

As principais alterações introduzidas pelo Governo ao regime de atribuições das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos, analisadas em debate na especialidade na semana finda, voltaram a ser fortemente contestadas pela bancada comunista.

Na base das críticas, de acordo com a exposição feita pela deputada Ilda Figueiredo, está a consideração de que as medidas agora preconizadas não visam fortalecer o poder local nem conferir maior eficácia e operacionalidade ao funcionamento das Câmaras Municipais.

Para os deputados comunistas, bem pelo contrário, o que o Executivo pretende com a sua iniciativa é diminuir o poder de fiscalização das assembleias municipais e avançar com a presidencialização das Câmaras, nomeadamente através da transformação do presidente do Município num órgão municipal, dotado de poderes próprios, o que fere o princípio constitucional da colegialidade no funcionamento da autarquia.

Concretizada por três vias, esta presidencialização proposta pelo PSD implica a entrega de 16 poderes da Câmara Municipal respectiva ao

Presidente, entre os quais se encontram poderes tão importantes como o de direcção de pessoal, o de administração do património, o de revogação dos actos dos funcionários, o de promover empreitadas e obras por administração directa, o de conceder licenças para habitação, o de embargar e ordenar a demolição de obras e o de conceder licenças policiais e fiscais.

Quanto à chamada «moção de censura» proposta pelo Governo, cuja aplicação altera de forma significativa as competências das Assembleias Municipais actualmente consagradas no artigo 39 do Decreto-

-Lei 100/84, Ilda Figueiredo classificou-a como um «autêntico logro», porquanto, assinalou, é uma proposta sem quaisquer efeitos.

«Se o PSD quiser de facto aumentar os poderes das Assembleias Municipais — observou a deputada do PCP — deve conferir-lhes, como reclama a ANMP, a capacidade para aprovar a declaração de utilidade pública e posse administrativa para os fins consignados nos planos de actividades municipais devidamente aprovados, ou, ainda, sob proposta da Câmara, fixar o número de vereadores em regime de permanência».

Assembleia da República

8 DE MARÇO

# A luta pela igualdade

Com a aprovação de três projectos de lei relacionados de um modo especial com as mulheres, a Assembleia da República assinalou faz amanhã uma semana o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Muito para além dos habituais discursos alusivos ao tema, o Parlamento entendeu assim dar um conteúdo mais efectivo a uma data de relevante significado intimamente associada à luta das mulheres pela emancipação e igualdade de tratamento e oportunidades.

Incidindo em áreas relativas à protecção das mulheres vítimas de violência (PCP), direitos das associações de mulheres (PS), e mecenato social (PSD), os três diplomas, aprovados por unanimidade, acabaram assim por projectar no debate parlamentar, mais do que a evocação simbólica da efeméride — aliás sempre necessária —, algumas das muitas questões concretas que afectam o quotidiano das mulheres portuguesas.

Um quotidiano onde, a avaliar pelo que foi dito, muito há ainda a fazer para suprimir os obstáculos que se levantam à participação, plena, empenhada e criativa das mulheres em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.

## Transformar as mentalidades

A começar, desde logo, como tratou de realçar na sua intervenção a deputada comunista Paula Coelho, pela transformação das mentalidades e pela democratização da sociedade em todas as suas vertentes.

Uma transformação que exige em primeiro lugar o empenho e a luta das mulheres, mas que não pode ser dissociada do progresso da humanidade, assinalou, e nessa medida contar também com o contributo dos homens, num mesmo plano, para a concretização da igualdade.

Uma igualdade que, pese

embora os avanços notáveis operados na sociedade portuguesa após o 25 de Abril, inclusive no plano legislativo, está longe de corresponder aos anseios gerais, pela razão simples, como salientou Paula Coelho, de as próprias leis não serem cumpridas ou fiscalizadas pelo Governo.

Não admira, pois, que persistam na nossa sociedade os tabus e preconceitos em relação à mulher, que a mulher jovem «continue a ser discriminada no direito ao trabalho, no local de trabalho, na escolha da profissão», continue a ser discriminada na família e a ver serem-lhe negadas «as oportunidades em relação à sua realização profissional, à sua realização pessoal».

Sobre alguns destes casos, referenciados para exemplificar as dificuldades sentidas pelas jovens portuguesas, falou detalhadamente Paula Coelho, citando nomeadamente o que se refere aos índices elevadíssimos de desemprego que atingem as mulheres com menos de 25 anos, a diminuta

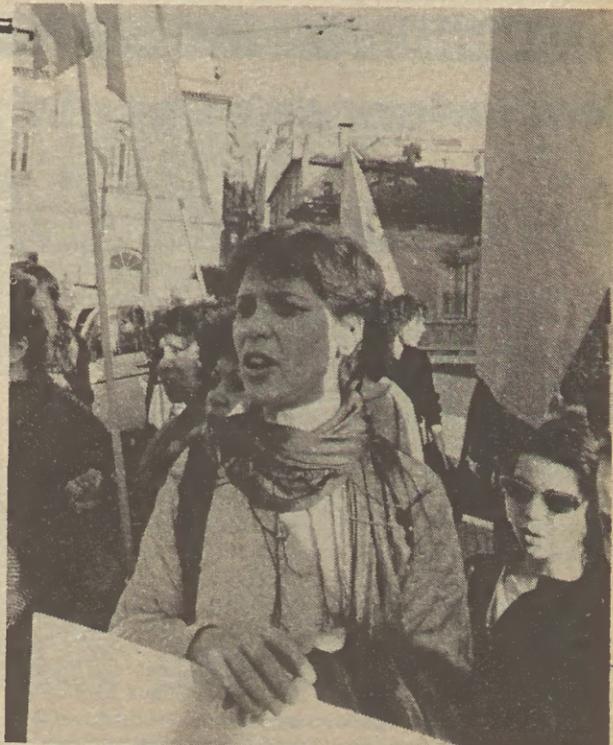
participação nas acções de formação profissional, a precariedade no emprego e o facto de as raparigas serem em 90% dos casos as principais vítimas do abuso sexual infantil.

## Reduzir condutas violentas

Neste quadro deve, por conseguinte, ser realçada a importância dos projectos agora aprovados pela Assembleia da República, dois dos quais (PS e PSD) constituem um alerta para os problemas que persistem na nossa sociedade, cabendo ao do PCP, como frisou Ilda Figueiredo, ao garantir protecção adequada às mulheres vítimas de violência, introduzir «uma importante inovação legislativa não só em Portugal como na própria Comunidade Europeia».

Com efeito, de acordo com a exposição do articulado do projecto efectuada por Odete Santos, trata-se de uma iniciativa legislativa que apresenta várias propostas no domínio da informação e prevenção, tendentes nomeadamente no âmbito de campanhas de sensibilização da opinião pública a dar um importante contributo para a mudança de mentalidades, «determinando assim um quadro de redução das condutas violentas contra as mulheres».

Entre as medidas preconizadas no diploma, registre-se, contam-se a divulgação e distribuição gratuita de um guia sobre os direitos das mulheres e os meios processuais para o seu exercício, o apoio à criação de centros de atendimento, a criação de um gabinete SOS para atendimento telefónico e a criação de secções junto dos agentes de polícia criminal, especializadas para este tipo de crimes.



A emancipação e a igualdade de oportunidades para as mulheres é indissociável do progresso da humanidade e constitui uma luta que passa, em primeiro lugar, pela transformação das mentalidades

## Segredo de Estado

O extenso número de matérias susceptíveis de virem a ser classificadas como segredo de Estado, a par das sanções previstas para os seus violadores (quer os activos quer os que involuntariamente delas tenham conhecimento) disposições previstas em ambos os casos no projecto de lei do PSD sobre este assunto, foram fortemente contestados pela totalidade dos partidos da oposição.

Para estes, na apreciação feita ao diploma numa das sessões plenárias da semana finda, as soluções preconizadas pela maioria governamental chegaram mesmo a ser classificadas como autênticas aberrações, cujo alcance, caso fossem aplicadas, representaria, como foi dito, a transformação de um Estado com lei de segredo num «Estado de segredos» em que os direitos dos cidadãos, e designadamente dos jornalistas, ficariam reduzidos a «coisa nenhuma».

José Manuel Mendes, expressando a posição da bancada do PCP, afirmou que o diploma «vive do complexo da ostra» fechando, ou seja, «é fechado e fecha de forma definitiva a informação que interessa aos governantes», enquanto Alberto Martins, em nome do PS, alertava para o facto de qualquer cidadão poder ter a «prisão como horizonte próximo», caso alguém lhe conte um segredo e este seja de Estado.

O carácter inaceitável do diploma governamental (ver referência no editorial deste número), cuja paternidade no decorrer do debate ninguém na maioria quis assumir, esteve entretanto na base de outras iniciativas legislativas sobre a matéria apresentadas por alguns dos partidos da oposição, que acabariam por baixar à comissão respectiva, depois de aprovadas na generalidade.

Foi o caso do projecto de lei do PCP, elaborado pelos princípios constitucionais e por forma a garantir uma «democracia aberta responsável e transparente».

No seu articulado, o diploma sobre Segredo de Estado apresentado pelo PCP enuncia e define um conjunto de importantes «princípios restritivos da vulgarização do recurso ao segredo de Estado e da sua perversa instrumentalização».

## Situação laboral no distrito de Setúbal

Os deputados comunistas eleitos pelo distrito de Setúbal manifestaram a sua preocupação pelo momento que se vive no mundo laboral o qual, em sua opinião, está «bem longe do quadro merífico apresentado pelo Governo», tendo igualmente alertado para a possibilidade de se avizinharem novos despedimentos na região.

Esta posição, tomada num recente encontro que mantiveram no Seixal com representantes eleitos dos trabalhadores, é sustentada no facto de ainda existirem trabalhadores com salários em atraso e de se continuarem a verificar despedimentos maciços, no distrito, enquanto, por outro lado, se agrava a situação nalgumas empresas, como é o caso da Solisnor (em situação de falência técnica), da Sapec, da Movalto, da Sado Internacional, da Sociedade Industrial

Setubalense, da Clérigo ou da Gefa.

Na perspectiva dos deputados do PCP, este quadro laboral não pode ser dissociado das orientações do Governo nesta matéria, na qual se insere, mais recentemente, a apresentação do pacote laboral, conjunto de autorizações legislativas destinadas a subverter através de lei ordinária o quadro constitucional de protecção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Ainda neste contexto, segundo foi dito no encontro, deve ser encarado o Acordo Económico-Social, cujo conteúdo os deputados do PCP não hesitam em considerar como fortemente lesivo dos direitos dos trabalhadores, ameaçados de novo pela figura de despedimento colectivo por inadaptação, pelo contrato a prazo incerto represen-

tado pela Comissão de Serviço, por período experimental extraordinariamente longos que os transformam em contratados a prazo sem qualquer protecção.

Na sequência de um conjunto de iniciativas legislativas apresentadas por si nesta Legislatura na área laboral (redução do horário de trabalho, sistema de garantias contra o despedimento dos representantes eleitos dos trabalhadores, direito à sindicalização e à contratação colectiva por parte dos trabalhadores no domicílio), o Grupo Parlamentar do PCP, foi anunciado, última entretanto um novo diploma, desta feita sobre «Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais», cujo conteúdo acolherá, designadamente, as propostas nesse sentido apresentadas pela CGTP, que tem em fase de preparação um encontro sobre esta matéria.



Em conferência de imprensa realizada terça-feira, os deputados comunistas apresentaram publicamente o seu projecto de lei sobre o Código do Procedimento Administrativo, diploma que tal como um outro relativo à carta de garantias dos cidadãos perante a Administração Pública, também da sua iniciativa, em debate na sessão parlamentar de hoje. Considerados da maior importância, o primeiro destes projectos visa garantir um núcleo de direitos fundamentais dos cidadãos face à administração local e às formas dos respectivos exercícios, enquanto o segundo estabelece um regime legal do processo que disciplina a actuação da Administração com vista à assunção de resoluções que, de qualquer modo, afectem a esfera jurídica dos cidadãos

## Problemas da Emigração reclamam debate parlamentar

Em carta recentemente dirigida ao Presidente da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP propôs para tão breve quanto possível o agendamento de um debate parlamentar sobre os problemas da emigração.

Na base desta iniciativa dos deputados comunistas está a consideração de que o Parlamento deve intervir nesta matéria de forma a tomar medidas institucionais e materiais tendentes a dar um apoio efectivo aos emigrantes portugueses na Comunidade Eu-

ropeia e nos outros países do resto do mundo.

Com efeito, recorde-se, registam-se hoje agudos problemas que envolvem a nossa comunidade de mais de três milhões de emigrantes espalhados pelos quatros cantos do planeta, problemas que num futuro próximo assumirão novos contornos, não apenas para a primeira geração, como, também, e sobretudo, para a segunda geração, independentemente de virem a manter-se no país de acolhimento ou do seu regresso a Portugal.

## Nacional

## Nas autarquias e por iniciativa do PCP

## Direitos dos cidadãos defendidos legalmente

Com o objectivo de dar a conhecer a iniciativa legislativa do Partido sobre Direitos dos Cidadãos face à Administração Pública, que deputados do PCP e outros subscreveram e será discutida na Assembleia da República no próximo dia 14 de Março, realizou-se anteontem na Soeiro Pereira Gomes uma conferência de Imprensa onde estiveram presentes Alfredo Monteiro, da CM do Seixal, Fátima Moinho, da CM de Almada, Daniel Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira, Odete Santos, deputada na AR e vereadora na CM de Setúbal, Jorge Cordeiro, membro do CC e da DORL do PCP, e J. M. Maia, deputado na AR e presidente da AM do Seixal.

Como recordaram os elementos presentes na conferência de Imprensa, esta iniciativa legislativa apresentada na Assembleia da República por deputados do PCP, do PEV e da ID procura contribuir para a pública divulgação e afirmação prática dos direitos dos cidadãos no seu relacionamento com o Poder Local e estabelecer mecanismos que impulsionem a criação e aplicação de novas garantias de direitos, cujo exercício seja relevante para a defesa dos cidadãos e o bom funcionamento das autarquias locais.

«Seguramente que o Poder

Local não é o nível onde o défice da verificação das garantias dos cidadãos perante a Administração Pública seja maior», afirmaram, explicando que, pela sua proximidade com as populações, o Poder Local «estimula a fiscalização e a participação que os cidadãos estabelecem na sua relação diária com as autarquias». Exemplo flagrante disso é a prática há muito seguida na generalidade das autarquias de gestão CDU, onde o combate à desburocratização, a descentralização para as freguesias ou o princípio da subsidiaridade (decisão tomada

ao nível mais próximo do cidadão) são já hábitos instalados, pelo que, «seguramente, não serão as autarquias presididas por eleitos do PCP e da CDU que menos adiantadas estarão na observância dos direitos dos cidadãos e no estímulo à sua participação e fiscalização».

O caminho percorrido no sentido da descentralização para as freguesias, a desconcentração de serviços, o funcionamento das comissões municipais em áreas e domínios vários (cultura, educação, jovens, crianças, reformados, etc.), as reuniões descentralizadas dos órgãos, os debates públicos em torno de projectos e planos, a modernização dos serviços de atendimento, a criação de linhas telefónicas permanentes de contacto dos cidadãos com a autarquia, a edição de guias dos municípios, a consagração do direito de petição dos cidadãos junto de alguns órgãos, o apoio e trabalho coordenado com o movimento associativo e po-

pular, a fixação de um prazo máximo de tempo para acusar a recepção de pretensões dirigidas às autarquias, são alguns exemplos «que comprovam a atenção dispensada a estas questões em muitos dos órgãos de Poder Local onde os eleitos do PCP e da CDU têm a responsabilidade pela gestão», frisou-se.

Tratando-se, porém, de uma matéria da maior relevância numa concepção democrática do exercício do poder — da qual a democracia participativa é uma componente essencial — há consciência de ser necessário, apesar dos significativos avanços já registados; percorrer ainda mais e mais caminho nesta questão da Defesa dos Direitos dos Cidadãos face à Administração Pública.

O património de experiências já registadas confirma o valor e a importância da ideia consubstanciada no projecto de lei que a Assembleia da República discutirá no próximo dia 14, como demonstram «ser

possível e necessário ir ainda mais longe em direitos que aos cidadãos são devidos em domínios como o do atendimento, de informação, de participação, de fiscalização, de

posição e resposta pronta às suas solicitações».

«Um Estado democrático a isto exige. Os cidadãos a isso têm inalienável direito», sublinhou-se, em conclusão.

## As «Controvérsias» da RTP e o protesto da CNA

O programa da RTP «Controvérsias» abordou recentemente o tema «Agricultura — apoios e rendimentos vão mudar?», convidando para estar presentes um representante da CAP e outro da CONFAGRI, por «coincidência» ambos deputados do PSD. A este respeito a CNA — Confederação Nacional da Agricultura enviou um protesto onde afirma que «se por um lado, o assunto é oportuno, por outro, não pode haver justificação credível para a lamentável exclusão do debate da CNA — Confederação Nacional da Agricultura que acaba de realizar o seu V Encontro e Congresso onde 1600 delegados e dezenas de convidados debateram a situação da agricultura portuguesa nesta fase crucial».

Que «critérios objectivos» (ou de compromissos) estarão na base desta continuada marginalização da CNA pela direcção de programas da RTP?, pergunta a CNA, que acrescenta:

«Torna-se aliás um pouco caricato chamar a um programa de «Controvérsias» e convidar para ele apenas duas organizações, como a CAP e a CONFAGRI, em que, por «coincidência» os respectivos secretários-gerais são, ambos, deputados do PSD.

A CNA, ao mesmo tempo que reclama à direcção de programas da RTP que «corrija a continuada prática discriminatória de que esta Confederação tem sido vítima e que assegure os direitos e garantias constitucionais na matéria», afirma-se disposta a participar num debate sério sobre a situação e as perspectivas da agricultura portuguesa.

## Despejos ilegais de agricultores de Coimbra

Informa o MARN-Beiras do PCP que de há uns tempos a esta parte se têm verificado na zona de Vale das Flores, em Coimbra, com solos de excelente aptidão agrícola, várias acções de despejo compulsivo de rendeiros (nomeadamente da Quinta das Flores, Quinta do Galo e Quinta do Cascalhal), a que certamente não será alheio o projecto de utilização de parte destes terrenos para a instalação de um grande hipermercado. Esta situação está a causar enormes prejuízos e, até, depredações nos bens dos agricultores, através de actos de destruição flagrantemente ilegais. O MARN-Beiras condena estas situações e alerta para outras idênticas que possam ocorrer nesta zona, afirmando que está a acompanhar o processo.

## Pintora Isana no Barreiro

A assinalar, entre outras efemérides, o Dia Internacional da Mulher, decorre entre 9 e 23 de Março de 1991, das 15 às 19 horas, na Rua Vasco da Gama, no Barreiro, uma Exposição de trabalhos da pintora Isana.

Florinda Nascimento R. G. da Silva é natural da Moita. Radicada no Barreiro, «aqui explorou e mostrou a sua enorme sensibilidade plástica e deu-nos o prazer de sermos seus ávidos apreciadores», afirma a Junta de Freguesia do Barreiro, que acrescenta:

«Mais uma vez, podemos observar e apreciar os seus trabalhos, onde a beleza do traço e da cor nos toca, mesmo sem querermos, o mais delicado da nossa sensibilidade.»

## 2.º Encontro Ibérico de Municípios Desnuclearizados

Decorreu no passado fim-de-semana, na cidade de Badajoz, o 2.º Encontro Ibérico de Municípios Desnuclearizados, promovido pelo Movimento ZLAN — Municípios Livres de Armas Nucleares, que teve como lema «Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares».

A agenda de trabalhos do Encontro foi a seguinte: 1. Evolução da situação internacional desde o 1.º Encontro, de Lagos; 2. Repercussões na Península Ibérica da proliferação de armamentos nucleares e dos processos em curso tendentes ao desarmamento e à criação de um clima de confiança entre os Estados; 3. Perspectivas dos Municípios Espanhóis e Portugueses sobre o meio ambiente e a qualidade de vida; 4. Balanço da Actividade da Comissão Coordenadora Ibérica e actividades futuras dos Movimentos Espanhol e Português — Plano de Acção.

## Como protesto e luta Agricultores desfilam em Porto de Mós

A Federação de Agricultores do Distrito de Leiria mobilizou na passada sexta-feira 400 agricultores que, em 30 veículos agrícolas, percorreram as ruas de Porto de Mós e se concentraram frente à Câmara Municipal, entregando ao respectivo presidente um documento que condensamos a seguir, onde expõem as suas principais reivindicações, relativas, nomeadamente, à pecuária, à produção leiteira e à legislação em vigor, que consideram penalizadora. Segundo os manifestantes, o presidente da edilidade prometeu uma legislação mais suave sobre as pecuárias e o prolongamento do prazo de legalização, comprometendo-se, ainda, em enviar o documento reivindicativo ao ministro da Agricultura. Foi também criada uma comissão sobre os baldios.

O documento reivindicativo dos agricultores de Porto de Mós começa por afirmar que «no que diz respeito às pecuárias consideramos a legislação demasiado pesada em relação às estruturas existentes e, se a mesma for levada à prática, a maioria dos agricultores vai ser privada de criar suínos».

Relativamente aos produtores de leite, com peso muito significativo no Concelho, teme-se a entrada em vigor das quotas leiteiras, «onde as exigências vêm provocar uma onda de desaparecimentos de explorações», situação incontornável pois, «por mais voltas que lhes queiramos dar, não existe alternativa na

zona ao actual tipo de produção».

Ainda em relação às pecuárias e ao sector leiteiro há a considerar que os factores de produção são mais caros entre 30% e 40% que na Europa comunitária, pelo que «novas exigências só podem significar o objectivo deliberado de destruir as explorações agrícolas familiares».

Quanto aos baldios, «cuja riqueza não pode ser subestimada, onde os agricultores fazem agricultura e como complemento exploram a pedra», com a nova legislação «estão a mandar parar essa exploração, com todos os prejuízos que daí advêm».

Por isso os agricultores reclamam «pecuárias com uma legislação mais suave e com menos exigências, mais tempo para proceder à legalização, e ajudas».

E enumeram: «Relativamente às quotas leiteiras reclamamos os esclarecimentos adequados e uma distribuição justa pelos agricultores do Concelho; ajudas às cooperativas leiteiras que operam na região, de modo que os produtores possam receber algum do atrasado; facilidades de exploração dos mármore nos baldios e legalização das pedreiras e ainda gásóleo, rações, adubos ao preço dos parceiros comunitários, pagamento das indemnizações compensatórias dos bovinos aos agricultores que ainda não receberam e pagamento do subsídio de gásóleo».

Finalmente os agricultores de Porto de Mós exigem o reconhecimento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) como organização representativa dos agricultores.

Após oito anos de proibição, o atletismo vai voltar à Ponte 25 de Abril: a Meia-Maratona de Lisboa, mais conhecida pela «Ponte a Pé», vai arrancar às 9.45 do próximo domingo, dia 17 de Março, com os seus 4000 atletas a usufruir a bela paisagem que a ponte oferece. E não só, pois está prevista a cobertura da partida pela RTP. A iniciativa é organizada pelo «Maratona Clube», com a direcção técnica do professor Mário Machado e o apoio do pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, dirigido pelo engenheiro Rego Mendes. Recorde-se que em 1984 o governo de então proibiu, numa decisão claramente política, que passasse pela bela ponte da capital a Meia-Maratona promovida pela Associação 25 de Abril, comemorando o aniversário da Revolução dos Cravos. Há um ano, a «Coligação Por Lisboa» defendeu a utilização da Ponte 25 de Abril numa grande prova de características populares na cidade. Cá está a promessa cumprida!



Nacional

# Dia Internacional da Mulher

## Mais condições e igualdade de oportunidades

O Dia Internacional da Mulher, assinalado no passado dia 8 de Março, foi amplamente comemorado em todo o País com várias iniciativas promovidas por diferentes organizações sociais. A efeméride não passou igualmente despercebida na Assembleia da República, onde os deputados aproveitaram a ocasião para aprovar, por unanimidade, três importantes diplomas apresentados respectivamente pelo PCP - sobre a protecção das mulheres vítimas de violência, pelo PS - sobre os direitos das Associações de mulheres, e pelo PSD - sobre o mecenato social.

Das iniciativas que tivemos notícia, destacamos um jantar-convívio promovido no concelho da Covilhã, por uma comissão unitária, que reuniu 120 mulheres afectas a diferentes forças políticas. Em Almada, a DORS do PCP levou a cabo uma mesa-redonda, subordinada ao tema «Por um distrito melhor: mais condições de vida, mais participação das mulheres». Entre os presentes estavam a deputada comunista Apolónia Teixeira, Regina Marques, membro do Executivo da DORS, Ercília Talhadas, dirigente sindical, e as presidentes da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Almada, respectivamente, Emília Lúcia e Maria Emília de Sousa.

Os intervenientes realçaram a acção positiva do PCP «nas esferas do poder onde tem assento, Assembleia da República e autarquias, e nos grandes movimentos de opinião e intervenção social, sindicatos e movimentos de mulheres/MDM». No decorrer do debate, a deputada do PCP Odete Santos abordou a problemática da regionalização, indicando que esta «responde à necessidade de aumentar a participação das mulheres na vida pública, quer através do exercício do mandato para que tenham sido eleitas nas autarquias regionais, quer através da participação activa no acompanhamento do governo regional, cujos eleitos estarão bem mais próximos das populações do que do Terreiro do Paço».

No Barreiro a organização do PCP inaugurou, no passado dia 9 uma exposição de quadros da pintora Isana, como forma de assinalar o Dia Internacional da Mulher. O certame está patente ao público até ao dia 23 do corrente mês, na Rua Vasco da Gama.

A CGTP-IN desenvolveu um vasto programa de actividades

em muitos pontos do País, com especial incidência nas cidades de Évora, Aveiro, Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Ponta Delgada e Horta. Vários dirigentes da Central participaram em festas-



Em vários pontos do País foram distribuídos materiais alusivos ao 8 de Março. Na foto, trabalhadoras do distrito de Aveiro são contactadas por activistas sindicais à porta da empresa

das mulheres e das jovens é cada vez mais instável», devido a «uma política que tem tentado instaurar a limitação das liberdades sindicais e democráticas, fomentar os despedimentos e o fecho de empresas, o desemprego e o emprego precário». A instabilidade quotidiana é agravada com a «crescente diminuição do poder de compra com o aumento da carga fiscal, com a limitação do direito à habitação à saúde, à segurança social». A USL insurge-se contra a colocação do pacote laboral na AR, sublinhando que este «vai atingir principalmente as mulheres e o seu



A DORS do PCP promoveu em Almada uma mesa-redonda denominada «Por um distrito melhor: mais condições de vida, mais participação das mulheres»

Sesimbra, onde esteve patente a exposição «Rostos e gestos de mulheres».

Este ano, teve lugar mais um Grande Prémio do Dia Internacional da Mulher - Corrida de Atletismo pela Igualdade e a Paz, já na sua 5ª edição, que decorreu no Parque do Bonfim e congregou mais de duas centenas de atletas de ambos os sexos. Também na Baixa da Banheira se realizaram várias provas desportivas, com destaque para o sarau no Ginásio Atlético Clube.

Activistas do MDM, em Santiago do Cacém, dirigiram-se ao Hospital Distrital, cuja maternidade está ameaçada de encerramento, e colocaram uma placa protestando contra os desígnios do governo.

### Carta aberta

O Movimento enviou também uma carta aberta aos órgãos de soberania onde reafirmou, a propósito da situação no Golfo,

«a necessidade imperiosa de encetar os caminhos que conduzam a uma paz duradoura no mundo, a uma nova ordem internacional baseada no desenvolvimento e no diálogo, na cooperação entre os povos.»

O texto apela aos órgãos de poder e particularmente ao Governo para que «os conceitos de bem-estar, de justiça social e de igualdade de direitos e de oportunidades» não constituam «meras bandeiras que se agitam em momentos eleitorais». Mais adiante, sublinha-se que «a baixa qualificação de elevado número de trabalhadores, os obstáculos no acesso das mulheres à promoção e postos de chefia e à sua progressão na profissão, mesmo em sectores onde a sua mão-de-obra é maioritária, têm vindo a agravar-se».

Sobre o pedido de autorização legislativa na área laboral, o documento frisa que «o Governo assume uma opção clara de precarização das relações laborais, do aumento do período diário de trabalho, que

se pode estender até às 50 horas semanais, do despedimento por inadaptação».

Entre as exigências apresentadas, de referir a realização de um inquérito parlamentar sobre a aplicação das leis da maternidade e da paternidade, educação sexual e planeamento familiar e da interrupção voluntária da gravidez. A garantia de qualidade de vida e da igualdade de oportunidades e estabilidade do emprego, a criação de infra-estruturas de apoio à família, o combate às desigualdades sociais, às bolsas de pobreza provocadas pelo desemprego, precariedade e baixo valor dos salários, pensões e das reformas, são outros pontos reivindicados.

O Conselho Nacional do Movimento Democrático das Mulheres reclama, por fim, o reconhecimento do estatuto de parceiro social às organizações femininas, com direitos a tempo de antena, e a reconstituição na AR da Comissão para a Igualdade de Direitos e Participação das Mulheres.

## 16 em 2361 Bancários denunciam discriminação de mulheres no BCP

De entre os 2361 trabalhadores do Banco Comercial Português, 16 são mulheres, menos de um por cento. No seguimento de outras iniciativas de denúncia e combate contra esta situação, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas está a promover durante este mês uma campanha junto da opinião pública, apelando a que as pessoas digam «Não aos Bancos Com Preconceitos».

Para o SBSI esta é uma situação de discriminação das mulheres, que na maioria dos bancos são cerca de 30 por cento do total de trabalhadores. Só que - acusa-se no anúncio que o sindicato publica na imprensa - «ainda que tenham a mesma experiência e conhecimentos que os homens, o BCP não as emprega».

O anúncio - que começou a sair nos jornais no passado fim-de-semana e que será divulgado também como cartaz - refere algumas contradições entre esta política do BCP na admissão de pessoal e a imagem que o banco pretende dar de si: «Usa mulheres na sua publicidade, mas não emprega

mulheres. Reclama-se do futuro, mas considera a gravidez e a maternidade actividades pouco recomendáveis. Quer-se moderno e europeu, mas discrimina as mulheres e desrespeita, de uma assentada, as leis do trabalho, as convenções da ONU e as directivas da CEE».

«Há dois anos tivemos uma reunião com a administração do banco para discutir este problema» - recorda Teresa Rosa, do grupo de acção do SBSI para o trabalho das mulheres. - «Deram algumas justificações, que não nos convenceram, e comprometeram-se a fazer esforços para tentar inverter a situação. Isso não veio a

acontecer, e nunca mais nos concederam nova reunião, aos nossos pedidos respondem sempre com adiamentos.»

O facto de não haver possibilidades jurídicas de provar que há discriminação dificulta uma mais eficaz intervenção do sindicato. «Mas é flagrante que há discriminação na admissão de mulheres, basta ver os números» - sublinha Teresa Rosa. E lembra o parecer da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego sobre o assunto, que, embora esteja impedido de divulgação pública até autorização do Governo, vai no sentido da condenação do banco.

Nesta situação, o sindicato conta sobretudo com a força da opinião pública, pelo que decidiu avançar com esta campanha. Além do cartaz e do anúncio, vai editar um autocolante e vai prosseguir os contactos com os órgãos de comunicação social.



O MDM levou a cabo múltiplas iniciativas de carácter desportivo. A imagem refere-se a um jogo integrado num festival realizado em Lisboa, sob o lema «Desporto pela igualdade»

## Comunidade Europeia

# Agricultura e Ambiente

## — Em busca da harmonia perdida

O Parlamento Europeu apreciou esta semana o relatório da Comissão de Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural, da autoria de Joaquim Miranda, sobre o regulamento relativo à introdução e manutenção de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do ambiente e da preservação do espaço rural. Neste importante relatório são equacionadas as consequências da concentração da produção em algumas regiões e a desertificação das regiões mais desfavorecidas, o desaparecimento dos pequenos exploradores, a rotura dos equilíbrios naturais, bem como as graves consequências para o ambiente resultantes da produção agrícola.

O relatório da Comissão de Agricultura tem como base uma proposta da Comissão Europeia ao Conselho que, na opinião da primeira, se limita «a rever algumas medidas estruturais relativas à extensificação, à retirada de terras agrícolas e ao ambiente», que os Estados membros aplicaram de forma desigual e cuja eficácia foi considerada insuficiente em relação aos objectivos a alcançar.

Um objectivo muito aquém das necessidades, pois como se faz notar na exposição de motivos do relatório, a secular harmonia existente entre o desenvolvimento da agricultura e o ambiente foi quebrada pela industrialização e a urbanização crescentes, sem que tivessem sido tomadas as medidas indispensáveis para o evitar.

Com efeito, se é verdade que a CEE cobriu o essencial dos seus défices alimentares para se tornar auto-suficiente e, posteriormente, exportadora, não é menos verdade que o conseguiu a um preço muito elevado.

Recorda-se, a propósito, que já em 16 de Agosto de 1988 a Comissão reconhecia que «despovoamento e abandono das terras constituem

graves riscos ecológicos», o que no entanto não impediu que os princípios da competitividade e da rentabilidade, em que assenta a construção europeia, continuassem a provocar a sobreexploração dos solos sem ter em conta as consequências para o ambiente, a favorecer a desertificação acelerada das regiões mais desfavorecidas, a privilegiar a quantidade em detrimento da qualidade.

Um processo que se acentuou nos últimos dez anos, período em que se agravou a poluição das águas e dos solos por nitratos e acumulação de metais pesados associados à utilização de adubos e de produtos fitossanitários; a degradação dos solos, quer devido à erosão, quer ao abandono da actividade agrícola; a acidificação do ar, devido às descargas de dióxido de enxofre, de óxido de azoto e de amoníaco. Ao mesmo tempo, registaram-se profundas modificações da paisagem, muitas vezes com desaparecimento de várias espécies de fauna e flora devido ao despovoamento ou ao repovoamento florestal inoportunos, ao emparcelamento, à destruição de sebes, à secagem dos pântanos, e tor-

nou-se notória a diminuição do potencial e da diversidade genética das espécies animais e vegetais.

As preocupações com esta matéria levaram o Parlamento Europeu e outros organismos comunitários a procurar soluções, mas até à data pouco mais se tem feito do que declarações de boas intenções. Se há cerca de três anos a Comissão Europeia salientava a necessidade de adaptar progressivamente a agricultura às exigências da protecção do ambiente e dos recursos naturais, e se com o Acto Único o ambiente passou a ser matéria da competência da Comunidade, nem por isso se avançou muito nesta matéria.

Essa é justamente uma das críticas do relatório à Comissão, que na actual proposta retoma aspectos já anteriormente assinalados pelo PE e, embora tentando melhorar algumas das medidas existentes, continua a pecar por insuficiente em muitos aspectos. É o caso, por exemplo, da ausência de um balanço da aplicação das medidas em vigor; o facto de se acrescentarem novos objectivos relacionados com o controlo da produção e a sua adaptação às necessidades do mercado; das ambiguidades e imprecisões no que respeita à ligação entre as novas medidas propostas e o regime actualmente em vigor e na relação entre as medidas propostas; da insuficiência dos incentivos financeiros para execução das medidas da competência dos Estados membros; da omissão no que se refere aos problemas relacionados com a criação intensiva de gado; na insuficiência dos meios de controlo e na excessiva generalização das questões relacionadas com a informação e formação dos agricultores.

### As propostas de alteração

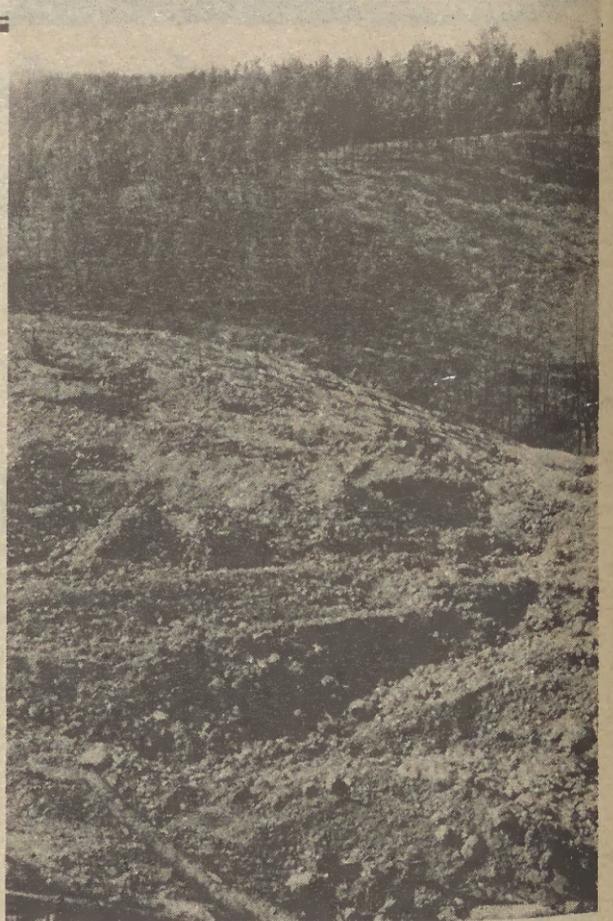
Segundo o relatório de Joaquim Miranda, entretanto aprovado pela Comissão de Agricultura, é indispensável abordar as questões ambientais a nível mundial, prioritariamente no âmbito das nego-

ciações do GATT, de modo a evitar distorções de concorrência em benefício de Estados que, não se preocupando com questões deste tipo, irão beneficiar de custos de produção inferiores e, consequentemente, de vantagens asseguradas no mercado mundial em relação aos países concorrentes.

Acresce o relatório de Joaquim Miranda que também o regime de ajudas dito para «diminuir de forma sensível a utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos» dificilmente atingirá os seus objectivos se não forem concretizadas formas de controlo de execução. O deputado, que sublinha não dispor de elementos suficientes sobre o assunto, sugere o estabelecimento de uma grelha ou a fixação de máximos permitidos de tais produtos, de forma a reduzir a utilização de ambos. Ao contrário da Comissão, que nesta matéria aponta para uma aplicação horizontal do regime proposto em todas as regiões da Comunidade, o relator considera desejável «evitar uma harmonização excessiva, tendo em conta as especificidades regionais e, em especial, algumas situações em particular». É o caso de Portugal, onde a utilização dos produtos em causa é já bastante reduzida, pelo que a redução da sua aplicação se afigura difícil. Assim, o relatório propõe que aos Estados membros seja concedida «a possibilidade de modelar as condições de aplicação das medidas tendo em conta as especificidades regionais, do ponto de vista agronómico e económico».

É ainda proposto que o regime de ajudas se aplique aos exploradores agrícolas que correspondem já aos objectivos deste regulamento.

Para além de outras propostas de alteração ao texto apresentado pela Comissão, como o alargamento do regime de ajudas, aumentos dos montantes máximos dos prémios a atribuir, a aplicação do actual regime à criação intensiva de gado até à aprovação de um texto específico, entre outros, o relator alerta para a dupla ambiguidade das propostas da Comissão.



### Um plano conjunto

Segundo Joaquim Miranda, as propostas da Comissão põem em destaque uma dupla ambiguidade, já que, por um lado, integram-se na iniciativa de limitar as produções agrícolas, sendo este aspecto de «limitação» frequentemente dominante em relação ao aspecto «protecção do ambiente» e, por outro lado, dizem quase exclusivamente respeito às consequências de certo tipo de evolução da agricultura sem ter em conta as suas causas reais.

«Não é por acaso - faz notar - que a poluição da água e do solo é mais grave nos locais onde estão concentradas as unidades de criação de gado de tipo industrial, que transformam essencialmente alimentos importados em derrogação da preferência comunitária». De facto, para reconciliar a agricultura e o ambiente «não basta propor soluções de remedeio para lutar contra a poluição em todos os seus aspectos». É necessário atacar as causas.

É nesta perspectiva que seria desejável que a Comissão propusesse, em vez de regulamentos pontuais e parciais sucessivos, um plano de conjunto de modificações de ataque para a agricultura mais económica em factores de produção, «valorizando os recursos naturais comunitários em detrimento dos

produtos importados, favorecendo os produtos de qualidade, respeitando mais o ambiente e salvaguardando a vida económica e social rural».

Neste contexto, considera o relator que deverá ser criada «uma melhor cooperação entre a agricultura e a indústria para a investigação e fabrico de materiais adequados e de produtos que respeitem o ambiente», como embalagens biodegradáveis, produtos menos tóxicos, alimentos melhor valorizados para os animais, variedades de plantas mais económicas em água e adubos, etc.

Igualmente necessária é a avaliação correcta das consequências para o ambiente dos grandes projectos nos sectores agrícola, industrial ou de infra-estruturas e de aplicação das novas tecnologias, bem como o debate de todas estas questões a nível mundial e em primeiro lugar ao nível das negociações do GATT.

Para Joaquim Miranda, importa que a Comunidade disponha de um plano de conjunto que «integre a agricultura e o ambiente», distinguindo as medidas a executar a nível nacional e comunitário de acordo com o princípio da subsidiaridade e prevendo períodos de transição e de adaptação que permitam avaliar, regularmente, a eficácia e o impacto das medidas executadas.

## Medidas anti-dumping

A Comissão Europeia considera que estão tomadas as medidas necessárias para anular o prejuízo causado à indústria comunitária de tungsténio, e nomeadamente a portuguesa, pelas importações de produtos chineses, realizadas mediante práticas comerciais desleais.

Em resposta a uma questão de Barros Moura sobre a matéria, o comissário Frans Andriessen informa que o Conselho adoptou, por proposta da Comissão, os regulamentos que instituem direitos anti-dumping definitivos sobre as exportações de tungsténio originárias da China; por outro lado, a Comissão aceitou os compromissos oferecidos pelos dois principais exportadores chineses - a CNIEC e a Minmetals - que cooperaram com os serviços comunitários no inquérito que comprovou a existência de práticas de dumping.

Com o objectivo de anular os prejuízos causados à indústria comunitária por tais práticas, foram adoptadas as seguintes medidas: no caso dos compromissos assumidos pelos dois exportadores em causa, a definição de um sistema de preços mínimos que estes se comprometem a respeitar; no caso dos direitos aplicáveis aos outros exportadores chineses que venham a exportar tungsténio, pela cobrança de montantes compreendidos entre 33 e 42,4 por cento do valor franco-fronteira comunitária dos produtos importados.

Considera a Comissão que deste modo a totalidade das exportações chinesas daquele produto ficam assim sujeitas a medidas anti-dumping, as quais serão fiscalizadas, nomeadamente a partir dos relatórios pormenorizados que os exportadores têm a obrigação de enviar periodicamente à própria Comissão. No caso de tais compromissos não serem respeitados ou de serem revogados pelos exportadores em causa, a Comissão afirma que poderá «impor imediatamente um direito provisório com base nos resultados e conclusões do inquérito já efectuado», enquanto o Conselho poderá impor «um direito definitivo, com base nas informações recolhidas no decurso do referido inquérito».

## Comissão de Ambiente critica Comissão Europeia

A Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Defesa do Consumidor aprovou por unanimidade um parecer sobre a proposta da Comissão em que se congratula pelas preocupações com a poluição provocada pela agricultura intensiva praticada na Comunidade, embora considere que as medidas apresentadas são **insuficientes e muito limitadas no que se refere à protecção do meio ambiente.**

Juntando-se às críticas formuladas no relatório de Joaquim Miranda, a Comissão de Ambiente lamenta que a proposta da Comissão fique «bastante aquém das propostas concretas apresentadas pelo Parlamento nas suas resoluções de 19 de Fevereiro de 1986» e reitera o seu pedido à Comissão para que esta apresente, no âmbito de um plano de conjunto, «medidas coerentes que tenham por objectivo reequilibrar a política agrícola comum através de um melhor ordenamento do território

cultivado e cultivável da Comunidade, de um aumento da protecção do ambiente e, sobretudo, de um melhoramento global da vida rural».

O parecer, que considera positivo o facto de a Comissão se preocupar com zonas particularmente ameaçadas pela erosão ou por incêndios na sequência do abandono da actividade agrícola ou do despovoamento florestal, sublinha no entanto que as medidas propostas são insuficientes, já que têm como principal objectivo o «apoio ao rendimento agrícola em relação com objectivos relativos ao ambiente», visando «corrigir os efeitos negativos e melhorar os fracos resultados do regime da retirada de terras instaurado pelo regulamento da CEE».

A Comissão do Ambiente lamenta ainda que a proposta da Comissão «não tenha sido tratada simultaneamente ou em estreita ligação com a proposta de um regulamento relativo ao modo de produção biológica de produtos agrícolas».

Internacional

# Tensão na Jugoslávia

A Jugoslávia vive momentos de grande tensão, em que se entrecruzam velhos ressentimentos históricos, que põem em causa a própria continuidade da federação e graves problemas socioeconómicos.

Enquanto nas ruas de Belgrado decorrem manifestações pró e contra a política do governo, tendo o primeiro-ministro Ante Markovic criticado as autoridades sérvias por tentarem «controlar pela força» as manifestações anti-governamentais, os debates no Parlamento são igualmente acesos.

O novo projecto de lei sobre o estado de emergência, apresentado no Parlamento sérvio, e já aprovado pela Comissão Legislativa do Parlamento, é alvo de profunda contestação dos deputados da oposição, que anunciaram a intenção de boicotar os trabalhos do Parlamento.

O projecto de lei em causa reforça os poderes do Presidente, dando-lhe autorização para decretar o estado de

emergência «quando a situação da República, as liberdades e direitos individuais ou o funcionamento dos órgãos de soberania estiverem ameaçados».

Como pano de fundo dos confrontos no plano político, a profunda instabilidade que se vive na Federação e a gravidade dos problemas socioeconómicos.

Em Fevereiro passado, a Eslovénia e a Croácia, as duas Repúblicas mais desenvolvidas da Jugoslávia, deram objectivamente um passo no sentido do desmantelamento da Federação, ao afirmar a supremacia das leis votadas em Ljubljana e em Zagreb sobre as leis do parlamento federal de Belgrado.

Entretanto, a possibilidade de desmantelamento ou re-

composição da actual Federação, comporta em si não poucos problemas, nomeadamente no que se refere aos direitos das minorias. E se a Eslovénia é relativamente homogénea do ponto de vista étnico, com mais de 90% de eslovenos de origem, a Croácia conta apenas com 75% de croatas. O que — num contexto de conflitos interétnicos — poderá colocar em perspectiva dolorosos problemas humanos.

No plano socioeconómico, a Sérvia é particularmente atingida. Face à deterioração da situação económica, sucedem-se as greves nos mais diversos sectores de actividade.

Em fins de Fevereiro, dezenas de milhares de operários da zona industrial de Belgrado, Rakovica, desencadearam uma greve exigindo o pagamento total dos salários de Janeiro (de que estava previsto apenas o pagamento de 80%). Os grevistas apresentaram

prazos ao governo sérvio para apresentar um projecto de medidas susceptíveis de relançar a economia e «criar condições de trabalho normais». Entretanto, os grevistas pedem que todos os trabalhadores recebam um salário mínimo de 7 mil dinares, que a carga sobre as empresas seja aligeirada e os preços regressem aos níveis de 31 de Dezembro.

Sob a pressão das greves, o Parlamento da Sérvia tinha recentemente votado uma lei que praticamente duplicava as taxas sobre os lucros das empresas para recuperar os fundos destinados ao pagamento dos salários.

Entretanto, os preços dos produtos de largo consumo sobem todos os dias. A produção industrial continua em queda livre. Só em Janeiro desceu de 18,2% em relação a Janeiro de 1990 e de 10,6% em relação a Dezembro passado. A dívida externa atingiu os 18 mil milhões de dólares.

## Delegação do POSH em Portugal

De 4 a 6 de Março, visitou Portugal a convite do Comité Central do Partido Comunista Português uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, dirigida por Gyula Thurmer, Presidente do POSH, e que incluía Sandor Nyiro, Vice-Presidente, e Miklos Toth, chefe da Secção de Imprensa. A delegação do POSH teve conversações com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, que incluía Carlos Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Secção Internacional. Álvaro

Cunhal manifestou à delegação do POSH a solidariedade dos comunistas portugueses para com os seus camaradas húngaros que, em difíceis condições, lutam pelo reforço do seu Partido, pelo aprofundamento da sua ligação às massas, pelos interesses da classe operária, dos camponeses cooperativos, da intelectualidade progressista, da juventude e das mulheres, contra a discriminação política, pela democracia e o socialismo na Hungria.

A delegação do POSH encontrou-se com uma delega-

ção da DORL-Direcção da Organização Regional de Lisboa, dirigida por José Casanova, da Comissão Política, e visitou as instalações de «A Voz do Operário» em Lisboa. Em Vila Franca de Xira, a delegação do POSH teve um encontro com a Comissão Concelhia do PCP, visitou a Câmara Municipal, sendo recebido pelo seu presidente, e encontrou-se na empresa «Mague» com trabalhadores eleitos dos seus ORTs — Organismos Representativos dos Trabalhadores — e do Secretariado da Célula do PCP.

Realizaram-se encontros de trabalho com a Secção Internacional, com a participação de Albano Nunes, do Secretariado do CC e responsável da Secção Internacional; e com membros do Secretariado da Comissão Nacional da JCP.

As conversações e encontros, que decorreram em clima de camaradagem fraterna, permitiram uma ampla e útil troca de informações, experiências e opiniões. Ambas as delegações manifestaram o desejo de desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o POSH.

## Direitos humanos

# Um balanço desastroso

Ainda antes do deflagrar da guerra, os partidos comunistas da região do Médio Oriente divulgaram um documento em que se destacava a íntima ligação entre paz e democracia e era denunciada a quase total ausência de direitos humanos por toda esta zona. Premente problema, que hoje só terá ganho em acuidade, tanto mais quanto as guerras de poder em curso tendem a escarnecer mais ainda os elementares direitos dos povos e das pessoas.

Aqui nos referimos a dois pequenos exemplos, retirados da realidade da Turquia e de Marrocos.

### Turquia Balanço de dez anos de repressão

O Jornal «Cumhuriyet», de 12 de Dezembro de 1989, publicou o balanço de 10 anos de regime repressivo. Segundo este relatório, depois do golpe de Estado militar de 12 de Dezembro de 1980:

— 650 mil pessoas foram presas por diferentes motivos, de entre as quais 210 mil foram levadas a julgamento a tribunais militares.

— Dois milhões de pessoas foram colocadas nas listas de suspeitos e 388 mil foram privadas do direito de se deslocar ao estrangeiro.

— Em consequência da lei marcial, 4891 funcionários

foram demitidos das suas funções e 4509 afastados.

— 18 mil outros funcionários, 2 mil juizes e procuradores, 4 mil polícias e 5 mil professores foram demitidos das suas funções ou forçados a demitir-se.

— A pena de morte foi pedida para 6353 presos políticos, nos tribunais militares. 50 foram entretanto executados enquanto 261 esperam que a pena de morte que lhes foi aplicada seja ratificada pelo Parlamento.

— 171 pessoas foram mortas em consequência de torturas. O número de pessoas mortas na prisão atinge os 300. Milhares de pessoas ficaram mutiladas em consequência das torturas sofridas.

— Há cerca de 52 mil condenados ou detidos nas 644 prisões da Turquia, de entre os quais cinco mil são presos políticos.

— 14 pessoas morreram em consequência de greves de fome, e pela mesmo razão milhares de presos ficaram inválidos.

— Mais de 30 mil pessoas viram-se forçadas a fugir do país por razões políticas, das quais 14 mil foram privadas da sua nacionalidade por decreto governamental.

— Oito jornais foram proibidos num período total de 195 dias.

— 133 mil livros foram queimados e 118 mil destruídos por outros meios.

— 937 filmes foram proibidos.

— Nos últimos 5 anos, os tribunais julgaram 2792 escritores, jornalistas e tradutores, num total de 2000 anos de prisão.

— 23 667 associações foram encerradas e as suas actividades suspensas.

— As novas associações criadas nestes últimos anos em defesa dos direitos do homem são sujeitas a pressões permanentes por parte das autoridades.

### O inferno das prisões marroquinas

«Os muros de Tazmamart escondem o mais horrível se-

greto que a humanidade possa conhecer». É nestes termos que uma das pessoas que passou pelas prisões do rei de Marrocos, Hassan II, se refere à prisão de Tazmamart, conhecida como um inferno.

Aqui reproduzimos o testemunho de um preso, do estrito punhado de denúncias que puderam atravessar os muros das muitas prisões de Marrocos.

«Elas (as células) são de 3 metros e 90 de comprimento e dois metros e quarenta de largura, com uma altura de três metros e setenta e três. Num canto, casas de banho à turca sem torneiras. Um degrau de cimento serve de cama. Dois cobertores no total. Nem mesa nem cadeira. Um púcaro em plástico e um prato são os únicos utensílios... Elas estão «mergulhadas noite e dia na obscuridade. O ar, mas não a luz, vem através de 17 orifícios de dez centímetros de diâmetro rasgados no alto da parede que dá para o corredor (...) Mesmo no Verão, quando o sol está no seu ponto máximo, os emparedados de Tazmamart não distinguem a passagem da noite para o dia a não ser através de uma quase imperceptível atenuação das trevas que os rodeiam».

## EL SALVADOR

# Eleições em clima de guerra

As eleições legislativas e municipais, realizadas no domingo passado em El Salvador, deram a — esperada e preparada — vitória à Aliança Republicana Nacionalista (Arena), partido de direita, no poder. Entretanto, foram marcadas por um facto particularmente significativo — um relevante avanço da esquerda.

A Convergência Democrática (centro-esquerda), obteve 17% dos votos, quando nas presidenciais de 1989, o seu candidato, Guillermo Ungo, se ficou pelos 3,8 por cento.

Este resultado da esquerda é tanto mais assinalável quanto estas eleições se realizam no contexto de uma guerra civil, da suspensão de negociações de paz por parte do governo e do agramento da repressão.

Pouco mais de um mês antes destas eleições, em fins de Fevereiro, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) divulgou uma informação sobre o processo de negociações em que se comentava: «Esta situação de retrocesso e travagem nas negociações é inseparável de factos como o massacre de 13 camponeses na periferia de San Salvador, a destruição do «Diário Latino», os incessantes bombardeamentos nos territórios e posições da FMLN, a prisão de jornalistas nacionais e estrangeiros por fazerem cobertura de informação em zonas sob controlo da guerrilha e a realização de uma intensa campanha de ameaças a dirigentes religiosos e de organizações humanitárias, vinculando-os, com a FMLN. Todo um clima de terror e intimidação de que a Arena necessita para se impor nas próximas eleições».

«A situação é tão grave que o próprio embaixador dos Estados Unidos em El Salvador disse textualmente, referindo-se à destruição do «Diário Latino»: «Enquanto este tipo de coisas não acabar, não vou dizer que há um processo democrático neste país».

### Uma guerra com dez anos

A guerra que há dez anos se arrasta em El Salvador, defrontando sucessivos governos impopulares com exigências de democracia e justiça social, já fez cerca de 75 mil mortos. A que há que juntar, na lista das vítimas, oito mil desaparecidos e um milhão de refugiados.

Contra a guerrilha e a luta popular, tudo tem sido utilizado — dos bombardeamentos a napalm à desertificação de regiões inteiras, das prisões ao assassinato dos democratas, raptados e depois encontrados nos cemitérios clandestinos.

A luta tem entretanto prosseguido sempre, quer no plano sindical, quer na guerrilha. Em fins de Fevereiro passado, a

guerrilha voltou a ocupar as colinas de Las Lomas, que dominam San Salvador. Zona onde estão implantadas as vivendas e palacetes da oligarquia e da casta militar.

Simultaneamente foi lançada uma outra ofensiva guerrilheira na costa do Pacífico, concentrando esforços sobre Acajutla, principal porto do país.

A ofensiva guerrilheira surgiu como resposta à vaga repressiva desencadeada pelo governo que, em véspera das eleições de 10 de Março, recusa o cessar-fogo e dá livre pulso aos esquadrões da morte, visando nomeadamente políticos de destaque. É em pleno dia, e numa rua central da capital, que o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Aristides Robles, e sua mulher, são metralhados.

De notar que os sucessivos governos salvadorenos têm contado com a ajuda militar dos Estados Unidos. Depois do assassinato de 6 jesuítas, em Novembro de 1989, Washington anunciou que enquanto os assassinos não fossem encontrados, metade dos 85 milhões de dólares da ajuda militar seriam congelados. Entretanto, em Janeiro, a administração Bush anunciou o desbloqueamento dos créditos. A actual vitória eleitoral da Arena irá provavelmente ser utilizada para que sejam levantadas quaisquer restrições à ajuda militar.

Entretanto a FMLN defende claramente a paz e é interlocutor do governo no diálogo entretido, sob a égide da ONU, em Janeiro de 1990.

A FMLN exige eleições livres e democráticas, a depuração do exército, responsável de inúmeros crimes, a dissolução dos esquadrões da morte, a saída dos militares americanos do país.

No documento sobre o processo negociado, divulgado em fins de Fevereiro, a FMLN «reitera plenamente o seu compromisso com a procura de uma solução pacífica e reafirma que se manterá na mesa de negociações, lutando para encontrar formas de entendimento que permitam alcançar acordos políticos e condições para um cessar-fogo o mais rapidamente possível».

A concluir: «Fazemos um apelo ao povo, às forças políticas e sociais e a toda a nação, para redobramos a luta para impedir que as forças armadas e o seu governo fechem o caminho das negociações e para abrir possibilidades de uma solução pacífica negociada do conflito.»

## Internacional

## MÉDIO ORIENTE

# Futuro de palestinianos é questão central

Finda a guerra, a questão que hoje está no centro de todas as atenções, é a palestinianas. Questão candente que hoje há quem tente resolver à revelia dos interesses e do querer do povo palestiniano. E a que se somam muitos outros problemas por toda a região.

Num momento em que o secretário de Estado norte-americano se encontrava no Cairo, de partida para Israel, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), em comunicado divulgado em Tunis, anunciava ter dado o seu acordo oficial a que personalidades palestinianas dos territórios árabes ocupados se avistassem com o secretário de Estado. Por seu lado, Yasser Arafat afirmou-se disposto a encontrar-se com James Baker e disse que a OLP pretendia retomar o diálogo com os Estados Unidos.

Contudo, James Baker sublinharia que um seu encontro com personalidades palestinianas não significava o retomar do diálogo com a OLP.

A verdade é que qualquer tentativa de contornar o diálogo com representantes reais do povo palestiniano, através de personalidades feitas à medida de interesses estratégicos alheios, será apenas um adiar de problemas.

Problemas que sobram por toda esta área. Quer no plano político e militar, quer no socio-económico.

Aqui nos limitamos ao quadro de alguns dos principais intervenientes na guerra.

## Arábia Saudita

A Arábia Saudita conta com 14 milhões de habitantes dos quais cerca de 20% são estrangeiros (sobretudo iemenitas), que correspondem a 45% da população activa. A fortuna dos grandes emires acenta na superexploração de uma mão-de-obra de imigrantes, desprovidos de direitos. Em 1984, a taxa de analfabetismo situava-se nos 48,8% e a da mortalidade em 42,1% (média mundial — 29%). Até à guerra, 19% do produto nacional bruto eram consagrados às despesas militares. O maior país petrolífero do mundo no que se refere a reservas, tinha uma produção de 5,4 milhões de barris por dia.

## Egipto

50,2 milhões de habitantes. O rendimento médio por habitante e por ano é de 65 dólares, o mais baixo de toda a região. 82,9% da população com mais de 10 anos não tem nenhuma instrução escolar. 8% do produto nacional bruto é consagrado a despesas militares. Para um produto nacional bruto de 32,93 mil milhões de dólares em 1988, o montante da dívida externa as-

sende a 50 mil milhões de dólares.

## Iraque

17,6 milhões de habitantes. A sua taxa de mortalidade era, em 1987, de 44,4% e a de analfabetismo de 45,9%. A dívida externa ascende a 75 mil milhões de dólares. A produção de petróleo bruto era de 2,825 barris/dia. As despesas militares atingiam 26,8% PNB.

## Israel

O Estado de Israel é actualmente dirigido pelo Likoud com os partidos de extrema direita. 4,4 milhões de habitantes: 83% judeus, 16,8% árabes. Consagra 24,4% do seu PNB às despesas militares (média mundial — 5,9%). A dívida pública ronda os 16 mil milhões de dólares.

## Jordânia

Encaixada entre a Síria e o Iraque, a monarquia parlamentar jordana encontra-se no quarto lugar, a nível mundial, no que se refere às despesas militares em relação ao PIB. Conta com 4 milhões de habitantes, de que um quarto são palestinianos. A taxa oficial de desemprego é superior a 20% da população activa. A inflação é muito elevada.

## Kuwait

Monarquia parlamentar islâmica, tem uma população de 2,5 milhões de habitantes,



95,2% da qual é urbana. Os kuwaitianos constituem 41,9% da população total. De entre a restante população, 48,7% são árabes. Na prática, mais de 58% da população é composta por estrangeiros, nomeadamente egípcios, palestinianos, paquistaneses, srilankenses. É um dos países

mais ricos do mundo. Não respeitando as quotas fixadas pela OPEP, o emirato aumentou muito a sua produção de petróleo bruto entre 1989 e 1990. Produzia 1,8 milhões de barris de petróleo bruto por dia. Antes da invasão, pelo Iraque, destinava 7,3% do PNB a despesas militares.

## Curdos

# Revolta no Iraque e na Turquia

A revolta que hoje lavra no Iraque, a gravidade dos problemas que se vivem no Médio Oriente, a que a guerra deu ainda nova acuidade, trazem a primeiro plano situações de grande menesprezo dos direitos dos povos como é o caso do povo curdo.

Não por acaso, os curdos constituem neste momento uma assinalável frente na revolta antigovernamental no Iraque, e integram a frente unitária que se tem vindo a constituir neste país. Estiveram nomeadamente presentes no Congresso da oposição iraquiana, que decorreu estes dias em Beirute, com a intervenção de mais de 300 participantes, de várias tendências e movimentos políticos, vindos da Europa e do Médio Oriente.

Tónica desta reunião — os apelos à unidade e o apoio ao «levantamento popular».

Numa situação de grande instabilidade, e ainda com a presença das tropas americanas (e outras aliadas) na zona, significativas são as palavras do dirigente curdo Jalal Talbani, ao afirmar, em Beirute — «Não aceitamos nenhuma forma de intervenção nos nossos assuntos internos. Não são os Estados Unidos, ou qualquer outro país, que devem ditar aos iraquianos os nomes dos seus dirigentes.»

Entretanto, o problema curdo está longe de se circunscrever às fronteiras iraquianas, assumindo um carácter particularmente dramático na Turquia.

## Os curdos

Espalhados por uma vasta área do Médio Oriente, os curdos são cerca de 25 milhões, dividindo-se fundamentalmente pela Turquia, Iraque, Irão e Síria.

Na Turquia são cerca de 12 a 15 milhões, o que corresponde a um quarto da população. No Iraque contam-se quatro milhões, no Irão 6 a 8 milhões e na Síria um milhão. Uma minoria curda de aproximadamente 300 000 pessoas vive na URSS e algumas centenas de milhar trabalham ou estão refugiados no estrangeiro, em particular na Europa.

Descendentes dos Medas, da mesma família indo-europeia dos persas e dos

afegãos, os curdos são na sua maioria muçulmanos sunitas. Hoje, reivindicam um verdadeiro reconhecimento dos seus direitos históricos e culturais, e também económicos.

Enquanto minoria, nos diferentes países em que se encontram implantados, têm vindo a ser frequentemente vítima de uma acção de autêntica chacina, através de bombardeamentos com armas químicas. Cinco mil pessoas morreram então em Halabja.

Durante a guerra Irão-Iraque, em 1988, foram vítimas de uma acção de autêntica chacina, através de bombardeamentos com armas químicas. Cinco mil pessoas morreram então em Halabja.



## Os curdos da Turquia

A Intifada curda, na Turquia, foi desencadeada em 13 de Março de 1990, quando o governo regional anunciou que «17 separatistas foram mortos em confrontos armados com as forças governamentais na Turquia Oriental». Foi mais um acto de repressão que acabou por provocar uma revolta popular na região. O Exército tornou-se de facto incapaz de restaurar a autoridade de Estado na zona.

Na sequência destes acontecimentos, o representante, em Bruxelas, do Partido Operário do Curdistão (PKK),

anunciava a adesão em massa dos camponeses curdos às forças de guerrilha, e a formação de «comités populares» em vilas e aldeias. «O Estado turco já não pode exercer a sua autoridade no Curdistão — afirmou. — O povo curdo está a conquistar a sua autonomia. É a Intifada dos curdos.»

A partir de então a repressão acentua-se drasticamente. Em 10 de Abril, toda a região é submetida ao estado de emergência e totalmente cortada do exterior. As manifestações ganharam dimensão crescente com a aproximação da festa de Newroz, o ano novo curdo, e as comemorações do bombardeamento, com armas químicas, da cidade de Halabja, no Curdistão do Iraque.

A repressão das manifestações gerou um verdadeiro levantamento, nomeadamente nas regiões de Siirt, Hakkari, Mardin, onde se registaram greves, manifestações e confrontos com o exército.

Como resposta, o governo acentuou as medidas repressivas, deu plenos poderes ao exército e reforçou os seus efectivos, concentrando no Curdistão mais de 300 mil soldados, o que corresponde a três quartos do exército turco.

ANO 251 - JANEIRO 1991 - Nº 251 - OUTUBRO DE 1989 - Nº 1000  
**Avante!**  
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«O assassinato do general Humberto Delgado voltou a primeiro plano quer no país quer no estrangeiro. Que novas provas existem sobre o crime?»

Foram elementos da Pide e a seu soldo que, fazendo-se passar por correligionários do general e ganhando a sua confiança, o atraíram a Badajoz e o mataram.

Esta é a conclusão que resulta do processo organizado pelo juiz Marques Crespo, de Badajoz, sob pressão das forças democráticas portuguesas e espanholas, da opinião pública internacional e da família do general.

Segundo as conclusões do juiz de Badajoz, o general foi assassinado no posto fronteiriço de Caia e enterrado no bosque de Vila Nova del Fresno.

Esclarecida a tela do crime, quatro mandatos de captura foram passados contra quatro agentes da Pide que atravessaram a fronteira sob falsa identidade e posteriormente contra o chefe do posto de S. Leonardo, António Gonçalves Semedo.

(...)Sobre os quatro primeiros, o ministro do Interior, Santos Júnior, respondeu em nota oficiosa que «não puderam ser encontrados nem identificados, tudo levando a crer que se trate de nomes supostos». Sobre o António Gonçalves Semedo faz completo silêncio. Com laivos de dignidade ofendida, a nota oficiosa pretende lavar de qualquer ligação com o assassinato os agentes policiais.

(...)E um facto provado que o governo de Salazar pretende evitar que a trama do crime se esclareça inteiramente, pretende enterrar o caso do general Humberto Delgado como fez enterrar o seu cadáver em Vila Nova del Fresno(...).

«O assassinato do general Humberto Delgado» - **Avante!**, VI Série, Nº 365, Março-Abril 1966

**AVANTE!**

«Desde 1970 têm chovido os decretos-leis a regular e a «aperfeiçoar» as normas por que deve reger-se a vida sindical, a determinar a margem de intervenção dos sindicatos em actos de contratação colectiva ou outros de sua competência, sempre num sentido restritivo, sempre afinando e apurando mais todo o aparelho montado para a repressão da luta sindical dos trabalhadores. Casos tem havido em que o governo, na falta de legislação adequada no momento, faz expressamente um decreto para responder a determinada situação. Foi assim com o decreto-lei 502/70 para destruir os dirigentes do Sindicato dos Metallúrgicos de Lisboa e foi-o recentemente com o 447/72 para destituir os dirigentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos.

(...)Com estas e outras medidas, sejam elas legislativas, administrativas ou policiais, o governo pretende impedir as massas de utilizarem os sindicatos. Ao governo agradaria que as propostas e negociações de contratos ou acordos colectivos de trabalho fossem matéria reservada à iniciativa e ao cuidado exclusivos das direcções sindicais, sem intervenção das massas(...).

«Luta sindical» - **Avante!**, VI Série, Nº 451, Março de 1973